

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

VINICIUS ZUNIGA FAGOTTI

NOVO (SUB)DESENVOLVIMENTISMO:
Da macroeconomia da estagnação à instituição da dependência

FLORIANÓPOLIS

2018

VINICIUS ZUNIGA FAGOTTI

**NOVO (SUB)DESENVOLVIMENTISMO:
DA MACROECONOMIA DA ESTAGNAÇÃO À INSTITUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Arend.

FLORIANÓPOLIS

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fagotti, Vinicius

Novo (sub)desenvolvimentismo : da macroeconomia
da estagnação à instituição da dependência / Vinicius
Fagotti ; orientador, Marcelo Arend, 2018.

116 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Desenvolvimento
econômico. 3. Novo Desenvolvimentismo. 4.
Dependência cultural. 5. Neo Institucionalismo. I.
Arend, Marcelo. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 ao acadêmico Vinicius Zuniga Fagotti, após a apresentação do trabalho intitulado “NOVO (SUB)DESENVOLVIMENTISMO: DA MACROECONOMIA DA ESTAGNAÇÃO À INSTITUIÇÃO DA DEPENDÊNCIA” na disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 04 de dezembro de 2018.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcelo Arend (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Silvio Cario Ferraz
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Pablo Felipe Bittencourt
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos que perderam em 2018.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Gláucia. Pelos legumes congelados, o Tarzan na televisão de tubo e por todo o amor de uma família inteira que naquele tempo coube no coração de uma pessoa só. Obrigado.

Ao meu pai, Fabian. Meu pai.

À Mariana, minha irmã. Se apenas o mundo soubesse sorrir como você...

À Beatriz, minha grande companheira, por ter adivinhado a primavera. Que chuva boa, prazenteira.

Ao Guilherme: você é uma pessoa linda, nunca se esqueça disso.

À Adriana e ao Alexandre, em ordem alfabética.

Ao Marcelo, meu orientador. Pela demiurgia.

À Universidade Federal de Santa Catarina e aos banquinhos do Centro Socioeconômico.

“Fracassei em tudo que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil se desenvolver autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.”

(Darcy Ribeiro)

“E aí mais pau, mas, quando o dia já estava moço, aí por umas seis ou sete horas da manhã, estamos Deus e eu navegando de volta para Itaparica, nenhum dos dois falando nada, ele porque fracassou na missão e eu porque não gosto de ver um amigo derrotado. Mas, na hora que nós vamos passando pelas encostas do Forte, quase nos esquecendo da vida pela beleza, ele me olhou com grande simpatia e disse: fracasso nada, rapaz. Não falei nada, disse eu. Mas senti, disse ele. Se incomode não, disse ele, nem toda pesca rende peixes. E então ficou azul, esvoaçou, subiu nos ares e desapareceu no céu.”

(João Ubaldo Ribeiro)

RESUMO

A presente obra monográfica se ocupa da discussão relativa ao desenvolvimento brasileiro. Ela é um incursão teórico, uma navegação venturosa, ao ideário Novo Desenvolvimentista, às obras de Celso Furtado e ao paradigma Neo Institucionalista. Sua pretensão inicial é discutir o modelo de crescimento sustentado proposto pela macroeconomia desenvolvimentista, delineando o arcabouço teórico pelo qual os autores Novo Desenvolvimentistas apresentam a sua estratégia alternativa de superação do atraso. Partindo de uma concepção mais enraizada e propriamente estrutural de desenvolvimento, essa monografia torna o Novo Desenvolvimentismo seu objeto de estudo e o submete às considerações furtadianas de subdesenvolvimento e dependência cultural. Finalmente, o trabalho monográfico cá confeccionado se utiliza da heterodoxia institucional, cristalizada pelo semblante Neo Institucionalista, para sugerir um novo desígnio à dependência cultural de Celso Furtado: a dependência institucional-cognitiva.

Palavras-chave: Macroeconomia do desenvolvimento. Dependência cultural. Neo Institucionalismo.

ABSTRACT

The present work discusses Brazilian development. It is a theoretically guided incursion towards New Developmentalism, the works of Celso Furtado and the Neo Institutional paradigm. Its initial intent is to discuss the sustained growth model put forth by the developmentalist macroeconomic theory and to highlight the framework through which its proponents present such a theory in terms of an alternative strategy for development. Guided by a more structural conception of economic development, the present work uses New Developmentalism as its object of inquiry. In the hopes of attaining a more pervasive understanding on the process of economic development, it then resorts to the considerations on underdevelopment and cultural dependence that were the crux of Celso Furtado's work. Finally, Neo Institutional insights give dynamics to the cultural dependency approach. It is therefore suggested here that a new term is to be used instead: cognitive-institutional dependence, as opposed to just cultural dependence.

Keywords: Developmentalist macroeconomics. Cultural dependence. Neo Institutionalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio.....	30
Gráfico 2 – Desequilíbrio de longo prazo com doença holandesa e fluxos excessivos de capital.	38
Gráfico 3 – Processo de emparelhamento produtivo (<i>catching up</i>) ou regressão relativa (<i>falling behind</i>).....	41
Gráfico 4 – Demanda efetiva dual.....	60
Gráfico 5 – Os quatro níveis de análise social.....	78
Gráfico 6 – A co-determinação de instituições e processos.....	92

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

CUT – Custo unitário do trabalho

IDE – Investimento direto externo

NEI – Nova Economia Institucional

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. SUPERACÃO DO ATRASO, PRIMEIRA LENTE: O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A SUA MACROECONOMIA	18
2.1 INTRODUÇÃO.....	18
2.2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	19
2.3 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: VALOR DE CÂMBIO E DOENÇA HOLANDESA	22
2.4 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: SOBREAPRECIACÃO CÍCLICA E CRÔNICA DA TAXA DE CÂMBIO.....	28
2.5 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: FECHAMENTO DO MODELO E ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO.....	37
2.6 CRÍTICAS AO MODELO	44
2.7 A CRÍTICA PROPOSTA PELO PRESENTE TRABALHO MONOGRÁFICO.....	46
3. SUPERACÃO DO ATRASO, SEGUNDA LENTE: CELSO FURTADO, DEPENDÊNCIA E SUBDESENVOLVIMENTO.....	48
3.1 INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS	48
3.2 A FORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: O CENTRO.....	49
3.3 A FORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: A PERIFERIA	52
3.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO SUBDESENVOLVIDOS	56
3.5 MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA CULTURAL	65
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	68
3.7 A INSTITUIÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO	70
4. SUPERACÃO DO ATRASO, TERCEIRA LENTE: A DEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL-COGNITIVA.....	71
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	71
4.2 INSTITUIÇÕES E ECONOMIA: A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL	73
4.3 INSTITUIÇÕES E ECONOMIA: NEO INSTITUCIONALISMO	80
4.4 O CONSTRUTIVISMO E OS PROCESSOS SOCIAIS	88
4.5 EM CONCLUSÃO.....	98
5. COMENTÁRIOS FINAIS	102
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	105

1. INTRODUÇÃO

“O que faz o Brasil, Brasil?”, ensaiou ligeiramente o antropólogo social Roberto da Matta (1997). Qual a especificidade desse pedaço de terra, qual a sua condição inescapável de ser? O presente trabalho monográfico, ciente da abrangência e severidade da pergunta, e ciente de seus limites enquanto proposta de pesquisa, optou por buscar responder parte da pergunta, sem se venturar em demasia pelo universo dos carnavais, malandros e heróis daqui (DAMATTA, 1990) e sem tencionar por um significado final que sirva de amálgama à experiência brasileira, como já se fez em Caio Prado Júnior (1970, 2004), entre outros. Ao invés disso, esse empreendimento monográfico se ocupará de apenas uma das variadas e coloridas tesselas que compõem o mosaico brasileiro. Nas páginas que seguem, a presente pesquisa tentará exprimir tão somente o que torna o Brasil subdesenvolvido, atrasado. Sem propor uma resposta definitiva, como se verá, esse trabalho deságua numa sugestão conceitual relativamente inédita. Pregressos os três capítulos que sucedem essa introdução, se buscará familiarizar o leitor à ideia de dependência institucional-cognitiva; uma extensão à dependência cultural ideada por Furtado (1974).

Por conveniência metodológica, a presente investigação se apresenta como crítica ao Novo Desenvolvimentismo¹, para assim torná-lo um objeto de estudo palpável a partir do qual se é possível desenvolver considerações subsequentes. A hipótese defendida é que o Novo Desenvolvimentismo, não obstante seu rigor teórico, especialmente em matéria de macroeconomia, e a despeito da originalidade daquilo que se produziu sob seu signo, subestima o poder de enraizamento das condições que germinam o subdesenvolvimento. Assim, a diatribe posta à mesa não concerne o nexos interno do Novo Desenvolvimentismo, mas o alcance e a profundidade das suas proposições, cujos vieses são derradeiramente instrumentais – quando, se tentará mostrar, a superação do atraso pressupõe transformações mais substantivas. Em suma: o estruturalismo do Novo Desenvolvimentismo pode ser aperfeiçoado.

Para tanto, a presente pesquisa incursionará à teoria de Celso Furtado, o estruturalista por excelência dessa *terra brasílica* (OLIVEIRA, 1983). Fundamentalmente, o que se almeja é

¹ O próximo capítulo clarificará ao leitor o que se tem em mente quando se faz menção ao Novo Desenvolvimentismo. Por ora, cumpre estabelecer que o livro *Macroeconomia Desenvolvimentista*, de Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016), é a obra primordial a partir da qual os comentários críticos foram tecidos.

cristalizar uma definição de dependência que seja ao mesmo tempo compatível com o Novo Desenvolvimentismo e mais robusta que as proposições deste, mesmo que sob o risco de se chegar a algo menos hermético e/ou operacional daquilo com o que se começou. É certo que o que se entende por dependência irá variar inconciliavelmente a depender da corrente teórica sobre a qual o pesquisador busca amparo. De antemão, portanto, é necessário estabelecer que esse não é um trabalho de orientação marxista, embora se tenha recorrido a autores adscritos a essa referida corrente, como é o caso do indispensável Kalecki (1943, 1977). No que disser respeito à dependência, contudo, o presente trabalho é estruturalista e furtadiano; heterodoxo e crítico. Mas não marxista. Se reconhece a importância de obras como as de Santos (2018), Marini (1973) e, meio a contragosto mas vai lá, Cardoso e Faletto (1975), mas esse trabalho não fará uso delas. Uma justificativa mais extensa do porquê da opção furtadiana não será esboçada, porquanto o autor considera suficiente apenas frisar que a dependência marxista é ontologicamente incompatível com a noção de superação do atraso apregoada pelos Novos Desenvolvimentistas, sendo portanto contraditório buscar no universo marxista uma extensão ao arcabouço Novo Desenvolvimentista. Lembrete: isso não significa negligenciar a dependência marxista.

Retornando a Celso Furtado, o que se tentará dele absorver é a noção de dependência cultural e a precedência desta sobre a condição de subdesenvolvimento. Muito brevemente, o presente trabalho considera que comentários críticos voltados ao tratamento Novo Desenvolvimentista em que pese o lado da oferta de uma economia, sobretudo no tocante à capacidade industrial instalada, já foram satisfatoriamente tecidos; Arend e Fonseca (2014) são um exemplo. O lado da demanda Novo Desenvolvimentista, das considerações dos agentes econômicos sobre consumo, investimento e importação, entretanto, ainda parece resistir intocado. O recurso à dependência cultural, pois, serve para explicar fenômenos recorrentemente tidos como corriqueiros, ou descomplicados, pela teoria Novo Desenvolvimentista (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016), mas que muito dificilmente verdadeiramente o são. Um objetivo da presente pesquisa é ilustrar, a partir das considerações de consumo modernizado e mimetismo dependente (FURTADO, 1974), que aquelas políticas econômicas equivocadas, chamadas pelos Novo Desenvolvimentistas de “habituais” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 91 – 112), são ao bem da verdade estruturais.

Com o propósito de cristalizar o entendimento de que a dinâmica de demanda numa economia subdesenvolvida também é estruturalmente condicionada, a presente monografia trabalha com uma segunda hipótese, qual seja: de que o conceito de dependência cultural pode ser decisivamente aprimorado se posto para dialogar com as teorias econômicas institucionalistas, precipuamente com aquelas que Conceição (2000, 2002) chama de Neo Institucionalistas. Por ser um fenômeno emanante da interação oblíqua, por assim dizer, de agentes econômicos cumulativamente condicionados, a dependência cultural e o consumo modernizado são um caso por excelência de aprisionamento institucional, nos moldes descritos por Hodgson (1998, 2003, 2004), Chang e Evans (2005), Samuels (1995) e Zysman (1994). Esse trabalho monográfico acredita que há muito que se aproveitar do dinamismo evolucionário preconizado por esses autores e pelo Neo Institucionalismo. O núcleo da argumentação proposta, por fim, estará na obra de Wendt (1992); um construtivista das Relações Internacionais. Baseando-se em sua formalização relativa à co-determinação entre agente e instituição, a presente pesquisa espera clarificar alguns aspectos do processo pertinente à formação e à dinâmica do subdesenvolvimento. Reescrevendo a segunda hipótese, se tem que essa monografia sustenta a ideia de dependência enquanto instituição; e que portanto o mais apropriado não seria chamá-la de “dependência cultural”, como inicialmente o fez Furtado (1974, p. 80), mas de dependência institucional-cognitiva.

Sem colocar a carroça na frente dos bois, isso significa que a formação de identidades e interesses modernizados, produto histórico da inserção subalterna da periferia à divisão internacional do trabalho, possui um forte componente interacional e uma clara dimensão de cumulatividade processual – fenômenos tipicamente abordados pelo Neo Institucionalismo. A germinação da dependência cultural se deu mediante o enraizamento de hábitos, conforme Hodgson (2003, 2003) os concebe, e culminou na ulterior cristalização de uma estrutura institucional específica, em função dos processos reiterados de ação e interação, da relação co-evolutiva e mutuamente condicionante entre indivíduo e instituição (ZYSMAN, 1994); daquilo que Hodgson chama de causalidade reconstitutiva descendente (2004). A sedimentação de padrões cognitivos de entendimentos, identidades e estruturas de interesses, à maneira descrita por Lane et al (1994) e Wendt (1992), deram luz a uma variante social específica do que se compreende ser desenvolvimento e crescimento econômico. Para o caso das economias subdesenvolvidas, esta concepção sofre de uma proclividade emulativa e de uma incapacidade de

coadunar desenvolvimento das técnicas produtivas e crescimento econômico com homogeneização social. Essa é a instituição da dependência, ou dependência institucional-cognitiva.

É certo, destarte, que essa é uma pesquisa de caráter quase exclusivamente explicativo, fortemente angariada em revisões teóricas e com eventuais explanações empíricas subsidiárias, sempre que a título de exemplificação ou ilustração (SILVA; MENEZES, 2000, p. 37). Em sintonia com o exposto, esse é um trabalho qualitativo em seus três capítulos, procedimentalmente erigido sobre fontes bibliográficas – em sua maioria secundárias. Livros e artigos formam o esqueleto que sustenta essa monografia, haja visto seu caráter qualitativo e interpretativo (SILVA; MENEZES, 2000).

Cabe salientar que a presente pesquisa não se dá desembaraçada de limitações. Por razões óbvias, do ponto de vista teórico ela não é capaz de tratar de fenômenos fora de sua alçada explicativa. Minsky (2010) já advertia: toda teoria é ao mesmo tempo lente e viseira. (Esse é um ponto que será retomado na conclusão desse trabalho). Além disso, o autor da presente monografia conta apenas com o conhecimento e as formas de pensar disponíveis ao seu tempo, que não são pouca coisa, mas também não são tudo; esse trabalho, pois, é historicamente condicionado: em suas formalizações e principalmente em suas aspirações. O Brasil continua subdesenvolvido, não?

Essa monografia conta com três capítulos, além da introdução cá redigida e dos comentários finais à espera do leitor. O primeiro capítulo se ocupa do Novo Desenvolvimentismo e da Macroeconomia Desenvolvimentista. Lá estarão os conceitos fundamentais dessa recente aventura teórica, como a doença holandesa expressa em termos de valor cambial, a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio, o processo de substituição de poupanças e o fenômeno da desindustrialização precoce. Assim, o modelo de desenvolvimento Novo Desenvolvimentista será formalmente apresentado e devidamente comentado.

O segundo capítulo representa o primeiro passo da referida tentativa de enraizamento conceitual a qual essa monografia tentará submeter o Novo Desenvolvimento. Celso Furtado é o protagonista dessa etapa do enredo, cabendo à pesquisa aqui desenhada a função de clarificar como surge e se mantém o fenômeno do subdesenvolvimento. Conforme será exposto, o subdesenvolvimento começa a partir de uma defasagem produtiva e tecnológica. Mas, tão cedo um enclave periférico ingressa na divisão do trabalho internacional de maneira subordinada, sua

lógica socioeconômica passa a operar mediante curvas de demanda dependentes, sedentas por um estilo de modernização mimético; inalcançável sem exclusão social e vulnerabilidade produtiva.

O terceiro capítulo versa sobre o institucionalismo dentro do marco da teoria econômica. Assente sobre os princípios de co-determinação institucional, causalidade reconstitutiva descendente e aprisionamento institucional, a presente monografia sugestionará uma interpretação nova, institucional e cognitiva, do fenômeno da dependência cultural. A isso, se recorrerá à corrente construtivista das Relações Internacionais, especialmente aos trabalhos de Wendt (1992, 1999). Uma sucinta jornada pela história econômica brasileira servirá à sedimentação empiricamente fundada do argumento proposto.

Comentários finais sintetizam e, por ora, encerram a discussão sobre Novo Desenvolvimentismo, Celso Furtado e dependência institucional-cognitiva.

Por ora.

2. SUPERAÇÃO DO ATRASO, PRIMEIRA LENTE: O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A SUA MACROECONOMIA

2.1 INTRODUÇÃO

Para fins de análise, se considerará aqui o Novo Desenvolvimentismo nucleado na tríade Bresser-Marconi-Oreiro, conceitualmente inaugurado na Macroeconomia da Estagnação (BRESSER-PREREIRA, 2007) e teoricamente formalizado na Macroeconomia Desenvolvimentista (BRESSER-PREREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Com isso, não se pretende ignorar contribuições importantes, como Sicsú, De Paula e Michel (2007), mas antes reconhecer que o esforço teórico condensado pela supracitada tríade é o que atualmente se tem de mais sólido e maduro no tocante à teoria Novo Desenvolvimentista, o que implica considerá-lo o objeto de estudo e crítica mais apropriado para a presente pesquisa. Assim, admitida a heterogeneidade particular ao Novo Desenvolvimentismo, e explicitada a escolha pela corrente capitaneada por Luiz Carlos Bresser-Pereira, Nelson Marconi e José Luis Oreiro, o que doravante receber o desígnio Novo Desenvolvimentista estará ligado a esses três autores, seus contribuintes e suas publicações.

Este capítulo se incumbe da tarefa de descrever o arcabouço teórico Novo Desenvolvimentista. De apresentá-lo enquanto alternativa teórica e prática, enquanto diatribe à macroeconomia ortodoxa e enquanto estratégia consciente de desenvolvimento. Nesse sentido, se buscará expor o nexos lógico por trás das aspirações Novo Desenvolvimentistas, dos seus conceitos-chave e das suas prescrições. Uma vez completa, a explanação do Novo Desenvolvimentismo servirá de base para a sua crítica, apresentada preliminarmente no presente capítulo e aprofundada no seguinte.

A próxima seção contém um resumo introdutório da teoria Novo Desenvolvimentista (2.2). A especificidade com que os Novos Desenvolvimentistas tratam da taxa de câmbio em uma economia de renda média, além da relação desta com os demais preços macroeconômicos, se intenta explicar nas duas seguintes seções (2.3 e 2.4); o modelo de crescimento resultante, apregoado pelo Novo Desenvolvimentismo, é explicitado na seção 2.5. Críticas ao modelo, na seção 2.6, e a crítica particular proposta por essa monografia (seção 2.7) encerram o capítulo.

2.2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO: CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O Novo Desenvolvimentismo, conceito desenvolvido no Brasil a partir dos trabalhos de Bresser-Pereira (2006, 2007, 2009), é definido como um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam alcançar o nível de renda per capita dos países desenvolvidos. Essa estratégia de “alcançamento” baseia-se explicitamente na adoção de um regime de crescimento do tipo *export-led*, no qual a promoção de exportações de produtos manufaturados induz a aceleração do ritmo de acumulação de capital e introdução do progresso tecnológico na economia. A implantação dessa estratégia requer a adoção de uma *política cambial ativa*, que mantenha a taxa real de câmbio num nível competitivo nos médio e longo prazos, combinada a uma *política fiscal responsável* que elimine o déficit público, ao mesmo tempo que permite o aumento sustentável do investimento público. (OREIRO, 2012, p. 29, grifos do autor).

Conforme inferido da citação acima, o Novo Desenvolvimentismo está conceitualmente comprometido com o crescimento da renda dos países de desenvolvimento médio, e a essa tarefa delega um papel central à sofisticação produtiva, entendida aqui como a mudança estrutural no tecido produtivo a partir da qual uma nação aumenta a sua participação em atividades de alto valor agregado (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; MARCONI; BRANCHER, 2017). A noção de progresso técnico postulada, portanto, difere sensivelmente daquela ligada à especialização produtiva, usada hoje pela ortodoxia – como em Lisboa e Pessoa (2016), e inaugurada por Adam Smith (1984, p. 7 – 12). Para o Novo Desenvolvimentismo, assim como para o Desenvolvimentismo Clássico que lhe serviu de aporte, a eficiência econômica está relacionada menos ao produtor de parafusos microeconomicamente capaz e mais à indústria tecnologicamente dinâmica, que, além de usar parafusos, produz, por exemplo, aviões.

Dito isso, a debilidade e o atraso dos países de renda média serão fundamentalmente tratados, sob a égide Novo Desenvolvimentista, como relativos à atrofia produtiva (MARCONI; BRANCHER, 2017, p. 3). Quer dizer, tudo o que posteriormente se desenvolve dentro do Novo Desenvolvimentismo² tem como referência, implícita ou explicitamente, a sofisticação e diversificação produtiva, o que torna esse enfoque assumidamente estruturalista (BRESSER-PREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 9). Nas palavras de Bresser-Pereira (2017, p. 13):

² Como: (1) a presunção da existência de duas taxas de câmbio economicamente viáveis do ponto de vista do Balanço de Pagamentos, (2) o mal da doença holandesa e (3) o processo de substituição de poupanças, para ficar com alguns exemplos (BRESSER-PREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016; BRESSER-PREIRA, 2017; MARCONI, 2017). Todos eles serão explicados no decorrer deste capítulo.

[...] desenvolvimento econômico é industrialização, é mudança estrutural, é o que hoje denomino sofisticação produtiva – é a transferência de mão de obra para setores com maior valor adicionado por pessoa, que empregam pessoas mais educadas, e pagam salários maiores.

Ou, em Marconi e Brancher (2017, p.4):

A definição de sofisticação produtiva ressalta a importância, para o processo de desenvolvimento econômico, a composição da produção em uma economia; em outras palavras, a estrutura produtiva importa, como sempre afirmaram os desenvolvimentistas. Nesse ponto seguimos plenamente a tradição dessa escola de pensamento: entende-se desenvolvimento como um processo de acumulação de capital com incorporação de progresso técnico que permita o aumento dos salários e a melhoria das condições de vida da população. [...] Portanto, para aumentar a renda *per capita* não basta apenas aumentar a produtividade intrasetorial (melhorar a tecnologia adotada na produção do mesmo grupo de bens e serviços), mas também a produtividade média da economia, o que ocorre com o direcionamento da produção para os setores que geram maior valor adicionados.

O Novo Desenvolvimento é também póskeynesiano (BRESSER-PREREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016; OREIRO, 2012). Ou seja, em consonância com o pensamento de Keynes (1996), parte do entendimento que a demanda efetiva (especialmente a consumada a partir de investimentos) é o eixo sobre o qual se sustentam os níveis de produto e emprego em uma economia capitalista. A teoria Novo Desenvolvimentista é, por extensão, particularmente atenta aos determinantes keynesianos do investimento, tais quais as expectativas de retornos futuros e a eficiência marginal do capital, a preferência pela liquidez e, claro, a incerteza estrutural tão enfatizada por Minsky (2010) e Skidelsky (2010, p. 125 – 130); sendo imprescindível salientar, complementarmente, que os lucros e a própria distribuição de renda são variáveis-chave à propensão a investir (OREIRO; ABRAMO; LIMA, 2016), o que aproxima o Novo Desenvolvimentismo do ideário construído por Kalecki (1977, p. 73-75).

Os Novo Desenvolvimentistas, contudo, interpretam as oscilações de demanda agregada em termos não só de volume (mais demanda, menos demanda), mas também em termos de acesso à demanda (câmbio mais apreciado, menos apreciado)³. De modo que é essencial que um incremento na demanda de uma economia, tanto pelo consumo quanto pelo investimento, não seja capturado por importações pujantes (MARCONI; ROCHA, 2012); ou, inversamente, que a expectativa de lucro dos capitalistas não seja comprimida em função de exportações pouco

³ Vale lembrar: a demanda agregada potencial proveniente das exportações muitas vezes excede aquilo que se obtém em matéria de consumo interno.

competitivas, o que reduz investimentos e, posteriormente, o próprio nível da demanda agregada (e renda). Não à toa, pois, a taxa de câmbio é considerada o preço econômico mais estratégico no Novo Desenvolvimentismo (BRESSER-PREREIRA, 2007, p. 113, 2012, 2013, p. 371).

Resumidamente:

Nós também naturalmente concordamos com Keynes, mas acrescentamos que nos países em desenvolvimento não basta que haja demanda: dado o fato de que, como veremos, a taxa de câmbio tende a estar apreciada no longo prazo, os investimentos também dela dependem, porque é a taxa de câmbio que dá às empresas e aos empresários potenciais *acesso* ou não à demanda existente. Se estiver sobreapreciada e houver uma demanda interna forte, essa demanda será capturada pelas importações. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 27).

Porquanto

Em síntese, dado que a motivação fundamental dos empresários e das empresas é o lucro, a taxa de investimento depende da existência de oportunidades lucrativas de investimento, que por sua vez dependem da demanda agregada, cujo acesso depende da taxa de câmbio ser competitiva no longo prazo. Se houver demanda e a taxa de câmbio estiver flutuando em torno do equilíbrio competitivo, as empresas responderão aumentando a produção e a capacidade produtiva. A taxa de lucro esperada deve assegurar às empresas uma taxa de retorno “satisfatória” sobre o capital, que terá que ser tanto menor quanto menor for o custo do capital. (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 27-28).

Destarte, dotado de uma agulha estruturalista e um novelo póskeynesiano, o Novo Desenvolvimentismo tece, com a licença da expressão, sua teoria econômica. A questão fundante que se impõe, por conseguinte, é a de como promover um regime de acumulação e progresso técnico estruturalmente sofisticador, sustentado pela dinâmica de inversões puxadas pela demanda e, como se mostrará, sustentável a longo prazo e pouco vulnerável do ponto de vista externo.

Na seção seguinte, esquematizar-se-á a resposta Novo Desenvolvimentista a essa problemática: a macroeconomia desenvolvimentista; seus conceitos indispensáveis e o modelo de crescimento por eles propostos; além da economia política e a microeconomia a eles subordinadas. Enfim, o cerne da contribuição Novo Desenvolvimentista ao campo da ciência econômica.

2.3 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: VALOR DE CÂMBIO E DOENÇA HOLANDESA

Formulada para explicar o impasse produtivo brasileiro, em franca estagnação desde o início da década de 1990 (BRESSER-PEREIRA, 2007), a macroeconomia desenvolvimentista tem como objeto de análise todos os países de renda média que já completaram sua revolução industrial e têm como meta, dada a não neutralidade da moeda e a não conversibilidade de suas emissões monetárias, o desenvolvimento econômico com estabilidade do Balanço de Pagamentos. Assim, os determinantes do desempenho econômico, nessa etapa de teorização, estão ligados aos cinco preços macroeconômicos que influem sobre um dado sistema, a saber: a taxa de câmbio, a taxa de juros, a taxa de lucros, a taxa de inflação, e o nível dos salários⁴; de modo que a macroeconomia desenvolvimentista assumiu como incumbência a explicação de (1) sob quais condições esses preços podem estar distorcidos, (2) por que eles se encontram distorcidos e (3) quais os seus efeitos sobre o sistema econômico.

Como já foi dito, desses cinco preços, o mais estratégico é o câmbio. Não apenas porque ele age decisivamente sobre a propensão a investir, ao garantir (ou restringir) acesso a mercados externos, ou ao proteger (ou expor) o produtor à concorrência externa, mas também porque ele age diretamente sobre todos os outros preços macroeconômicos – uma condição própria da macroeconomia, dado que o câmbio é o nexos monetário entre as diferentes nações; além de ser, para o Novo Desenvolvimentismo, a mais adulterada, por assim dizer, das cinco taxas macroeconômicas (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012, 2013; MARCONI, 2012; MARCONI; ROCHA, 2012; BRESSER PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

⁴ “O nível da taxa de câmbio deve garantir o acesso dos empresários à demanda agregada interna e externa, possibilitando aos produtores nacionais eficientes de manufaturados competirem no mercado global em situação de igualdade com seus concorrentes; o da taxa de juros deve propiciar um custo de financiamento ou oportunidade para o investimento inferior à sua rentabilidade e a equalização dos custos financeiros no país com o de seus competidores externos, acrescidos do diferencial de risco; a taxa de salários deve aumentar na mesma proporção que a produtividade do trabalho (a variação pode ser superior apenas quando a produtividade do capital for crescente); a taxa de inflação deve ser suficientemente baixa para evitar uma redução relevante de poder aquisitivo à sociedade e a desorganização da atividade econômica, e todos esses preços, uma vez situados no devido patamar, terminam garantindo uma margem e, conseqüentemente, uma taxa de lucro média (em termos agregados) suficiente para estimular o montante de investimento necessário ao processo de crescimento, e que varia de acordo com o estágio do processo de desenvolvimento de cada sociedade. A manutenção desses cinco preços em seus níveis corretos e o resultante investimento levará, com o auxílio de uma política industrial voltada ao aprimoramento tecnológico, à sofisticação produtiva da economia.” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2015 apud MARCONI, 2017, p. 100).

Da maneira como é concebido pela teoria Novo Desenvolvimentista, o câmbio pode ser visto sob dois determinantes conceitualmente distintos e que não necessariamente coincidem: o seu preço e o seu valor; sendo que dentro da macroeconomia desenvolvimentista, o protagonismo explicativo reside no segundo desses dois termos (BRESSER-PEREIRA, 2013). Quanto ao preço de uma moeda, muito pouco precisa ser dito: ele depende das flutuações de sua oferta e demanda, valsando ao ritmo das transações comerciais (exportações menos importações) e movimentações na conta capital, além de depender das reservas cambiais previamente acumuladas.

É o valor da moeda, contudo, que merece consideração mais cuidadosa, justamente por representar uma das contribuições mais inéditas do Novo Desenvolvimentismo (BRESSER-PEREIRA, 2013; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Em analogia à formação kaleckiana de preços, mediante a qual as firmas mais eficientes – ou seja, aquelas com melhor relação de *mark-up* por custo – determinam o nível praticado de preços e condicionam o desempenho das demais empresas, na macroeconomia desenvolvimentista a taxa de câmbio medida em termos de valor é função das firmas exportadoras mais eficientes, que garantem o equilíbrio intertemporal da conta corrente e operam a custos menores (câmbio mais apreciado), estabelecendo o preço do câmbio para a economia, potencialmente restringendo a participação externa de firmas cujos custos de produção mais elevados requerem uma taxa de câmbio mais alta (moeda depreciada) (BRESSER-PEREIRA, 2013; 2016). “O valor da moeda estrangeira, portanto, é o valor que cobre o custo de produção das empresas que participam do comércio exterior do país e garantam o equilíbrio da sua conta-corrente” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 56), e é definido pelas variações no custo de produção (custo mais lucro satisfatório) dessas mesmas empresas (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 57).

Essa variação de custo, por sua vez, é medida a partir das evoluções no índice comparativo do custo unitário de trabalho (CUT), que nada mais é do que a taxa de salário paga no setor dividida pela produtividade da mão de obra nele empregada, ponderada por uma cesta de países concorrentes (BRESSER-PEREIRA, 2013, 2016). Daí do custo unitário da mão de obra ser tão fulcral à macroeconomia desenvolvimentista: ele é a *proxy* de produtividade ao redor da qual orbita o valor do câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016), o que o torna, portanto, primordial na definição do preço macroeconômico mais estratégico que há. A taxa de mercado do câmbio, por sua vez, nada em torno do seu valor

efetivo, feito uma rêmora, de acordo com a maré de oferta e demanda de moeda estrangeira (BRESSER-PEREIRA, 2013, 2016).

Por extensão, a grande mazela que acomete os países de renda média está relacionada aos diferenciais de produtividade entre os setores tecnologicamente dinâmicos que competem internacionalmente, como a manufatura paradigmática e/ou serviços industriais⁵, e setores que são eficientes em função das chamadas rendas ricardianas – recursos naturais abundantes, como o petróleo ou terras férteis, e/ou mão de obra barata (BRESSER-PEREIRA, 2013, 2016; MARCONI, 2012). Essa é a doença holandesa, ou a maldição dos recursos naturais. Aqui, se tem a primeira grande explicação de por que países de renda média ficam estagnados e, no longo prazo, sofrem regressão produtiva: a existência de setores microeconomicamente eficientes, em termos ricardianos, que operam ativamente no mercado externo, como é o caso do agronegócio brasileiro, força a taxa de câmbio de equilíbrio corrente para baixo (apreciando a moeda local), o que, se não é um problema para os exportadores ricardianos, é mortal para os demais produtores nacionais (BRESSER-PERERIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). A equação abaixo, tirada de Marconi e Brancher (2017, p. 8), e a citação, encontrada em Bresser, Oreiro e Marconi (2016, p. 71), clarificam o leitor quanto a relação entre câmbio e produtividade.

Taxa de câmbio real em termos de valor⁶

$$E \cdot \frac{Pb}{Pa} = \frac{\left[\frac{CUTa}{Pa} \right]}{\left[\frac{CUTb}{Pb} \right]} \quad (1)$$

Podemos definir a doença holandesa de maneira muito simples. A doença holandesa é uma desvantagem competitiva associada a uma crônica sobrevalorização da taxa de câmbio causada pela exploração de recursos abundantes e baratos, cuja exportação é compatível com uma taxa de câmbio claramente mais elevada do que a taxa que torna

⁵ Por serviços industriais, Marconi (2012) entende ser aqueles produtos de alto valor agregado oferecidos como suporte à atividade industrial, como serviços de logística, seguros, produtos ligados às telecomunicações. O ponto a se reter, no entanto, é o seguinte: a despeito de sua capacidade de agregar valor, esses serviços ainda são levados a reboque pelo progresso industrial propriamente concebido como tal. Avanços em serviços industriais são importantes, porém são condicionados pelo (e dependentes do) desenvolvimento da indústria.

⁶ Em que:

E = taxa nominal de câmbio entre a (país local) e b (demais países competidores)

Pa = nível de preços no país local

Pb = média ponderada do índice dos preços nos demais países competidores

$CUTa$ = custo unitário do trabalho no país local

$CUTb$ = média ponderada do custo unitário do trabalho nos demais países competidores

Precisões sobre metodologia podem ser encontradas em Marconi (2012, p. 660 – 662).

internacionalmente competitivas outras empresas produtoras de bens comercializáveis que usam tecnologia no estado da arte mundial. [...] Além de uma desvantagem competitiva, a doença holandesa equivale a uma falha de mercado porque distorce um preço macroeconômico fundamental – a taxa de câmbio – e porque gera externalidades negativas para os setores de bens comercializáveis da economia não exportadores de commodities, impedindo-os de se desenvolverem mesmo se adotarem a melhor tecnologia mundial e as melhores praticas administrativas. É uma falha de mercado que implica a existência de uma *diferença entre a taxa de câmbio que equilibra intertemporalmente a conta-corrente do país e a taxa de câmbio que sustenta os setores eficientes de bens e serviços comercializáveis*, além daqueles que se beneficiam das rendas ricardianas. [...] Mas essas rendas onerarão toda a população a médio prazo porque *comprometem a industrialização ou, mais amplamente, porque impedem a sofisticação produtiva, ou seja, a transferência de mão de obra para setores com maior valor agregado per capita – uma transferência que é a fonte primária de maior produtividade e de desenvolvimento econômico.* (grifos nossos).

Ou seja, o comércio de commodities holandesas, por assim dizer, é responsável pela apreciação do câmbio nominal até o ponto em que este seja compatível com o valor de produtividade ricardiana desse setor. Mas quando isso ocorre, em decorrência da íntima relação entre o CUT e a taxa nominal de câmbio, há um substancial incremento no salário real, sem contrapartidas em produtividade, para os demais produtores de bens comercializáveis nacionais, o que culmina em compressão dos lucros e protelação de investimentos (BRESSER-PEREIRA, 2013, 2016; MARCONI, 2012; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; MARCONI; BRANCHER, 2017; MARCONI; ROCHA, 2012; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARONI, 2016). Há, conseqüentemente, dois equilíbrios cambiais possíveis para economias exportadoras de commodities: o equilíbrio de conta corrente, alcançável mediante exploração acrítica de recursos ricardianos, e o equilíbrio industrial, mais depreciado que o primeiro. Significa dizer, à vista disso, que nessas economias existe uma pressão estrutural que age no sentido da especialização econômica regressiva, sendo que, como se vê em Bresser-Pereira (2012, p. 13, 2013, p. 379), em Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 673) e em Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 75), é possível mensurá-la é a partir dos diferenciais entre a taxa de câmbio industrial e corrente, conforme se apresenta na equação a seguir⁷.

⁷ Tal pressão é primordialmente estrutural, uma vez que está ligada à eficiência ricardiana, mas é também conjuntural/cíclica, pois é afetada pelos preços internacionais incidentes sobre determinada commodity: quanto mais se pagar por ela, maiores as receitas ricardianas e menores as taxas de câmbio toleradas. (BRESSER-PEREIRA, 2016)

Gravidade da doença holandesa⁸:

$$G = \frac{[Ei - Ec]}{Ei} \quad (2)$$

Quer dizer, a doença holandesa será tanto mais grave quanto mais díspares forem os câmbios requeridos para a estabilização do balanço de pagamentos, de um lado, e o investimento industrial, de outro. Dessa maneira, se tem a primeira proposição crítica do Novo Desenvolvimentismo: (1) os países de renda média crescem pouco porque carecem de investimentos verdadeiramente produtivos; (2) os países de renda média carecem de investimentos verdadeiramente produtivos porque suas taxas de câmbio, em termos de valor, estão sobreapreciadas; (3) e finalmente, o câmbio está sobreapreciado porque há um diferencial ricardiano de rendimentos, uma falha de mercado responsável por deslocar o câmbio de equilíbrio corrente do câmbio de equilíbrio industrial, o que estrangula artificialmente a taxa de lucros (aumento do CUT sem aumento da produtividade) e inviabiliza a demanda por inversões industriais / produtivas (BRESSER-PEREIRA, 2012, 2013, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

É salutar fazer menção, à guisa de conclusão, que dentro da macroeconomia desenvolvimentista as elasticidades-renda das exportações e importações são função direta do grau de industrialização de uma economia (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Ou seja, para que uma economia apresente, no longo prazo, uma trajetória equilibrada de crescimento – quer dizer, para que cresça sem déficits corpulentos em sua Balança de Pagamentos – é preciso que essa mesma economia consiga manter sua relação elasticidade-renda de importações vs. elasticidade-renda de exportações sob controle, o que é complexo, uma vez que as primeiras estão umbilicalmente relacionadas ao crescimento do produto interno, ao passo que as segundas dependem da renda externa. Quanto mais rudimentar for uma economia, mais as elasticidades se tornam um impasse ao crescimento; isto é, a necessidade de se importar mais para atender a demanda em expansão é rigorosamente cerceada pelo baixo dinamismo do setor exportador e/ou manufatureiro. Isso já havia sido estabelecido pelo Desenvolvimentismo Clássico, a partir do entendimento de duas elasticidades renda, uma doméstica e outra

⁸ Em que:

G = gravidade da doença holandesa

Ei = equilíbrio cambial industrial

Ec = equilíbrio cambial em conta corrente

internacional, e a subsequente deterioração dos termos de troca, apresentado por Prebisch (1949, p. 78 – 83); a contribuição Novo Desenvolvimentista reside na noção de irredutibilidade da taxa de câmbio nesse processo, como mostram Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 46 – 47):

Isso significa que a estrutura produtiva de cada país e, portanto, as elasticidades-renda das exportações e importações não são constantes e imutáveis, mas dependem do nível de industrialização do país, o qual, por sua vez, depende da taxa de câmbio ser competitiva ou não. Quando a taxa de câmbio se aprecia porque o país deixou de neutralizar a doença holandesa, ou porque resolveu crescer com poupança e endividamento externo, começa um processo de desindustrialização e reprimarização da cesta de exportações, que age para reduzir a elasticidade-renda das exportações e para aumentar a elasticidade-renda das importações. Nesse cenário, haverá uma progressiva redução da taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos até o ponto em que ela será compatível com a estrutura de uma economia exportadora de produtos primários. Inversamente, se a taxa de câmbio estiver no nível do equilíbrio industrial – ou um pouco acima – haverá então um aprofundamento do processo de industrialização do país, que levará a um aumento da elasticidade-renda das exportações e uma diminuição da elasticidade-renda das importações, elevando assim a taxa de crescimento de equilíbrio do balanço de pagamentos. Desse modo, a relação entre a elasticidade-renda das importações e a elasticidade-renda das exportações dependerá da diferença entre a taxa de câmbio real e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (também em termos reais).

Justamente por viabilizar (ou não) o crescimento equilibrado de uma economia, e por permitir (ou não) a sofisticação produtiva, que o câmbio é visto pelo Novo Desenvolvimento como a variável de longo prazo por excelência do desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2012). Nesse sentido, o hiato entre a taxa de câmbio de equilíbrio industrial e corrente é o que condiciona a trajetória produtiva de uma nação de renda média, como mostra a seguinte equação, tirada de Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 47). Aqui, câmbio e produtividade se condicionam: o valor do daquele depende deste; a evolução deste depende daquele. Um idiossincrático casamento estruturalista-póskeynesiano. A esse respeito, Marconi tem uma série de publicações dedicadas à análise empírica e econométrica da taxa de equilíbrio industrial, do seu processo ricardiano de apreciação, da perda de competitividade e compressão de lucros, e da regressão produtiva resultante (2012, 2017; MARCONI; ROCHA, 2011, 2012)⁹.

⁹ Os achados dessas pesquisas citadas, por si só, poderiam ser objeto de um trabalho monográfico. Em tempo: a taxa real de câmbio de valor industrial brasileira estimada em Marconi (2012, p. 662 – 667) era, a preços da época, R\$ 2,75.

Taxa de crescimento compatível com o equilíbrio de Balanço de Pagamentos¹⁰:

$$\Delta\dot{Y}^e = \beta \left[\frac{Ecc}{Eind} \right] \Delta\dot{Y}^m \quad (3)$$

A doença holandesa é o primeiro fenômeno a deslocar a taxa de câmbio para longe de seu patamar industrial, mas não é o único empecilho ao crescimento sustentável dos países de renda média, inclusive por ser compatível com a solvência intertemporal do Balanço de Pagamentos. É mister, agora que a centralidade cambial está devidamente estabelecida, apresentar um outro caro conceito à macroeconomia desenvolvimentista: a tendência à sobreapreciação cíclica e crônica da taxa de câmbio. A partir daqui, as crises financeiras e de balanço de pagamentos vêm à baila.

2.4 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: SOBREPREENCIAÇÃO CÍCLICA E CRÔNICA DA TAXA DE CÂMBIO

Os proponentes do Novo Desenvolvimentismo observaram uma tendência histórica, recorrente desde a liberalização econômica assintótica dos anos 1990, e perceptível principalmente a partir do Plano Real¹¹, de não convergência da taxa câmbio ao redor de um valor racional à lá Mundell – Fleming (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 17). Quer dizer, as flutuações cíclicas da taxa de câmbio pareciam não oscilar nem de maneira comportada, como prega a ortodoxia, nem de maneira volátil, como sugere a teoria keynesiana; ao invés disso, o câmbio obedecia outra lógica. Partindo de determinado patamar, ele se apreciaria até o ponto de equilíbrio corrente (puxado pela doença holandesa) e, contrário do que se esperaria seguindo as duas correntes ante mencionadas, continuaria a se apreciar para além de seu ponto de solvência

¹⁰ Em que:

$\Delta\dot{Y}^e$ = taxa de crescimento econômico com equilíbrio no Balanço de Pagamentos.

β = parâmetro positivo e menor que 1.

Ecc = taxa de câmbio de equilíbrio corrente.

$Eind$ = taxa de câmbio de equilíbrio industrial.

$\Delta\dot{Y}^m$ = variação na taxa mundial de crescimento econômico.

Assim, “a taxa de crescimento compatível com o equilíbrio do balanço de pagamentos estará se ajustando ao longo do tempo, dependendo da relação entre valor corrente da taxa de câmbio e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial (e da evolução da renda mundial)” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 47).

¹¹ Embora não explicitem isso, a crítica ao crescimento com poupança externa sempre usa esse período como referência (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2016). Dessa forma, há diferença entre os déficits em conta corrente patrocinados, por assim dizer, por FHC e a crise da dívida da transição Geisel – Figueiredo, apesar de ambos os fenômenos terem sido desestabilizadores econômicos globais.

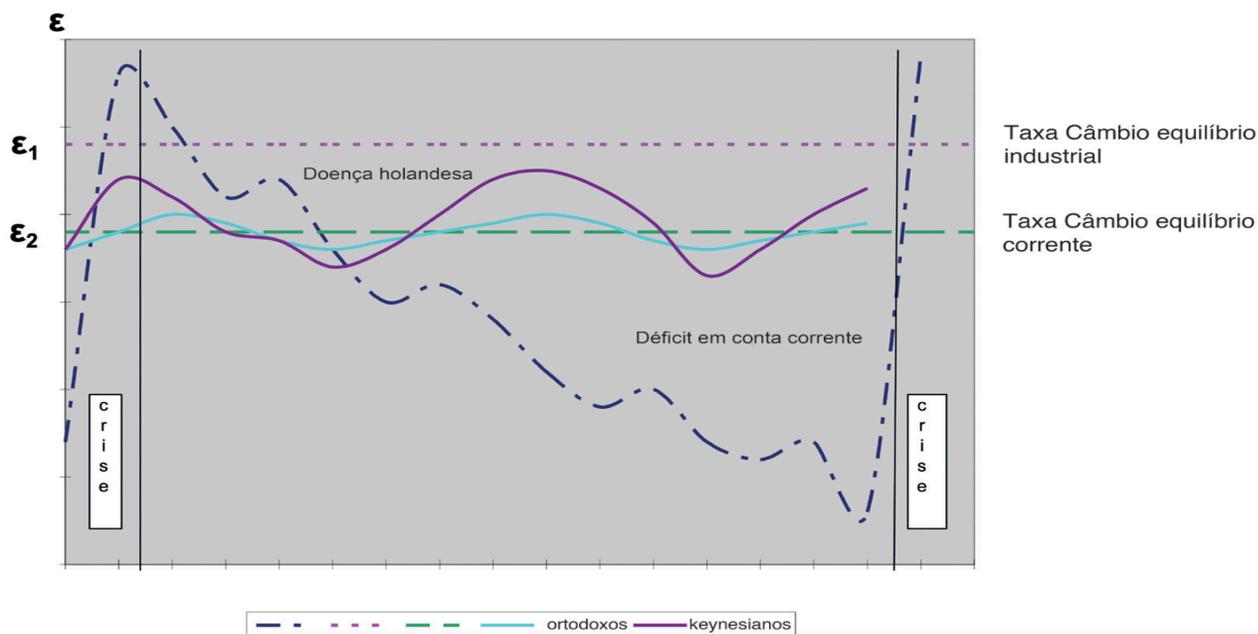
intertemporal externa de longo prazo (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 670; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Nesse padrão de desempenho, a trajetória cambial, segundo o argumento Novo Desenvolvimentista, estaria ligada às vicissitudes dos fluxos de capital estrangeiro e às ocorrências de crises financeiras e de Balanço de Pagamentos, e não aos ajustes (mais ou menos automáticos, a depender da corrente teórica) às oscilações de oferta e demanda da divisa em questão (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016), como se pode visualizar a partir do gráfico 1. Grosso modo, isso significa que o câmbio, por influência de fatores não contemplados pelas teorias convencionais, se apreciaria para muito além do concebível ao pleno funcionamento da economia, e continuaria apreciado enquanto os fluxos de capital se mantivessem voluntariosos e disponíveis, o que se verificaria até a maré de confiança recuar e o financiamento externo regressar para depois dos oceanos, num processo tipicamente minskyano, mas com a substancial diferença que os países de renda média não emitem moeda conversível e que portanto suas crises nunca são, como é comum no centro do sistema, somente bancárias (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012, 2016, 2017; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Esses fatores que, por meio da atração de capitais externos, perniciosamente sobreapreciam o câmbio serão tratados agora.

A primeira imposição responsável por demover o câmbio de sua órbita de equilíbrio corrente é a estratégia, comumente adotada no Brasil sob a vênia da ortodoxia, de crescimento com poupança externa. Que nada mais é, afinal de contas, que crescer com déficit em conta corrente financiado por empréstimos, investimentos externos diretos, aplicações financeiras e, enfim, fluxos autônomos de capital externo (BRESSER-PEREIRA, 2012). O entendimento que sanciona o recurso à poupança externa parte do pressuposto que nações superavitárias destinariam seus rendimentos excedentes às nações remanescentes (deficitárias)¹² e que, ao somarem-se as poupanças interna e externa (oriunda dessa transferências de recursos), o investimento total das economias destinatárias se elevaria, uma vez que, numa lógica estritamente contábil, $I = S_{dom} + S_{ext}$ ¹³ (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012, 2017; MARCONI, 2017; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

¹² Manuais de macroeconomia, como o de Blanchard (2004, p. 369 - 370), podem sanar as dúvidas de leitores mais afoitos.

¹³ De novo, o autor deixará a explicação dessas pequenas operações a encargo de manuais de macroeconomia.

Gráfico 1 – Tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio¹⁴

Fonte: Bresser-Pereira, Gala (2010, p. 677). Outras variações do mesmo tema podem ser vistas em Bresser-Pereira (2016) e Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016). Uma estimativa mais precisa e menos ilustrativa pode ser encontrada em Marconi e Rocha (2012).

Contudo, a estratégia de crescimento com poupança externa é, como diria Bresser-Pereira, “*self defeating*” (2016, p. 257). Isso porque o maior efeito produzido ao se financiar déficit em conta corrente com superávit na conta capital é a apreciação cambial, haja visto a pressão que uma maior disponibilidade de divisas estrangeiras – dólares, fundamentalmente – exerce sobre a taxa de câmbio de um país. Em essência, o maior efeito que o câmbio apreciado tem sobre uma economia de renda média é a redução do investimento, acompanhada pela expansão do consumo decorrente da elevação artificial dos salários (da classe trabalhadora) e ordenados (da classe média); conseqüentemente, o recurso ao crescimento com poupança externa redonda, salvo em circunstâncias específicas¹⁵, não em desenvolvimento produtivo, mas em substituição de poupanças (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012, 2016; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; MARCONI; ROCHA, 2012; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

¹⁴ Como a relação medida é Reais/Dólar, quando mais para cima a curva no gráfico, mais depreciada a moeda.

¹⁵ Uma delas – talvez a mais citada – diz respeito ao caso de o país já estar em processo de crescimento, de modo que a apreciação cambial (1) não comprime oportunidades de investimento e/ou (2) compensa as perdas de mercado externo pela via da expansão de consumo e demanda agregada, ou (3) quando as taxas de lucro esperadas – em função desse mesmo crescimento – são tão maiores que a média que se tolera um constrangimento cambial. Nessa situação, os déficits em conta corrente e os financiamentos externos são convertidos em inversões produtivas, e o país consegue engendrar um processo virtuoso de formação de poupança externa com investimento.

A tragédia encenada pelo recurso à poupança externa se consuma a partir dos seguintes atos. Ao apreciar a taxa de câmbio, o ingresso de capital reduz o acesso a mercados daquelas empresas internacionalmente ativas, ao mesmo tempo em que, pela via das importações mais baratas, comprime suas margens de mark-up. Os custos dessas mesmas empresas também é substancialmente incrementado, uma vez que o câmbio apreciado eleva artificialmente os salários e ordenados. As expectativas futuras, sombreadas pelo aumento de custo e pela redução da taxa de lucro (efetiva e esperada), fazem com que o empresário postergue seu investimento, o que impacta, em $t+1$, o nível de demanda efetiva, emprego e produto do país.

Do outro lado da relação, os trabalhadores em geral são favorecidos pelo aumento salarial outorgado pelo câmbio, de modo que se observa uma expansão da demanda agregada pelo canal do consumo. O aumento do consumo, entretanto, não é suficiente para compensar o recuo do produtor nacional, cujos produtos não encareceram frente às importações que chegam. Dessa forma, há um enorme vazamento de renda para o exterior, manifesto pelo déficit em conta corrente, consubstanciado pela atrofia no setor produtivo nacional, que, inclusive, passa a importar para compensar aumentos nos custos, culminando em desarticulação econômica.

O último ator a entrar em cena, o setor produtor de bens não comercializáveis¹⁶, também se beneficia da apreciação cambial, visto que ele é capaz de abocanhar uma grande parcela do consumo incitado pelo câmbio apreciado (há, inclusive, um processo de inflação pela demanda nesse setor) e, principalmente, porque suas margens de mark-up são indiferentes aos níveis de câmbio, já que esses bens estão insulados do comércio internacional.

Em decorrência do crescimento com endividamento externo, se instaura na economia um movimento de ampliação do passivo externo sem contrapartida no incremento dos ativos internos. O investimento ou mingua, no caso dos bens comercializáveis, ou migra para setores menos produtivos, nesse caso, o setor de bens não comercializáveis, e há um grande escoamento de renda para o exterior no curto prazo – importações; e no longo prazo – pagamento de juros, remessas de lucros e serviço da dívida¹⁷. O grau da severidade substitutiva imposta pelo

¹⁶ Aqui se enquadram os produtores de serviços tradicionais, insulados da competição internacional, como shopping centers, restaurantes, (para o caso do Brasil) redes varejistas, salões de beleza, profissionais liberais de toda a sorte...

¹⁷ Em maior ou menor medida, e em mais ou menos tempo, o país será vítima de um processo duplo de endividamento. Pela via patrimonial, o Investimento Direto Externo pouco se soma à capacidade produtiva instalada, atuando mediante fusões e aquisições, privatizações, e/ou remessas de lucros e dividendos. Pela via financeira, se tem a transfusão de renda engendrada por toda a estirpe de operação sobre títulos públicos e privados, pelo preço imposto sobre a taxa de juros básica nacional, e por operações de arbitragem e especulação.

crescimento com poupança externa depende das elasticidades renda de cada setor da economia, sua sensibilidade às variações no câmbio, e das diferentes propensões a consumir ou investir em cada um desses setores. (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012, 2016, 2017; MARCONI, 2012, 2017; BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010; MARCONI; BRANCHER, 2017; MARCONI; ROCHA, 2011, 2012; OREIRO; MARCONI, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

De forma geral, a taxa de substituição de poupança entre um período t e outro, $t-1$, é mensurada a partir das variações de investimentos/renda e variações de poupança/renda no intervalo estipulado. Assim, de Bresser-Pereira (2012, p. 16) e Bresser-Pereira e Gala (2010, p. 676), se tira a seguinte equação:

Taxa de substituição de poupança:

$$z = 1 - \frac{\left[\frac{I}{Y_t} - \left(\frac{I}{Y_{t-1}}\right)\right]}{\left[\frac{S}{Y_t} - \left(\frac{S}{Y_{t-1}}\right)\right]} \quad (4)$$

Ou, mais ordeiramente,

Taxa de substituição de poupança¹⁸:

$$z = 1 - \frac{\Delta I_y}{\Delta S_y} \quad (5)$$

Em suma, pois:

Para a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento, é falsa a tese “óbvia” ou “intuitiva” segundo a qual os países em desenvolvimento necessitam de poupança externa para crescer. Apenas em alguns casos o déficit em conta corrente, retoricamente chamado de poupança externa, auxilia o país a se desenvolver. Normalmente, ele causa elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa, de forma que não é o investimento, mas o consumo e a dívida externa que crescem. A taxa de câmbio é aqui a variável endógena determinada pelas políticas de estímulos às entradas de capital.

¹⁸ Em que:

z = taxa de substituição de poupança

ΔI_y = variação do investimento pela renda

ΔS_y = variação da poupança total pela renda

Em linha com o que Bresser-Pereira apresenta (2012, p. 16), isso quer dizer que se num determinado intervalo de tempo a taxa de investimento de um país sobe de 15% do PIB para 17%, mas seu déficit em conta corrente, ou poupança externa, passa de 2% para 8%, então cerca de dois terços da poupança criada foi transformada em consumo.

Quanto mais entrarem capitais, mais a taxa de câmbio será apreciada. Quanto mais apreciada for a taxa de câmbio, mais altos serão os salários (dos trabalhadores) e ordenados (da classe média profissional) reais, porque mais baixos serão os preços dos bens de consumo comercializáveis internacionalmente em relação aos preços dos serviços não comercializáveis, entre os quais estão os salários e ordenados. Em consequência, os lucros dos capitalistas cairão, seja porque, pelo lado da renda ou da oferta, os salários e ordenados aumentaram, seja porque, pelo lado da demanda, as empresas diminuirão suas expectativas de lucro em investimentos voltados para a exportação, e, assim, investirão menos. A elasticidade dos salários e ordenados reais em relação à variação da taxa de câmbio será tanto maior para cada família quanto maior for sua propensão marginal a consumir e maior for a sensibilidade das exportações e importações à taxa de câmbio. Lucros, salários e ordenados, portanto, além de dependerem, substancialmente, do nível de produtividade da economia e do seu padrão de distribuição de renda, dependem da taxa de câmbio.

Quanto à taxa de lucro, sabemos que é inversa à taxa de salário, de forma que o aumento dos salários diminui a taxa de lucro. Mas tanto a taxa de lucro real como a esperada dependem também da demanda interna e da demanda externa. Ou, no segundo caso, depende de a taxa de câmbio dar ou não às empresas eficientes acesso ao mercado mundial. (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 15).

Dadas essas premissas, vejamos como a política de crescimento com poupança externa levará a uma taxa de substituição da poupança interna pela externa. Podemos pensar tanto do lado da demanda e da renda quanto do da oferta. Do lado da demanda e da renda, quando a taxa de câmbio se aprecia, as expectativas de lucro na realização de investimentos voltados para as exportações caem, caem os investimentos, caem os lucros e cai a poupança interna, de forma que a poupança externa substitui a poupança interna ao invés de aumentá-la. Já do lado da oferta, o aumento real dos salários dos trabalhadores e dos ordenados da classe média profissional implicar, em um aumento do consumo. Em consequência, diminui a poupança interna, e, igualmente, a poupança externa substitui a poupança externa ao invés de aumentá-la. (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 2010)¹⁹.

O crescimento com poupança externa é o grande arauto da sobreapreciação crônica e cíclica do câmbio, responsável por fragilizar a vitalidade financeira do país e incitar a regressão do seu tecido produtivo, ulteriormente aumentando a vulnerabilidade externa de sua economia. Mas não é a única política econômica equivocada e a esse respeito não age sozinha em seu conluio cambial. A taxa de juros e a política monetária perseguida têm um papel preponderante nessa trama, uma vez que incidem sobre os custos do investimento em pelo menos três arenas: pela influência nos custos de oportunidade e eficiência marginal do capital (lucros menos juros reais), pela capacidade de dar ou restringir acesso a mercados externos (influência sobre o câmbio), e por influir sobre a poupança pública e portanto sobre a capacidade estatal de realizar investimentos (juros sobre a dívida pública) (MARCONI, 2017; OREIRO, 2011; MARCONI; BRANCHER, 2017, p. 9 – 10).

¹⁹ Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 98 – 102) oferecem um resumo bem encorpado do processo de substituição de poupança.

O que se tem, dessa forma, é que ao se incorrer a uma política de juros elevados, desde que esta aprecie o câmbio (ao atrair capitais externos), um país estará aprofundando seu processo de substituição de poupanças e provavelmente ampliará a distrofia produtiva por ela provocada (MARCONI, 2017). Complementarmente, juros elevados encarecem o custo dos investimentos produtivos, tornando mais rentável, num contexto de economia financeirizada como o atual, que o excedente das empresas seja reinvestido em haveres financeiros e/ou títulos indexados e líquidos (BRAGA, 1993, 1997; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016), direcionando o dínamo econômico rumo à especulação e, mais uma vez, potencializando a regressão produtiva em vigência. O Estado, enfim, também se vê coagido. A capacidade de se realizar poupança pública depende em grande monta do nível dos gastos correntes praticados, que, por sua vez, são fortemente influenciados pelo custo de emissão de dívida pública, imbricados pois à evolução das taxas de juros: quanto maior o volume da dívida e quanto mais oneroso o seu financiamento, mais comprometida será a capacidade estatal de formulação de políticas públicas e macroeconômicas (MARCONI; BRANCHER, 2017), assim: “um nível alto de taxa de juros para um país com uma grande dívida pública interna implica aumento dos gastos públicos que enfraquece o Estado, e portanto não aumenta a demanda efetiva e as oportunidades de investimento; ao contrário, ele as reduz” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 103).

Mas se são eloquentes os seus efeitos deletérios para a economia, por que então a taxa de juros – pelo menos para o caso do Brasil – permanece tão elevada²⁰? Algumas explicações podem ser brevemente esboçadas. A primeira grande razão é que em princípio o Banco Central brasileiro conta apenas com uma meta de operação e um instrumento a disposição, a saber, a taxa de juros e o controle da inflação, de modo que a política monetária praticada torna-se enviesada, ou *one sided* (OREIRO, 2011). Isso significa que, face a um aumento dos níveis de preço, o Banco Central eleva a taxa de juros básica da economia, impondo um contingenciamento monetário que, a partir da redução na demanda agregada, recua o patamar observado dos preços, ignorando que a inflação possui outras fontes possíveis de causa (como a inercial ou a pelo canal da oferta). Tal prática, além de apreciar o câmbio de um país, é de eficiência questionável, conforme aponta

²⁰ Para comprovações do enunciado acima, consultar Bresser-Pereira (2007), Marconi e Brancher (2017), Oreiro (2011) ou qualquer manual de economia brasileira contemporânea, como Germaud, Vasconcellos e Toneto Jr. (2006, p. 449 – 507).

Oreiro (2011)²¹. O controle inconciliável da inflação é oneroso e seus frutos são colhidos por uma minoria, beneficiária direta de um programa que opta pelo crescimento dos juros em detrimento do crescimento do produto (ERBER, 2011).

Os juros altos também são avalizados quando se apregoa o aprofundamento financeiro. Este pode ser simplesmente concebido como a ideia de se praticar juros elevados para que, graças aos diferenciais de rendimento internacionais consideráveis, alcançados mediante a anteposta lógica de juros altos com inflação baixa e câmbio apreciado, se logre atrair um robusto volume de capital externo e, supostamente, se fomente a criação de poupança doméstica (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). A esse respeito, basta ser dito que a lógica de criação de poupança com déficits financiados já foi refutada e que o efeito ulterior da prática de atração de capital com juros elevados é, como em todo o caso de sobreapreciação cambial, o definhamento produtivo e a exposição financeira.

De forma subsidiária à prática de juros para o controle inflacionário, surge o uso da chamada âncora cambial (BRESSER-PEREIRA, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Sucintamente, o recurso à âncora cambial – comum em situações de hiperinflação – consiste em atrelar o preço da moeda nacional ao preço de uma moeda estrangeira forte ou a uma cesta de moedas. No entanto, economias que não sofrem de surtos hiperinflacionários e que, ademais, se encontram em situação intermediária de desenvolvimento, não deveriam recorrer a esse hábito, posto que ele geralmente envolve apreciação cambial contínua e, principalmente, políticas de atração de capital como as há pouco mencionadas (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Ao formulador de política econômica, torna-se cada vez mais tentador apreciar o câmbio para se atingir determinada meta de inflação e, dado o entrelaçamento de juros e câmbio, sacrificar o desenvolvimento corrente e o equilíbrio externo de longo prazo por influência de interesses extremamente curto prazistas; a esse costume convém chamar de “populismo cambial” (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 255; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, p. 108).

²¹ É ineficiente em função de dois fatores. De um lado, como foi mencionado, o controle inflacionário pela taxa de juros ignora uma cesta de bens (a exemplo daqueles cujos preços são administrados) que são insensíveis às variações na demanda e extremamente sensíveis às variações no câmbio e/ou nos preços internacionais. Por outro lado, dada a indexação dos títulos da dívida pública, uma elevação na taxa de juros torna-se sub ótima no controle da demanda agregada porque culmina em um aumento da riqueza do setor rentista, pressionando positivamente a curva de demanda agregada e aumentando o déficit em conta corrente nacional, já que o câmbio se aprecia junto ao aumento dos juros.

Para a teoria Novo Desenvolvimentista, o populismo cambial é responsável por sancionar as práticas habituais que sobreapreciam o câmbio (BRESSER-PEREIRA, 2017). Embora seja também político, ele é um fenômeno fundamentalmente econômico, e se alicerça sobre a existência de uma alta preferência pelo consumo imediato, incumbida de incitar no funcionamento da economia uma elevada propensão a operar no curto prazo, consentindo à recorrência ao crescimento com poupança externa, anuindo às práticas de juros elevados e de âncora cambial, e estimulando-as (BRESSER-PEREIRA, 2012; 2016; 2017; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Por ter pertinência aos propósitos do presente estudo, um último comentário deve ser feito: para o Novo Desenvolvimentismo, apenas a doença holandesa e suas rendas ricardianas são consideradas imperfeições estruturais em economias em desenvolvimento; as políticas econômicas equivocadas, o populismo cambial, e a preferência pelo consumo imediato “não são estruturais mas são recorrentes” (BRESSER-PEREIRA; GALA, 2010, p. 670). Para o autor, tal concepção é ingênua, pois simplifica propensões enraizadas aos atores econômicos subdesenvolvidos, mas essa é uma polêmica para os próximos dois capítulos. Por ora, alguns comentários conclusivos, tirados de Marconi e Brancher (2017, p. 9), Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 108) e Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 109), apresentados na ordem em que foram citados, encerram a presente subseção e preparam o leitor para o fechamento do modelo macroeconômico Novo Desenvolvimentista.

No caso brasileiro, a manutenção da taxa de juros em patamares elevados para controlar o processo inflacionário e atrair capitais externos (supostamente para compensar a carência de poupança interna) termina pressionando por valorizações adicionais da moeda que resultam em déficit em transações correntes. Esse cenário acentua o processo de regressão da estrutura produtiva, apesar da queda da inflação. Assim, a conjugação do processo de doença holandesa (que é estrutural) com a contínua prática de juros elevados (que é um fator conjuntural, mas vem sendo utilizada há anos) resulta em longos períodos de sobreapreciação de nossa moeda e déficit em transações correntes que são periodicamente revertidos por desvalorizações súbitas, mas que, após uma crise em um processo de ajuste, a tendência a manter a moeda valorizada e apresentarmos déficit em transações correntes retorna. Esse é o movimento de nossa taxa de câmbio e de nossas contas externas após a liberalização financeira no início dos anos 1990.

As três poderiam ser resumidas em uma só: o populismo cambial, no qual incidem os políticos de forma esperta, porque sabem ou pressentem que quando o câmbio se aprecia a inflação cai e os rendimentos aumentam em termos reais, facilitando sua reeleição, e também os economistas – estes por incompetência, porque acreditam que o déficit em conta corrente é poupança externa que se soma à interna. E as três refletem alta preferência pelo consumo imediato encontrada no povo e nas elites dos países em desenvolvimento – na sua ânsia de “reproduzir os padrões de consumo do centro”, que Celso Furtado criticava com tanta insistência.

Aceitando assim uma moeda sobrevalorizada, os economistas agem de forma populista, curvando-se à alta preferência pelo consumo imediato da população. Já vimos que uma taxa de câmbio sobrevalorizada está associada a um alto nível de consumo e a uma baixa taxa de investimento. Suas causas são, afinal, *não políticas*, como a não neutralização da doença holandesa e, mais amplamente, como a não neutralização da tendência à sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio, que supõe a não rejeição da política de crescimento com poupança ou endividamento externo, da política de elevado nível de juros reais, e a política de âncora cambial para controlar a inflação. Não políticas que revelam uma alta preferência pelo consumo imediato.

2.5 A MACROECONOMIA DESENVOLVIMENTISTA: FECHAMENTO DO MODELO E ESTRATÉGIAS DE CRESCIMENTO.

Dados os contingenciamentos aos quais estão expostas as economias de renda média, como deve operar um país que (1) não reconhece o valor de seu câmbio, (2) não percebe que a doença holandesa apreciou sua moeda e a afastou de seu equilíbrio industrial, e (3) opta deliberadamente por crescer com poupança externa e populismo cambial? Para responder a essa pergunta, um último sistema de equações é bem-vindo (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 154):

Determinação da taxa de crescimento do produto real (g)²² e valor da taxa de câmbio real (e)

$$g = u^n \{v[\vartheta(e, R(e) - r)] + \delta\} \quad (6)$$

$$e = e^{ind} \quad (7)$$

A equação (6) diz respeito à taxa de crescimento garantida, ou seja, determina o ponto em que o grau de utilização da capacidade instalada (u^n), a relação produto/capital (v) e o

²² Em que:

g = taxa de crescimento do produto real

u^n = grau normal da utilização da capacidade

v = relação produto / capital

r = custo real do capital

ϑ = a taxa de depreciação do estoque de capital

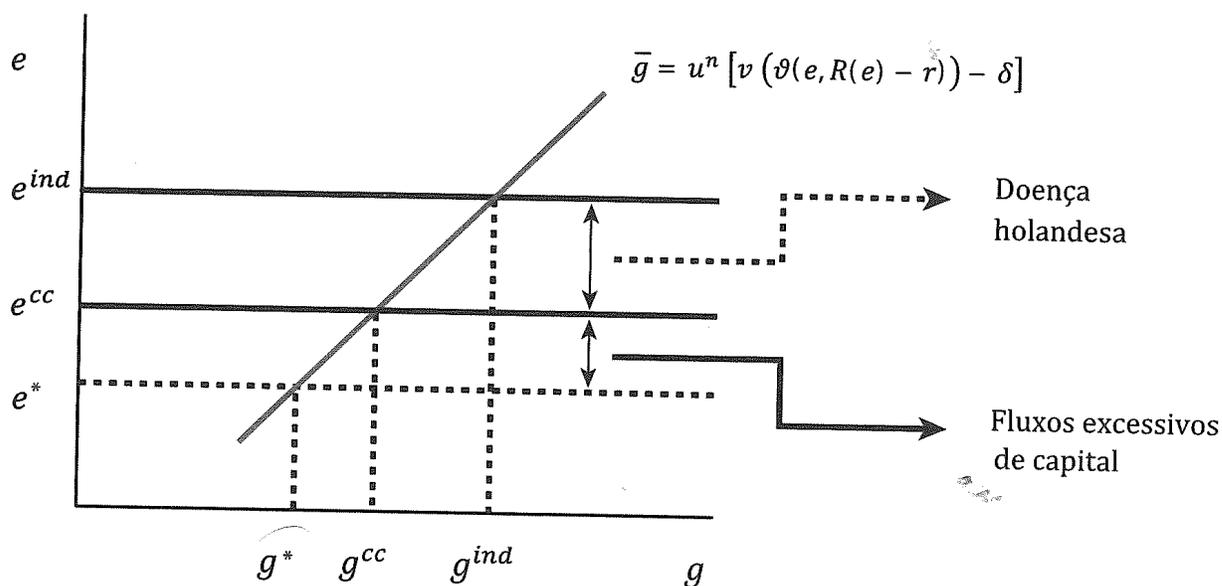
$R(e) - r$ = taxa de crescimento do estoque de capital

e = taxa de câmbio

e^{ind} = taxa de câmbio de equilíbrio industrial

crescimento do estoque de capital ($R(e) - r$) são constantes em função da taxa de câmbio real (e); quer dizer, é a taxa de crescimento de longo prazo compatível com a estabilidade no balanço de pagamentos para uma determinada taxa de câmbio. A equação (7) é relativa ao nível de câmbio por meio do qual as indústrias mais sofisticadas logram manter estáveis suas taxas de participação no produto de uma economia; é a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, aquela que garante demanda agregada em termos de volume e acesso (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). A superposição de ambas as equações define a taxa de crescimento com equilíbrio de longo prazo e sofisticação produtiva, e é o ponto de partida para a análise do modelo de sofisticação/regressão produtiva Novo Desenvolvimentista.

Gráfico 2 – Desequilíbrio de longo prazo com doença holandesa e fluxos excessivos de capital



Fonte: Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p.158)

Se um país de renda média, cujo processo de industrialização já se completou, perseguir ativamente uma política cambial orientada para o crescimento com sofisticação, como se pode visualizar no gráfico 2, no ponto em que g^{ind} é igual a e^{ind} , então essa nação estará conferindo aos seus produtores uma margem de lucro satisfatória sobre suas inversões, juntamente a uma expansão do nível e acesso a demanda agregada, além de situar o CUT em patamar competitivo com o resto do mundo e estará, enfim, projetando ao exterior suas empresas tecnologicamente

capazes, suscitando, por conseguinte, o crescimento econômico com desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). A produtividade geral da economia se ampliará, carregando consigo o nível de emprego da economia e, em sintonia com os anseios mais manifestos do Desenvolvimentismo Clássico, os salários pagos aos trabalhadores²³.

Entretanto, se esse mesmo país sofrer de doença holandesa e se ele deixar o câmbio acompanhar o diferencial ricardiano de rendas dela emanado, então a sua ossatura produtiva será prejudicada e a sua taxa de crescimento de longo prazo estará comprometida. Essa situação pode ser visualizada no gráfico 2, no ponto em que gcc é igual a ecc. Lá, o câmbio apreciado constringe as margens de lucros e oportunidades de investimento do setor tecnologicamente sofisticado da economia, incapaz de competir internacionalmente ou de transferir seus custos para preços, em função da entrada de importações na economia (MARCONI; ROCHA, 2012; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Sem perspectivas positivas sobre a eficiência marginal do capital, o produtor nacional posterga as suas inversões ou amplia o conteúdo importado em suas manufaturas²⁴, o que conduz, simultaneamente, a um vazamento de renda ao exterior e a uma retardação produtiva; por fim, se tem uma taxa de crescimento sustentável mais exígua que antes ($gcc < gind$) (MARCONI, 2012; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI). Ademais, o efeito renda sobre os níveis salariais desloca o consumo positivamente, mas este é atendido por importações e pelo setor de bens não comercializáveis, cujas margens de mark-up são protegidas ou, aliás, ampliadas (em função da inflação de demanda).

A adoção de um padrão de crescimento com câmbio determinado pela doença holandesa é benigna mas não é mortal, uma vez que este imprime certo grau de estabilidade externa no longo

²³ As políticas de distribuição de renda não são contempladas dentro do modelo fechado do Novo Desenvolvimentismo, que se ocupa, como se viu, essencialmente da especialização produtiva em uma economia. Isso não quer dizer que pouca atenção seja dada ao caso, apenas que tais políticas não são variáveis explícitas do modelo. Em Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 179) os autores apresentam que é possível se realizar uma transferência funcional da renda em direção ao trabalho sem prejuízo às taxas de lucro dos capitalistas (uma vez que estas são essenciais ao modelo Novo Desenvolvimentista): ao se expandir o conceito de renda nacional, considerando-a não apenas a partir do binômio salários vs. lucros ($Y = W + P$), e incluindo na ciranda os rendimentos de capitalistas rentistas (R), os altos salários e bônus dos financistas e altos executivos de companhias multinacionais (B), e o Estado (Gw) que, pela via de despesas sociais, gera salário indireto, se tem que ($Y = W + Gw + P + R + B$). A ideia, portanto, seria transferir de (R), (B) e (Gw), sem maiores prejuízos em (P). Sugestões mais específicas podem ser conferidas na obra supracitada.

²⁴ E, no limite, transformando sua fábrica em maquiladora (MARCONI, 2012; MARCONI; ROCHA, 2011, 2012).

prazo (há equilíbrio intertemporal no balanço de pagamentos)²⁵. É quando se opta por liberalizar a conta capital e se permite deixar levar pelos fluxos estrangeiros internacionais, seja porque o país decidiu crescer com poupança externa, seja para aprofundar seu sistema financeiro, ou porque se quer controlar a inflação e/ou elevar artificialmente a renda de sua população, que um país realmente definha. Num primeiro momento, porque um câmbio ainda mais apreciado implica em uma regressão produtiva ainda mais incisiva, no ponto em que a economia tem sua trajetória de longo prazo determinada por $g^* = e^*$, a mais irrisória do gráfico. Mas principalmente, porque enquanto a indústria nacional vai morrendo aos poucos, como se fosse Ivan Ilitch de Tolstoi (2009), o país vai se tornando cada vez mais endividado e se vê progressivamente obrigado a realizar políticas de *confidence building* para manter o fluxo vital de divisas estrangeiras intacto – o que em bom português significa aumentar a taxa de juros básica da economia e reiterar institucionalmente o cumprimento do superávit primário público (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

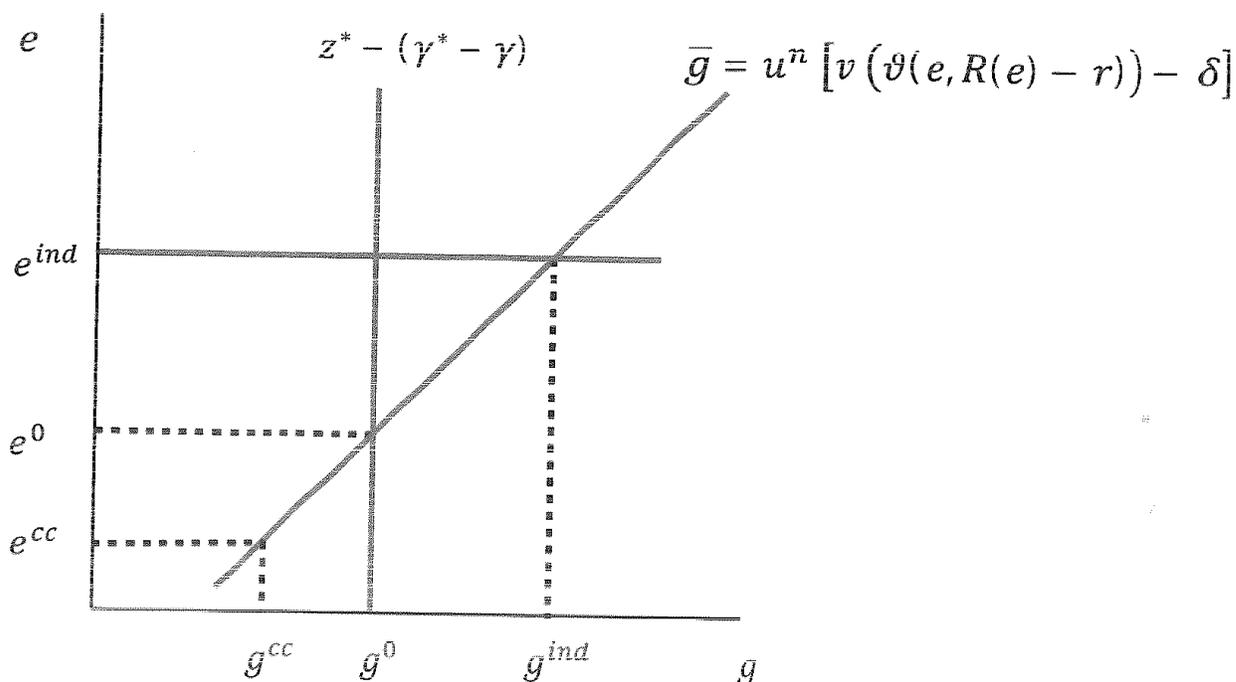
O paradoxo posto é que estas mesmas políticas impõem uma constrição ainda mais sufocante sobre a propensão a investir do setor público e privado, e se torna cada vez mais nítido que a criação de riqueza nacional é insuficiente para saldar as dívidas contraídas: g^* leva a uma relação dívida externa por exportações (D/X) sucessivamente mais frágil (restrição de solvência) e a uma piora no índice de reservas internacionais por dívida externa de curto prazo (restrição de liquidez) (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 147). O ciclo regressão produtiva–*confidence building* se repete, a despeito dos claros indícios de sua insustentabilidade e não obstante seus malefícios sobre o parque produtivo nacional, até que ocorra uma súbita perda de confiança dos credores (*sudden stop*), nos moldes descritos por Resende e Amado (2007), e a economia, dada a não neutralidade da moeda e a inconvertibilidade de suas emissões monetárias, sucumba a uma crise de Balanço de Pagamentos (BRESSER-PEREIRA, 2017; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). O país, pois, passa a ter (1) seu ciclo econômico determinado pelo seu ciclo de crises de balanço de pagamentos, e (2) sua taxa de crescimento e sofisticação produtiva delimitada pelo módico desempenho imposto por $g^* = e^*$ ²⁶.

²⁵ Embora isso não signifique que o país cresça com autonomia, já que sua balança de pagamentos e capacidade de importar estarão sempre condicionadas pela demanda externa por bens primários. Seus ciclos de expansão serão sempre determinados pelos ciclos de expansão do centro.

²⁶ Para uma outra exposição do mesmo processo, se recomenda a leitura de Bresser-Pereira (2007, p. 235 – 254).

O desempenho de longo prazo da economia pode ser visualizado no gráfico (3). A partir do entendimento que há uma taxa de crescimento (z^*) mediante a qual um país realiza seu processo de *catching up*, ou seja, se desenvolve a uma velocidade superior à média mundial ($Y^* - Y$), a macroeconomia desenvolvimentista estabelece que há uma taxa de câmbio ótima (e^{ind}) em que o crescimento econômico (g^{ind}), em função do acesso a demanda, e da proteção do lucro e estímulo ao investimento, é adequado à promoção do alcance econômico ($g^{ind} = e^{ind}$; $g^{ind} > g^0 = z^* - (Y^* - Y)$). Inversamente, se, pelas razões já excessivamente mencionadas, um país deixa seu câmbio se sobreapreciar (ponto ($g^{cc} = e^{cc} < g^0 = e^0$) no gráfico), a sua taxa de crescimento estará inapta a suscitar o emparelhamento produtivo necessário ao desenvolvimento; ao contrário, o seu hiato produtivo frente a outras economias estará se ampliando: se estabelecerá uma dinâmica de *falling behind*.

Gráfico 3 – Processo de emparelhamento produtivo (*catching up*) ou regressão relativa (*falling behind*)



Fonte: Bresser-Pereira; Oreiro; Marconi (2016, p. 160)

Na formalização do modelo, o Novo Desenvolvimentismo determina que apenas restrições pela demanda inibem o crescimento com sofisticação produtiva, condicionando o emparelhamento econômico apenas ao valor da taxa de câmbio. Ou, trocando em miúdos, as restrições do lado da oferta seriam de baixa relevância. Há, todavia, um alerta Novo Desenvolvimentista que se impõe: em cenários de prolongado descaso com a regressão produtiva, o tecido econômico pode se necrosar com tamanha intensidade que a curva de crescimento com emparelhamento se desloca para depois do ponto potencial em que a taxa de câmbio promove crescimento com sofisticação ($g_0 > g_{ind}$); a partir daí, restrições do lado da oferta passam a obstaculizar o desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 161).

Diante de tudo que foi exposto até o presente, o Novo Desenvolvimentismo postula uma estratégia de desenvolvimento baseada no crescimento pela via das exportações e da proteção ao lucro, optando por centrar-se na promoção do investimento privado e na atuação estratégica do Estado, com especial atenção dada à manutenção da taxa de câmbio em um patamar industrialmente competitivo e às evoluções dos demais preços macroeconômicos (juros e inflação), coadunada a um controle explícito da evolução do custo unitário do trabalho, prezando pelo aumento da produtividade nacional, entendida aqui como setorialmente definida (BRESSER-PEREIRA, 2012, 2016, 2017; MARCONI, 2017; OREIRO, 2012, 2017; MARCONI; BRANCHER, 2017; OREIRO; MARCONI, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Para tanto, é preciso neutralizar os efeitos da doença holandesa (BRESSER-PEREIRA, 2012, 2013) e combater a prática de crescimento com déficit em conta corrente (BRESSER-PEREIRA, 2017). O primeiro caso implica a criação de um imposto sobre as exportações de bens ricardianos que: incida inicialmente sobre os custos de produção desses bens primários e, num segundo momento, culmine em depreciação cambial²⁷ (BRESSER-PEREIRA, 2013). No médio prazo, a depreciação cambial compensa as tributações oneradas sobre os produtores de commodities ricardianas, de modo que o nível de renda dessa classe volta para o patamar em que se situava antes; assim mostra Bresser-Pereira (2012, 2013, 2016). Ademais, a receita estatal criada pelo encargo sobre produtores de commodities pode ser utilizada para a criação de um

²⁷ Essa depreciação é causada pela menor participação das exportações de primários no fluxo de comércio nacional, em decorrência do recuo na curva de oferta como resultado do aumento de seus custos.

fundo soberano, como ocorre na Noruega, e um fundo de estabilização e/ou proteção a esses produtores, visto que eles são essencialmente *price takers* e não *price makers*.

O segundo caso exige a recusa ao populismo cambial e, mais especificamente, uma política cambial ativa, coadunada a uma política financeira que restrinja a capacidade de arbitragem dos fluxos de capital não produtivos (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016).

Como Oreiro, Abramo e Lima (2016) mostram, a depreciação cambial garante acesso mais amplo aos mercados externos, e, por intermédio da inflação, também distribui funcionalmente a renda em favor dos lucros, impactando duplamente a propensão a investir dos capitalistas produtivos. De fato, em termos concretos, a alavancagem dos lucros dos setores dinâmicos é uma bandeira explicitamente defendida em textos Novo Desenvolvimentistas, como em Oreiro (2017) e, de forma mais evidente, Marconi (2017) e Marconi e Rocha (2011, 2012). Significa, portanto, que no curto prazo a estratégia Novo Desenvolvimentista é concentradora de renda (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 214)²⁸. No médio prazo, porém, o aumento de produtividade derivado da maior participação do capital produtivo nacional, devidamente catapultado pelo câmbio e pelo acesso à demanda agregada, pela distribuição funcional da renda e pela maior eficiência marginal do capital – dado o recuo no nível de juros –, e pela existência de um Estado ativo e responsável no sentido keynesiano, faz com que se abra espaço para a ampliação do salário real (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016)²⁹.

Por essa razão, o Novo Desenvolvimentismo busca desenvolver, de forma subordinada à sua formulação macroeconômica, um estudo da microeconomia – ainda incipiente, de modo que ela não será tratada aqui – e da economia política desenvolvimentistas (BRESSER-PEREIRA, 2016; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). Justamente por delegar ao Estado uma função protagonista na projeção macroeconômica da indústria nacional, por reconhecer a existência de falhas estruturais de mercado em economias de renda média, e por entender que o esforço concentrador de renda deve ser feito sob a égide de um consenso nacional de desenvolvimento, que a economia política do Novo Desenvolvimentismo prega por uma coalizão

²⁸ Vale dizer: a distribuição funcional da renda se dá em benefício exclusivo do capital produtivo nacional, ocorrendo em detrimento (também) de setores economicamente deletérios, como o capital financeiro nacional e internacional.

²⁹ Num primeiro momento, inclusive, este aumento salarial pode exceder o nível de produtividade do trabalho de forma não inflacionária e sem compressão sobre as taxas de lucro, desde que a produtividade do capital também tenha apresentado crescimento no transcorrer do período em questão.

de classes produtivista e pelo estabelecimento assumido de um plano nacional de desenvolvimento econômico (BRESSER-PEREIRA, 2016).

Portanto: se a macroeconomia desenvolvimentista instrumentaliza o desenvolvimento econômico, a economia política desenvolvimentista lhe dá legitimidade, conferindo-lhe um significado histórico e, acima de tudo, uma instituição-referência para o futuro, qual seja: o desenvolvimento enquanto estratégia nacional. É isso que o Novo Desenvolvimentismo pretende ser e é a esse propósito que serve sua teoria; posto como está, sua explanação no presente trabalho cá se encerra.

2.6 CRÍTICAS AO MODELO

A seguir, breves comentários referenciam algumas das críticas, de diferentes matrizes teóricas, ao Novo Desenvolvimentismo. Primeiramente, em Lisboa e Pessoa (2016), pode-se visualizar o contra argumento ortodoxo à problemática Novo Desenvolvimentista. De forma muito abreviada, essa linha de pensamento argumenta não haver primazia na especialização produtiva setorial e, ademais, sustenta que os diferenciais de produtividade e desempenho econômico emanam daquelas virtudes que são suplementares ao funcionamento do mercado, como a qualidade da educação e das instituições, as externalidades, ou a formação de poupança, e não de nichos econômicos específicos (LISBOA; PESSOA, 2016). Ocorre, no entanto, que a ortodoxia opera sob diferentes pressupostos metodológicos, os quais implicam um entendimento fundamentalmente distinto dos processos econômicos e, por extensão, a afasta das definições basilares ao Novo Desenvolvimentismo, como produtividade, instituições e desenvolvimento; sua linguagem é, por definição, incompatível com o que sustenta o Novo Desenvolvimentismo. A ortodoxia é um sistema de valores axiomáticos em si e parece não operar com nada que não seja ela mesma.

Em seguida, em Bastos (2012) se encontra a crítica, aparentemente pelo lado do social desenvolvimentismo, ao Novo Desenvolvimentismo. Fundamentalmente, o autor defende que o Novo Desenvolvimentismo apenas aparenta ser estrutural, no sentido cepalino do termo: sua predisposição a conceber a revolução industrial como dada; sua restrição do papel estatal à administração de preços macroeconômicos, sem se deixá-lo atuar diretamente enquanto precursor de políticas industriais propriamente ditas, comprometendo-o com regras fiscais e reduzido seu

impacto dinamizador potencial; sua condescendência com a concentração de renda; o pequeno interesse demonstrado em políticas sociais e de transferência de renda; em maior ou menor grau, aproximam, para Bastos, o Novo Desenvolvimentismo da estratégia neoliberal de crescimento (2012, p. 789).

O presente trabalho comunga com algumas das inquietações apresentadas aqui, principalmente no tocante ao recuado papel que o Novo Desenvolvimentismo designa ao Estado, além da exagerada crença que deposita nas potencialidades setoriais brasileiras. Se considera, todavia, que a crítica atribuída à política salarial e à proteção dos lucros é exagerada, talvez porque à época as noções da relação entre o CUT e o valor de câmbio não estivessem plenamente estabelecidas. Se acredita, adicionalmente, que a alternativa proposta em Bastos (2012) – o social desenvolvimentismo cristalizado nas três frentes de expansão de Bielschowsky (2012, p. 738 – 745) não pode ser considerada uma segunda opção teórica desenvolvimentista, pois ela efetivamente não explica nada, sendo antes uma estratégia específica de desenvolvimento, desenhada para um período determinado e atrelada a um contexto histórico definido, como bem aponta Bresser-Pereira (2016, p. 246).

Por fim, Mollo e Fonseca (2013) criticam o Novo Desenvolvimentismo com base nas suas reiteradas tentativas de desprendimento do Desenvolvimentismo Clássico. Os autores defendem que existe um núcleo desenvolvimentista comum a todas formulações que dele derivam, e que os teóricos Novo Desenvolvimentistas, no afã de se diferenciarem conceitualmente, distorcem a experiência histórica desenvolvimentista e/ou ignoram (ou supõem superadas) algumas das questões propostas pelas primeiras gerações do pensamento desenvolvimentista.

Seria esse o caso de ignorar que, na ausência de uma modificação qualitativa sobre a estrutura produtiva, o mero aumento das exportações pelo mecanismo do câmbio tende mais a agravar a defasagem paradigmática de um país, para se fazer menção a Fonseca e Arend (2016), do que a impulsioná-lo rumo um novo padrão produtivo. Ou seja, existem restrições de oferta que incidem sobre o desenvolvimento e que não podem ser combatidas apenas pela via da correção dos preços macroeconômicos. Nesse sentido, entende-se que a estratégia encabeçada pela macroeconomia desenvolvimentista pode ser necessária mas não é suficiente.

2.7 A CRÍTICA PROPOSTA PELO PRESENTE TRABALHO MONOGRÁFICO

Em consonância com as duas últimas críticas apresentadas, o presente trabalho considera que o Novo Desenvolvimentismo se equivoca ao negligenciar, ou julgar superados, alguns dos pressupostos abarcados no Desenvolvimentismo Clássico. No entanto, o objeto de divergência que aqui será investigado, diferentemente do apresentado em Bastos (2011), Mollo e Fonseca (2013) e Fonseca e Arend (2016), não diz respeito à aptidão ou não do sistema produtivo *per se* em um país de renda média. Ao invés disso, e em sintonia com as teorizações ligadas à percepção e às expectativas econômicas, observáveis desde a macroeconomia de Kalecki (1943, 1977) e Keynes (1996, p. 160 – 171), a presente pesquisa busca demonstrar que o subdesenvolvimento tem um efeito duradouro e condicionante sobre a cognição dos agentes econômicos. Que, portanto, o populismo cambial, a preferência pelo consumo imediato e a recorrência ao crescimento com dívida externa são, efetivamente, causados por fatores estruturais, diferentemente do que sustenta o Novo Desenvolvimentismo. Esses condicionamentos, que são falhas de mercado encucadas nos agentes, influem diretamente sobre as propensões a consumir e investir, e sobre o entendimento mesmo de desenvolvimento econômico.

Assim sendo, para esta monografia a dependência cultural encontrada em Celso Furtado (1974) não é fortuita; ela é provavelmente o fator de maior relevância na sustentação do subdesenvolvimento. Por estar perenemente enraizada, involucrada na dinâmica econômica de um país (nesse caso, o Brasil), ela define as preferências dos atores e deve ser considerada, junto ao câmbio desalinhado (MARCONI; ROCHA, 2011) e à estrutura produtiva paradigmaticamente retardatária (AREND; FONSECA, 2012), a grande causa da letargia produtiva que impera no Brasil.

A título conclusivo, isso significa que, se é aceita a afirmação de Fonseca (2014, p. 44) segundo a qual,

Entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.

E se, por conseguinte, se reconhece que o Novo Desenvolvimentismo pode se encaixar no preceito exposto acima, é fundamental que se estabeleça dentro dessa corrente teórica um

significado de superação do atraso e do subdesenvolvimento mais elaborado e substancial, superior a considerações exclusivamente ligadas a preços macroeconômicos ou à capacidade instalada; isso só pode ser materializado a partir de um retorno aos escritos críticos de Celso Furtado. Essa é a pretensão da presente obra monográfica e é a isso que se dedicam os próximos dois capítulos.

3. SUPERAÇÃO DO ATRASO, SEGUNDA LENTE: CELSO FURTADO, DEPENDÊNCIA E SUBDESENVOLVIMENTO

Hoje está em voga a tese segundo a qual o redirecionamento do processo de industrialização para privilegiar as exportações – como corretivo ou complemento da substituição de importações – permite franquear a barreira do subdesenvolvimento. Mas, trata-se efetivamente de superar o subdesenvolvimento ou de apenas romper o bloqueio ao crescimento? (FURTADO, 1992, p. 45).

3.1 INTRODUÇÃO E CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O esforço de demiurgia de Celso Furtado, para se fazer alusão à reverência de Oliveira (1983), lhe rendeu, ao final de sua trajetória teórica, um riquíssimo e detalhado mosaico explicativo do que seria o Brasil e, principalmente, de qual seria o sentido de seu atraso. O protagonista de sua obra é o progresso técnico e o coro que lhe dá regência é a divisão internacional do trabalho (FURTADO, 1976, 1977, 1992, 2008; CÊPEDA, 2005; TAVARES, 2000), o que significa que é a partir da superposição do interno ao forâneo que Furtado interpreta a singularidade subdesenvolvida dessa *terra brasilis*; ou, para ficar com uma expressão cara ao próprio demiurgo, é com “*los pies en la Patria y la cabeza en el mundo*” que se compreende o Brasil (FURTADO, 1971, apud CÊPEDA, 2005, p. 62). Assim, a teoria do subdesenvolvimento furtadiana é, em seu fulcro, a teoria da propagação desigual do progresso técnico, fruto da divisão internacional do trabalho irradiada de um centro dinâmico e expansivo, e a teoria da assimilação enviesada dos ganhos de produtividade, fruto do surgimento de capitalismo “bastardos” nas periferias da economia internacional (FURTADO, 1977, p. 190 – 192).

Pela maneira como envolve e define o desenvolvimento econômico, no entanto, a díade progresso técnico – divisão internacional do trabalho recebe de Furtado um invólucro conceitual muito mais substantivo do que aquele arquitetado por seu predecessor, Prebisch (1956), porquanto este se satisfiz com considerações puramente keynesianas à sua investigação sobre produtividade e demanda externa (TAVARES, 2000, p. 129), e também uma formulação muito mais robusta do que a apresentada pelo Novo Desenvolvimentismo, conforme esta foi exposta no capítulo anterior. As consequências últimas da absorção do progresso técnico, quer dizer, do crescimento da produtividade com sofisticação produtiva, vão muito além do simples aumento do produto ou da renda. Isso implica reconhecer que o desenvolvimento econômico é estrutural e

estruturante, justamente em função dos aspectos qualitativos intrínsecos ao progresso técnico (FURTADO, 1994, p. 39). Não é apenas o valor agregado adicionado a uma economia que se incrementa quando esta se plenifica setorialmente, mas toda a sua lógica produtiva subjacente, de oferta e de demanda (FURTADO, 2009, p. 164).

O presente capítulo se encarrega da tarefa de tornar nítida a noção de progresso técnico estruturante (o desenvolvimento) e, mormente, o seu avesso: o crescimento econômico e produtivo desarticulador, ou o subdesenvolvimento. A incumbência assumida é a de sistematizar o fenômeno do subdesenvolvimento, conforme adscrito por Celso Furtado, e utilizar-se da sua dinâmica para impor ao Novo Desenvolvimentismo uma profundidade estrutural mais rigorosa, fundamentalmente sob o intuito de refinar o seu anseio de superação do atraso.

Destarte, as Raízes do Subdesenvolvimento (FURTADO, 2011) serão desarraigadas, e o Mito do Desenvolvimento Econômico (FURTADO, 1974) será exposto, juntamente à Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (FURTADO, 1977). Assim, será possível destrinchar o Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (FURTADO, 2009) e intentar Um Projeto Para o Brasil (FURTADO, 1968) capaz de superar nossa Construção Interrompida (FURTADO, 1992).

Esquemáticamente, as próximas duas seções (3.2 e 3.3) apresentam o fenômeno do surgimento das economias subdesenvolvidas, o papel do progresso técnico e a forma que assumiu a divisão internacional do trabalho; em seguida, na seção 3.4, o subdesenvolvimento em estágios superiores é esboçado, com essencial ênfase dada ao processo de modernização e dependência cultural (seção 3.5). Comentários conclusivos sugerem uma nova abordagem à perenidade do subdesenvolvimento (3.6) e preparam o leitor para o terceiro capítulo – seção 3.7.

3.2 A FORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: O CENTRO

No esboço de análise que segue tentaremos captar o fenômeno do subdesenvolvimento no quadro da história contemporânea: como consequência da rápida propagação de novas formas de produção, partindo de um número limitado de centros irradiadores de inovações tecnológicas, em um processo que tendeu à criação de um sistema econômico de âmbito planetário. Dessa forma, consideramos o subdesenvolvimento como uma criação do desenvolvimento, isto é, como consequência do impacto, em grande número de sociedades, de processos técnicos e de formas de divisão do trabalho irradiados do pequeno número de sociedades que se haviam inserido na revolução industrial em sua fase inicial, ou seja, até fins do século XIX. (FURTADO, 2011, p. 88).

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária ao desenvolvimento, num esquema evolucionário de coisas; ele é um “processo histórico autônomo” (FURTADO, 1977, p. 189) fruto da penetração não homogeneizadora de técnicas e racionalidade produtivas oriundas da expansão econômica internacional e da subscrição subordinada aos papéis delegados pela lei das vantagens comparativas estáticas de David Ricardo (FURTADO, 1976, 1977, 1990). Subdesenvolvimento e desenvolvimento são coetâneos e, portanto, para se entender a lógica do primeiro é preciso antes explicitar como se deu o segundo. Sobretudo: qual a função precípua exercida pelo progresso técnico e pela acumulação no centro; como e por que ela difere do observado na periferia?

No concernente ao centro³⁰, pode-se dividir a transformação econômica fruto da Revolução Industrial em duas fases, marcadas pelo grau de absorção do excedente de mão de obra disponível³¹. Na primeira etapa, a irrupção de novas tecnologias e de um novo padrão de racionalidade, aos moldes weberianos (SWEDBERG, 2005), fizeram surgir de forma concomitante e coadunada (1) um excedente produtivo fruto da acumulação (aumento da dotação de capital por trabalhador) e (2) um mais alto nível de produtividade geral da economia, fruto do progresso técnico. Tudo a uma taxa de salários irrisória, posto que esta era definida pelo nível de vida da população, ainda muito próximo à subsistência (FURTADO, 1976, 1977, 2009, 2011). O que convém assinalar é que, sob o manto do progresso técnico atrelado à acumulação, os ganhos fundamentais de produtividade da economia eram decorrentes da sofisticação produtiva, da criação de tecnologia e de bens de capital – os eixos dinâmicos essenciais ao sistema (FURTADO, 1968, p. 20).

A segunda fase, muito resumidamente, se manifestava quando da absorção completa da mão de obra disponível à taxa de salário de subsistência em vigência (FURTADO, 2009). A partir desse ponto, a demanda por emprego excederia a sua oferta, e os níveis de salário passariam a se elevar. O desenvolvimento passaria a ser homogeneizador, uma vez que o capitalista industrial seria obrigado a transferir funcionalmente parte de sua renda, de seu excedente, a seus empregados, seja pela via de aumentos salariais, seja pelo barateamento dos

³⁰ E aqui leia-se, para um primeiro momento: Europa Ocidental do século XVIII, mormente o Reino Unido (FURTADO, 2009, p. 160).

³¹ A leitura sugerida àqueles que buscam se aprofundar no tema é Desenvolvimento e Subdesenvolvimento (FURTADO, 2009, p. 147 – 159), Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico (FURTADO, 1977, p. 187 – 191), Raízes do Subdesenvolvimento (FURTADO, 2011, p. 87 – 101) e Prefácio à Nova Economia Política (FURTADO, 1976, p. 90 – 93).

produtos ofertados (FURTADO, 2011). Nessa etapa, o progresso tecnológico também estaria subordinado ao conflito distributivo em cena, refletindo a disputa pela apropriação do excedente criado (FURTADO, 2009, p. 158 – 159). Nesse estágio de maturação, considerações de demanda efetiva à lá Keynes passariam a ser primordiais, havendo compatibilização entre aumento de produtividade, progresso técnico, acumulação e demanda agregada. Em síntese,

Deve-se ter em conta que modificações profundas na distribuição de renda, particularmente no sentido igualitário, pressupõem alterações simultâneas na estrutura da oferta, devendo o setor produtor de bens de capital reduzir a sua importância relativa no produto. Por outro lado, a preservação do esquema de distribuição de renda requer a manutenção de uma taxa de poupança e investimento que se traduz em rápido processo de acumulação, portanto tende a fortalecer a classe trabalhadora na luta pelos frutos do aumento de produtividade. Dessa forma, ao favorecer a posição de luta dos assalariados, a acumulação cria condições para que se intensifique a assimilação do progresso tecnológico; este último ao reestabelecer a elasticidade de oferta de mão de obra, tende a preservar a forma de distribuição de renda e indiretamente manter uma estrutura da oferta em que a participação dos bens de capital é relativamente alta; mantida a distribuição de renda e a estrutura da oferta, o processo de acumulação deverá prosseguir, fechando-se o círculo. Tudo passa, portanto, como se o antagonismo de classes inerente a um sistema em que a propriedade dos bens de produção está em mãos de uma pequena minoria – antagonismo que se manifesta na luta pela distribuição de renda –, conjuntamente com o controle e a orientação do progresso tecnológico pela minoria responsável pelos investimentos criassem condições para a preservação de uma taxa de poupança e investimento mediante a qual se assegura a imutabilidade da distribuição da renda social, ao mesmo tempo que vão sendo satisfeitas as reivindicações básicas da melhoria de vida da classe assalariada. (FURTADO, 2011, p. 94).

Ou, de forma abreviada:

Conforme já assinalamos, identificam-se duas fases nesse processo; na primeira, a liberação de mão de obra era mais rápida que a absorção, o que tornava a oferta desse fator totalmente elástica; na segunda, a oferta da mão de obra, resultante da desarticulação da economia pré capitalista tende a esgotar-se. Caberá, então, ao progresso técnico dar flexibilidade ao sistema econômica, assegurando que os fatores se combinem, em proporções compatíveis com a oferta de bens de capital, a qual refletia o padrão de distribuição da renda que se cristalizara no período anterior. Desta forma, o desenvolvimento da técnica passa a ser cada vez mais condicionado pela disponibilidade relativa de fatores nos centros industriais. (FURTADO, 1977, p. 187).

Impondo a conclusão que:

Num esforço de simplificação, poderíamos definir o processo de desenvolvimento autônomo como aquele no qual a ordenação dos fatores primários de impulso seria a seguinte: progresso tecnológico – acumulação de capital – modificações estruturais decorrentes de alteração no perfil da demanda. *No extremo oposto, teríamos o processo de desenvolvimento essencialmente dependente, no qual a sequência é inversa:*

modificações na composição da demanda – acumulação de capital – progresso tecnológico. (FURTADO, 1968, p. 22, grifos nossos).

Assim, no centro capitalista, o aumento de produtividade relevante ao sistema seria originado do progresso técnico, razão pela qual a economia se tornaria mais sofisticada, e os trabalhadores, mais qualificados.

Ocorre, entretanto, que há outras maneiras de se aumentar a produtividade de uma coletividade. Elas são: “a) aumento da dotação de capital por trabalhador, b) modificação do processo produtivo, ou seja, elevação do nível tecnológico, e c) modificação na estrutura produtiva decorrente da alteração no perfil da demanda global” (FURTADO, 1968, p. 20). Os dois primeiros processos indicados (a e b) refletem o desenvolvimento conforme ele se dá no centro, com aumento de capital por trabalhador (a) ou refino da tecnologia disponível (b); eles obedecem a lógica exposta acima e representam o crescimento homogeneizador do qual Furtado tanto desejava. O subdesenvolvimento, contudo, viria a equalizar crescimento com formas não estruturantes de aumento da produtividade, puxadas sobejamente pela expansão da demanda (geralmente de produtos primários) do centro (FURTADO, 2008, p. 156). A constituição histórica dos países subdesenvolvidos, articulados de maneira subalterna à divisão internacional do trabalho, é o que explica esse viés regressivo dos ganhos de produtividade na periferia. Esta é a primeira manifestação do subdesenvolvimento, e é dela que se trata a próxima seção.

3.3 A FORMAÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO: A PERIFERIA

A especialização geográfica inerente às vantagens comparativas significava que muitas regiões podiam ter acesso a aumento de produtividade econômica mediante o uso extensivo de recursos primários, particularmente terras cultiváveis. Tudo se passa como se existisse um potencial produtivo disponível, cuja utilização tornava-se possível com a ampliação do mercado. Criou-se assim um excedente econômico que pôde ser considerável, pois a reprodução da força de trabalho continuava a realizar-se no quadro da economia de subsistência preexistente. Este excedente foi apropriado por uma minoria (proprietários de terras, comerciantes, intermediários financeiros, burocratas, etc.) e assumiu a forma de poder de compra no exterior. (FURTADO, 1976, p. 91).

O movimento de acumulação e progresso técnico logo impeliu o centro à expansão comercial e integração econômica, não tardando em chegar às plagas do além mar (FURTADO, 1977). Quando encontrava condições favoráveis para a reprodução de sua dinâmica econômica

recém-inaugurada, quer seja por questões demográficas, geográficas ou políticas, a propalação europeia instigava novos centros produtivos dinâmicos (FURTADO, 2009, p. 160 – 161). Em contrapartida e de maneira não uniforme, quando essa expansão assumia a forma de penetração incidida sobre sistemas econômicos pré-capitalistas, particularmente a partir da fundação de linhas comerciais e empreendimentos extrativistas, o resultado geral era a criação de estruturas produtivas paralelas porém não complementares; eis o germe do fenômeno do dualismo, que será explicado adiante (FURTADO, 1977, 2009, 2011).

Se o mundo fosse regido pelas leis estáticas das vantagens comparativas ricardianas, pouco problema haveria em se estabelecer um entreposto de bens primários numa economia rudimentar. Em verdade, contudo, a forma mediante a qual a produtividade social é assimilada – a partir da expansão de um enclave exportador geralmente associado a um núcleo estrangeiro, difere substancialmente do processo suposto pelas leis ricardianas. Sob esse formato, a lógica capitalista de acumulação e aumento de produtividade pode se dar sem recorrer aos dois eixos nevrálgicos do crescimento com equidade, conforme Furtado os concebia: (1) a economia dual periférica é capaz de crescer seu produto sem assimilar as suas massas conterrâneas, posto que demanda pouco trabalho (em proporção ao montante absoluto deste fator disponível), não sofre pressões salariais, e não se sujeita às oscilações de demanda agregada ligadas ao consumo interno, visto que seu dínamo está nas exportações; e (2) a economia dual periférica cresce sem se desenvolver tecnologicamente, uma vez que a especialização geográfica contemporiza aumentos de produtividade mediante simples incremento na exploração dos recursos ociosos (FURTADO, 1974, 1976, 1977, 1992).

Objetivamente, aqui se verifica uma notável similitude com o que se apregoa pelo Novo Desenvolvimentismo. Mas Furtado vai além. Partindo da concepção de economias internas desacopladas e dessincronizadas, Celso Furtado redige extensas considerações sobre o atraso e o subdesenvolvimento. Um primeiro passo para entendê-las está na citação que segue, extraída de Celso Furtado (2009, p. 162 – 163), segundo a qual:

A estrutura econômica da região onde penetrou a empresa capitalista [...] não se modifica, necessariamente, como consequência dessa penetração. Apenas uma reduzida fração da mão de obra disponível é absorvida pela empresa forânea; os salários pagos a essa mão de obra não são determinados pelo nível de produtividade da empresa, e sim pelas condições de vida prevalente na região. [...] Como a empresa capitalista está ligada a região onde se localizou quase exclusivamente como um agente criador de massa de salários, seria necessário que o montante dos pagamentos ao fator trabalho

alcançasse grande importância relativa para provocar modificações na estrutura econômica. O fenômeno é, até certo ponto, idêntico ao observado na primeira fase do desenvolvimento da economia capitalista, quando o sistema artesanal preexistente ia sendo destruído e absorvido. [...] Ainda assim a similitude é aparente, pois a empresa capitalista que penetra em uma região de velha colonização e estrutura arcaica *não se vincula, dinamicamente*, a essa última, pelo simples fato de que a *massa de lucros por ela gerados não se integra na economia local*. (grifos nossos).

Tem-se, a essa altura, a primeira etapa na formação do subdesenvolvimento. O excedente formado pelo núcleo exportador³² é retido pela parcela que controla sua produção, e a acumulação dele proveniente não é nem reinvestida sob a forma de desenvolvimento técnico, nem utilizada para fomentar o surgimento de uma renda monetária que seja endêmica a seu país de instalação (FURTADO, 1974, p. 78, 1995, p. 6). A engrenagem de reprodução econômica do sistema, diferentemente do que se observa no centro, não é o progresso técnico; é a procura externa por exportações primárias. Posto de outra maneira: o país passa a se subordinar inteiramente ao progredimento tecnológico do centro, porquanto esse determina os níveis de renda e, subsequentemente, de demanda irradiada de lá (FURTADO, 1968, 1974)³³. Institui-se o crescimento sem desenvolvimento.

A primeira consequência que daí decorre, e isso é algo que já havia sido explicitado por formulações anteriores a Furtado, é que são baixos os níveis de crescimento do produto da região, e é persistente a incapacidade de se almejar o desenvolvimento autônomo. Como as mudanças estruturais são irrisórias, a economia passa ter um coeficiente de importações cada vez mais elevado, que responde a alterações no nível de renda e na composição da demanda da elite interna, cada vez mais integrada aos ditames extracontinentais. É preciso clarificar, no entanto, que uma alta dependência de importações não é a causa da sujeição externa, mas um sintoma; e que aliás passa praticamente despercebido nos estágios iniciais do subdesenvolvimento, visto que a renda gerada pelas exportações é suficiente para satisfazer o núcleo produtivo periférico.

A grande chaga que se instala e se manifesta sob o vulto de elevada propensão a importar, entretanto, é de natureza muito mais substancial do que sugere uma simples análise de desempenho econômico via agregados, macro ou micro. Ela reflete um processo intersubjetivo de dependência, via absorção de hábitos de consumo e preferência; Celso Furtado chama-o de

³² No caso do Brasil, historicamente: açúcar, minérios ou café (FURTADO, 2007).

³³ Num esquema mais rudimentar de dependência e subdesenvolvimento, o enclave periférico é absolutamente subordinado ao centro; isso ocorre quando todo o excedente gerado na região é expatriado, ou seja, os lucros gerados se insulam totalmente da sua economia de origem (FURTADO, 1974, 1977).

“modernização” (1974, p. 81, 1992, p. 39, 1995, p. 6). Ela é a pedra angular do subdesenvolvimento e é o que permite sustentar por longos períodos uma estrutura dual de produção. É a partir dela que os atores econômicos periféricos perenizam seus descompassos entre progresso técnico, acumulação e produtividade, pois a modernização implica não apenas na importação de produtos: ela é essencialmente a importação de estilos de vida (e de reprodução material da vida) incompatíveis com o grau de sofisticação produtiva doméstico (FURTADO, 1974). A modernização substitui o progresso e o desenvolvimento enquanto metas, hospedando em seu lugar o desejo mimético de se reproduzir padrões de consumo e se importar prosperidade (FURTADO, 1990, 1992).

Para captar a natureza do subdesenvolvimento, a partir de suas origens históricas, é indispensável focalizar simultaneamente o processo da produção (realocação de recursos dando origem a um excedente adicional e forma de apropriação desse excedente) e o processo da circulação (utilização do excedente ligada à adoção de novos padrões de consumo copiados de países em que o nível de acumulação é muito mais alto), os quais, conjuntamente, engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes. [...] Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. (FURTADO, 1974, p. 80 – 81).

Em resumo: o subdesenvolvimento se instala em países nos contornos do núcleo dinâmico internacional e os propõe rumo a uma revolução produtiva regressiva, sem ganhos de progresso técnico e sem absorção e formação de um mercado maduro. O crescimento sem desenvolvimento permite a formação de um excedente, que logo se transforma em demanda por importação de consumo; este, ao penetrar na economia, modifica substancialmente a forma da economia, mas não a sua essência, ainda dependente da procura externa e das suas técnicas produtivas rudimentares. No longo prazo, a sociedade se torna modernizada e duplamente subordinada ao progresso técnico dardejado do centro: ele é a fonte de demanda externa e, adicionalmente, o motor da oferta de importações, quer direta quer indiretamente; assim o resume Furtado (1968, p. 23, 2008, p. 157 – 158):

Em síntese, o que caracteriza uma economia dependente é que nela o progresso tecnológico é criado pelo desenvolvimento, ou melhor, pelas modificações estruturais que surgem inicialmente do lado da demanda, enquanto nas economias desenvolvidas o progresso tecnológico é, ele mesmo, a fonte de desenvolvimento.

Nos países cêntricos, os que comandam o processo de industrialização, o ponto de partida era um progresso tecnológico que assume a forma de transformação nos processos de produção, na oferta. [...] O progresso tecnológico assume primeiramente a forma de inovações no processo produtivo, nos métodos de produção. [...] No sistema de economia subdesenvolvida, o processo se inicia pelo lado da demanda, via ampliação do mercado por causa de elevação da produtividade econômica, que decorre da inserção na divisão internacional do trabalho.

Esse é o quadro inicial do subdesenvolvimento e da modernização. Como se apresentará, o crescimento econômico não os dirime, posto que é submisso a eles; ele apenas os altera. Em conclusão,

Dessa forma, a difusão de novas técnicas deu-se em certas áreas quase que exclusivamente pela introdução de novos produtos via importação. Os processos produtivos permaneciam, no essencial, nos padrões tradicionais, havendo casos em que o regime de servidão ou escravidão era preservado. Isso não impedia que todo um novo estilo de vida começasse a ser introduzido na sociedade em benefício de segmentos da população, graças aos incrementos de produtividade criados pela realocação de recursos no quadro de vantagens comparativas externas. Em trabalhos do começo dos anos 70, chamamos de *modernização* a essa forma de assimilação do progresso técnico quase exclusivamente no plano do estilo de vida, com fraca contrapartida no que respeita à transformação do sistema de produção. (FURTADO, 1992, p. 41, grifos do autor).

O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida. Essa proclividade à absorção de inovações nos padrões de consumo tem como contrapartida o atraso na absorção de técnicas produtivas mais eficazes. É que os dois métodos de penetração de modernas técnicas se apoiam no mesmo vetor, que é a acumulação. Nas economias desenvolvidas existe um paralelismo entre a acumulação nas forças produtivas e diretamente nos objetos de consumo. O crescimento de uma requer o avanço da outra. É a desarticulação entre esses dois processos que configura o subdesenvolvimento. (FURTADO, 1992, p. 42).

3.4 INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO SUBDESENVOLVIDOS

Transcorrido um período de tempo, em virtude de sua participação nas correntes comerciais internacionais, a economia subdesenvolvida passa a articular uma massa de renda monetária nacional, que tende a englobar um número significativo de fatores remuneráveis de produção (FURTADO, 2007, 2008). O sistema ainda depende do dinamismo exterior, mas passa a funcionar com um multiplicador keynesiano interno (FURTADO, 1977), e a apresentar um crescente coeficiente de importações, pelas razões já expostas: expansão da demanda interna sem ampliação do progresso técnico (FURTADO, 1968, 2008). A capacidade de importar é

determinada pela receita exportadora nacional; esta, no entanto, é função de uma demanda menos dinâmica que a que rege o ímpeto modernizador da economia subdesenvolvida. Tão logo a economia começa a crescer, sua dependência por recursos externos obsta o prosseguimento autônomo e endógeno de seu desenvolver (FURTADO, 1968, 1977). Por imposição estrutural e acidente conjuntural, inicia-se a industrialização substitutiva de importações (FURTADO, 1968, 1977, 2007, 2008)³⁴.

A lógica de desarticulação entre produção e demanda, a partir da fase substitutiva de importações, passa a ter outro caráter, e o mesmo vale para o fenômeno da modernização econômica. Antes, os ditames da proclividade à imitação eram simplesmente importados pelo país subdesenvolvido, sob a forma de bens finais. Isso significava que o nexos modernizador da economia se limitava às trocas comerciais, pois o sistema carecia de uma articulação econômica de maior envergadura. É com a expansão capitalista do sistema, via aumento da renda monetária e diversificação produtiva que o subdesenvolvimento caminha rumo a seu estágio de “grau superior” (FURTADO, 1977, p. 192). Com o advento do esforço industrializante, a modernização penetra decisivamente no tecido produtivo da economia, não mais se limitando a considerações de consumo. Agora, investimento e produção estão sob o seu feitiço (FURTADO, 1974, p. 81). Eis as razões por quê:

É em fase mais avançada, quando se objetiva produzir uma constelação de bens consumidos pelos grupos sociais modernizados, que o problema se coloca. Com efeito: a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho. (FURTADO, 1974, p. 81 – 82).

E, mais adiante:

O núcleo industrial ligado ao mercado interno se expande através de um processo de substituição de manufaturas antes importadas, vale dizer, em condições de permanente concorrência com produtores forâneos. Daí resulta que a maior preocupação do industrial local é a de apresentar um artigo similar ao importado e adotar métodos de

³⁴ Esse processo de transformação é complexo e foi alvo de extensa consideração em Furtado (1977, 2008, 2009, 2011). Por anseios de sistematização, apenas uma explanação abreviada será feita nesse trabalho monográfico.

produção que o habilitem a competir com o importador de artigos estrangeiros. Assim sendo, os processos produtivos que se afiguram mais vantajosos são aqueles que permitem reproduzir com exatidão os artigos importados, e não os que permitam uma transformação mais rápida da estrutura econômica [...]. (FURTADO, 1977, p. 195).

O que se depreende é que a substituição de importações se dá com o objetivo não de desenvolver a economia local, mas o de satisfazer uma demanda historicamente condicionada; de superficialmente aproximá-la ao que esta considera avançado. Oras, dada a não neutralidade do progresso tecnológico (FURTADO, 2011, p. 96), os efeitos globais do crescimento orientado à satisfação do composto modernizado são desarticuladores para o conjunto da economia. Isso porque, em sua estrutura, a economia periférica é incapaz de produzir bens tecnológicos aos mesmos custos que seus concorrentes externos, o que a obriga a compensar suas defasagens por meio de esforços concentradores de renda (FURTADO, 1974, p. 93). A distribuição regressiva da renda, quer dizer, a “exploração” (FURTADO, 1974, p. 94), numa economia periférica é o único meio mediante o qual os produtores são capazes de conservar sua capacidade de atuação.

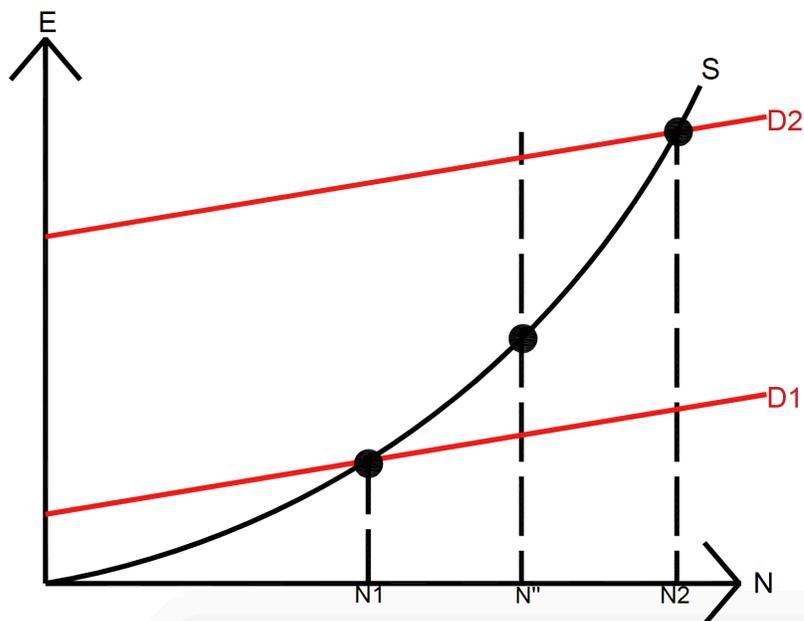
Ademais, conforme já se insinuou, o progresso tecnológico reflete uma disputa pela participação na renda, num quadro de pleno emprego potencial. Em verdade: as tecnologias espargidas do centro, conquanto ampliadoras da produtividade de mão de obra, são, em decorrência da composição do emprego de fatores de lá, poupadoras de trabalho (FURTADO, 2009). Ou seja, quando se imita padrões produtivos do centro, ou se importa bens de capital de ponta, uma economia subdesenvolvida assimila conjuntamente uma demanda por mão de obra a níveis inferiores aos seus (pois estão em consonância com a ocupação dos fatores do centro, e não da periferia), agravando o problema de desemprego estrutural e heterogeneidade de renda (FURTADO, 2009, 2011).

Culminando num descompasso fundamental em seu nível de demanda efetiva, que passa a ser, ao bem da verdade, bifurcado e não complementar: de um lado, uma massa desempregada inapta a fomentar um mercado homogêneo e de grande envergadura de demanda por bens de consumo (FURTADO, 1968, 2011; OLIVEIRA, 2008, p. 114); de outro, uma minoria modernizada cuja curva de demanda efetiva está além da fronteira de produção de sua economia e cujo mimetismo obsessivo perpetua a desigualdade (FURTADO, 1974, 1990, 1992). Desenhasse assim a caricatura do Princípio da Demanda Efetiva de Keynes (1996, p. 37 – 44), conforme está disposto no gráfico a seguir.

O gráfico 4 esboça esquematicamente o que se intentou sistematizar no parágrafo anterior. No eixo das ordenadas estão as expectativas dos agentes (E), de vendas e gastos, e nas abscissas está o nível de emprego para a economia (N); a curva de oferta é representada por (S), enquanto as duas demandas coexistentes são ($D1$) para a massa trabalhadora e ($D2$) para a elite modernizada; dos pontos em que ($S = D1$) e ($S = D2$) se deriva, respectivamente, os níveis ($N1$) e ($N2$) de emprego da economia; o valor (N'') representa o ponto em que, aceita uma taxa natural de capacidade produtiva para a economia, se alcançaria o pleno emprego potencial desta, caso fosse válida a hipótese de funcionamento homogeneizador do crescimento do produto e de desenvolvimento com sofisticação produtiva.

Em que pese o desempenho da economia, o que se almeja ilustrar com o gráfico 4 é a noção de que, no afã de se satisfazer uma demanda que está além do limite imposto pela capacidade produtiva instalada, os pontos ($N1$) e ($N2$) são progressivamente afastados do valor (N''): ($N1$) recua, ($N2$) avança: essa é a lógica de apropriação do excedente como contrapeso às defasagens tecnológicas. Ou seja, o crescimento econômico intensifica a disparidade de rendimentos da economia. Com efeito: quanto maior for o esforço modernizador da economia, mais contraditórios são seus resultados, porque ele culmina em valores de demanda efetiva sucessivamente mais distantes da sua posição homogeneizadora, ou natural, (N''), tanto para mais quanto para menos.

Gráfico 4 – Demanda efetiva dual



Fonte: elaboração própria, a partir de Keynes (1996, p. 37 – 44) e Furtado (1968, 1974, 1992)

A demanda modernizada (D2) só pode se satisfazer mediante a compressão de (D1). Por mais que isso possa parecer um contrassenso, visto que (N2) é maior que ambos (N'') e (N1), o que sugere que o emprego da economia está em patamar mais elevado quando se atende a demanda efetiva modernizada do conjunto, essa relação é enganadora. A verdadeira forma de se interpretar os valores de emprego numa economia subdesenvolvida, conforme estes se apresentam no gráfico 4, é a partir da divisão da quantia total dos fatores empregáveis da economia (N'') em dois conjuntos: (N1), que representa a maioria da população e massa salarial do sistema, e (N2), que engloba os fatores de produção mais dinâmicos da economia e aquela minoria instruída, melhor capacitada e sobretudo modernizada da sociedade. O que o gráfico mostra, portanto, é que quando a economia opera em seu ponto de demanda efetiva modernizada ela necessariamente proporciona, de forma simultânea e vinculada, pleno emprego aos estratos superiores da coletividade ($N2 > N''$) e subemprego estrutural à sua grande massa subalterna ($N1 < N''$). Esse é o esboço que o presente trabalho monográfico propõe, com base em Furtado (1974, p. 94 – 109, 1976, p. 95 – 96, 1992, p. 39 – 48, 2011, p. 171 – 195).

Deste modo, a dinâmica da economia passa a assumir um vínculo crescentemente subordinado à taxa de absorção de lucros e apropriação de excedente do sistema (FURTADO,

1992, p. 44). Em tais condições “o crescimento econômico tende a depender mais e mais da habilidade das classes que se apropriam do excedente para forçar a maioria da população a aceitar crescentes desigualdades sociais” (FURTADO, 1977, p. 88). A rigor, o efeito compensatório exercido pela dependência ao lucro, no sentido de amenizar desvantagens comparativas industriais, faz com que a logicidade da demanda efetiva subdesenvolvida assuma um semblante muito mais kaleckiano do que propriamente keynesiano. Quer dizer, ela parece ser decisivamente determinada pelas equações (8), (9) e (10), tiradas de Jobim (1984, p. 31, p. 57, p. 64)³⁵. E mais, ela passa a ter a feição do ornitorrinco de Oliveira (2008, p. 150):

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular: as bases internas da acumulação são insuficientes, estão aquém das necessidades para uma ruptura desse porte. Restam apenas “acumulações primitivas”, tais como as privatizações propiciam: mas agora com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. [...] O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigualitária sem remissão.

Composição dos determinantes da renda em Kalecki³⁶:

$$Y = I + Ck + \frac{w1 I + w2 Ck}{1 - w3} \quad (8)$$

Demanda efetiva determinada pelos lucros em Kalecki³⁷:

$$Pt = \frac{I(t-w) + A}{1 - q} \quad (9)$$

³⁵ A dedução completa das referidas equações se encontra em Jobim (1984, p. 29 – 64). Recomenda-se a leitura.

³⁶ Em que:

Y = Renda

I = Investimento dos capitalistas

Ck = Consumo da classe capitalista

w1 I = participação relativa do salário no setor de bens de capital pela produção neste

w2 Ck = participação relativa do salário no setor de bens de consumo capitalista pela produção neste

w3 = participação relativa do salário no setor de bens de consumo da classe trabalhadora

Os fatores que governam a forma como a renda se distribui entre os componentes da economia pode ser encontrada em Jobim (1984, p.32 – 37).

³⁷ Em que:

Pt = Lucro capitalista em um dado período

I(t-w) = Investimento ponderado para (t-w) períodos passados

A = Parâmetro constante

1 – q = multiplicador ponderado pelo hiato temporal entre I corrente e I(t-w); q é positivo e menor que 1.

Determinação da renda em Kalecki³⁸:

$$\Delta Y_t = \frac{\Delta I(t-w)}{(1-q)(1-\alpha)} \quad (10)$$

O que a sequência de equações mostra, ordenadas da forma em que estão, é o seguinte. De (8) se deduz que o nível da renda depende exclusivamente dos caprichos da classe capitalista de uma economia, posto que o investimento e o consumo capitalistas determinam de forma direta, em (I) e (Ck), o produto global desta; além de influírem inexoravelmente sobre os rendimentos dos trabalhadores, atrelados como estão ao próprio nível de investimento e consumo dos capitalistas, como se vê em (w₁I) e (w₂Ck)³⁹. Em (9), se estabelece os determinantes da relação entre lucro (P_t) e investimento (I_{t-w}). Sucintamente, o entendimento que Kalecki (1943, 1977) buscava exprimir era o de que a propensão a investir seria função dos lucros auferidos no passado, ponderados pela distância temporal entre eles e o presente (1 - q), de modo que quanto maiores e mais recentes os lucros, mais corpulento o desejo de se (re)investir na economia. Disso se deriva a equação (10). Segundo esta última, as variações da renda (ΔY_t) numa economia capitalista seriam fundamentalmente ordenadas pelas vicissitudes dos investimentos capitalistas (ΔI_{t-w}), que são determinados, como acabou de se mostrar, pelo montante de lucro gerado e apropriado na economia. Essa relação está exposta nos multiplicadores temporais (1 - q) e de distribuição de renda (1 - α) na equação (10) (JOBIM, 1984).

A única ressalva a se fazer, por respeito às obras de Furtado e Kalecki, é que o economista brasileiro creditava esse estilo de dinâmica às economias subdesenvolvidas, configurando-a, em sua essência, como uma deformidade dentro do quadro de possibilidades capitalistas; o polonês não – ou pelo menos não necessariamente –, marxista que era. (Aliás, é fundamental se ter em mente: a causa estrutural fundante da demanda efetiva enviesada no subdesenvolvimento furtadiano continua sendo o (insuficiente) progresso tecnológico. Em Kalecki essa não é a preocupação).

³⁸ Em que:

ΔY_t = variação da renda no tempo

ΔI(t-w) = variação dos investimentos capitalistas ponderado pelo hiato temporal

1 - q = multiplicador do hiato temporal; 0 < q < 1

1 - α = relação da distribuição da renda, em que α é um parâmetro positivo e menor que 1.

³⁹ E vale lembrar: os rendimentos da classe trabalhadora (w₃) ligada à produção de bens para o segmento laborioso tem efeito negativo sobre o nível da renda, uma vez que estes comprimem a participação dos lucros na renda.

Voltando a Furtado, algumas considerações adicionais a respeito da industrialização subdesenvolvida ainda devem ser tecidas. Conforme já se inferiu, a industrialização subdesenvolvida entorpece os anseios produtivos de uma economia, pois, inserida num contexto de competição direta pela satisfação do consumo modernizado, a manufatura local se orienta no sentido de confeccionar um bem símile àqueles centrais, e não de capacitar a economia nacional (FURTADO, 1977). A primeira maneira pela qual essa condição é satisfeita, pela via subdesenvolvida, é pela apropriação forçosa e concentradora de renda do excedente, de acordo com o que já foi apresentado. Um outro caminho, que aliás se impõe com mais vigor a cada nova etapa de crescimento econômico, em virtude da incapacidade crônica que a economia subdesenvolvida tem de liderar as revoluções schumpeterianas tecnológicas mundiais, é o de contração de passivo externo e transferência de renda para fora, primeiramente pela importação de bens de capital e insumos, passando pelo endividamento financeiro externo, e culminando terminalmente na introdução de multinacionais na sociedade (FURTADO, 1974, 1994, 2008).

Em outras palavras: (1) a economia inicia sua sofisticação com base na importação de produtividade, escambando sua renda nacional por tecnologia⁴⁰; (2) em função da estrutura não complementar de seu estratificado mercado interno, em decorrência da precária autonomia produtiva em vigor, e dada a sua elevadíssima elasticidade-renda de importações, relativa tanto ao consumo quanto ao investimento, ela se vê incapacitada de financiar seu subdesenvolvimento com base apenas no seu crescimento e desempenho econômico; (3) e, esgotadas as possibilidades nacionais de realização econômica, é obrigada a transferir patrimônio para satisfazer seu consumo, se entregando, literalmente, aos ditames de multinacionais estrangeiras e do capital externo, como bem mostrou Arend (2009), e deliberadamente se sujeitando à dinâmica de constrição econômico-política apresentada em Strange (1996) (FURTADO, 1974, 2009, 2011). Finalmente, o impasse inicial – o progresso tecnológico – subsiste e assume uma nova fisionomia, funcionalmente entregue ao usufruto do capitalismo central (FURTADO, 2011). No estágio mais avançado do subdesenvolvimento se cristaliza a alienação do poder econômico:

[...] a face mais importante do poder que exercem as grandes empresas é a que diz respeito à apropriação dos frutos dos aumentos de produtividade. Na medida em que uma grande empresa está em condições de controlar determinado setor da atividade econômica, mesmo que o faça articulada com outras, também está em condições de

⁴⁰ Lembrando o leitor que as consequências mais profundas desse movimento, para períodos recentes, podem ser encontradas em Marconi (2012) e em Marconi e Rocha (2011, 2012), no concernente à desarticulação industrial da economia brasileira.

interferir no processo de distribuição da renda social. Isto é particularmente verdade quando há rápido progresso tecnológico, pelo simples fato que a empresa é o instrumento pelo qual as inovações tecnológicas se inserem no sistema econômico.

[...] Em uma economia com as características brasileiras, em que as taxas de salários pouca relação têm com as elevações de produtividade, as empresas estão em situação privilegiada para reter em sua totalidade os benefícios do progresso tecnológico.

[...] Tidos em conta os dois fatores – retenção pela empresa dos frutos do progresso tecnológico e controle por grupos estrangeiros das empresas que operam nos setores de vanguarda tecnológica –, impõe-se a conclusão de que tanto a industrialização como a assimilação do progresso tecnológico favorecem o controle do sistema econômico por grupos estrangeiros.

Além do mais, existe a questão da autonomia e da coerência do sistema de decisões econômicas, Se umas poucas dezenas de grupos estrangeiros controlam, por suas filiais, grande parte do setor moderno da economia do país, que grau de autonomia corresponde aos centros nacionais de decisão? (FURTADO, 2011, p. 206 – 209).

Passa, pois, a ser notória a dependência econômica face aos fluxos estrangeiros de capital, demanda e tecnologia. Arelado a isso, se estabelece uma patente dubiedade quanto à capacidade (ou, para ser franco: vontade) desse capital para desenvolver o país, posto que essa missão não lhe é, e nem parece dever ser, um encargo primordial constitutivo de sua fundação, por mais que sua vinda ao país subdesenvolvido se dê sob essa justificativa. Curado e Cruz (2012) já mostraram que, para o período de alta inflação e explosão da dívida externa, a estratégia adotada pelas multinacionais instaladas no Brasil foi um misto de proteção da margem de lucros e da participação na renda econômica, via controle oligopolístico da produção, e valorização patrimonial engendrada pela aquisição de passivos privados nacionais. Insulado das indefinições monetárias, do recuo do investimento e do produto, graças aos seus vínculos a moedas e economias fortes, o grande saldo social obtido por intermédio do investimento direto externo (IDE) para a década de 1980 foi a transferência de patrimônio por ele avalizada (CURADO; CRUZ, 2012).

A década seguinte tampouco foi capaz de romper com a lógica apresentada por Furtado, quedando inerte o descompasso produtivo e mantida intacta a dependência externa, conforme se demonstrou em Sarti e Laplane (2002) e em Ferraz, Kupfer e Iooty (2004), havendo claro descompasso entre produtividade microeconômica e produtividade macroeconômica, crescimento da renda e crescimento do emprego no Brasil, não obstante a clara penetração do capital estrangeiro e a manifesta transfusão de patrimônio e recursos em seu favor. O agravante aqui assumindo a forma de reinvenção do endividamento externo, pelo mecanismo de crescimento com poupança externa, reprimarização econômica, fruto da sobreapreciação cambial, financeirização da riqueza e liberalização da conta capital, e renúncia à doença holandesa – tudo

nos moldes descritos pelo capítulo exterior. Em conclusão, o Brasil que por 50 anos se industrializou de forma subdesenvolvida (1930 – 1980), hoje se desindustrializa de forma subdesenvolvida⁴¹, e pior: prostra-se entregue como está a ditames produtivos que não são seus, são estrangeiros. A economia nacional brasileira não é doméstica, é domesticada.

Assim sendo, se dentro dos esquemas subdesenvolvidos de realização econômica o progresso industrializante é contraditório mas ao menos faz crescer o produto, o que dizer do subdesenvolvimento com contração da renda global e recuo da sofisticação setorial. Quais são os efeitos estruturais de uma regressão produtiva desarticuladora em um país subdesenvolvido? Essa é uma questão que se impõe. Celso Furtado observou que o grande problema do Brasil era o fato do progresso tecnológico ser uma “*consequência* do desenvolvimento e não o seu motor, um subproduto de certos investimentos e não algo inerente ao processo de formação de capital” (2011, p. 210, grifos do autor); o que ocorre quando esse progresso regride de consequência do crescimento a mera contingência dele?

3.5 MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA CULTURAL

A pergunta acima é de grave urgência àqueles que pensam o Brasil, mas é complexa demais para ser tratada no presente trabalho. Ao invés disso, o que se pretende fazer é investigar como e por que o subdesenvolvimento se pereniza numa economia periférica, impedindo-a de se desenvolver com homogeneização social e obstruindo a via de crescimento com sofisticação produtiva autônoma. Para tanto, é necessário retornar à temática da modernização de Celso Furtado (1974, 1990, 1992, 1994) e acrescentar o último ingrediente que falta na receita furtadiana, a dependência cultural (BOLAÑO, p. 91 – 94). A rigor, esse é o principal substrato da participação subordinada às correntes comerciais mundiais, posto que, ao fundamentar o vício suntuoso da modernização subdesenvolvida, a dependência cultural permite que uma malformação do lado da oferta – aumento de produtividade sem progresso técnico, se metamorfoseie em uma deformação do lado da demanda – o fenômeno do crescimento com mimetismo, sem anseios transformadores e sem uma orientação clara de desenvolvimento (FURTADO, 1974, 1992).

A dependência cultural é um dos primeiros fenômenos a se manifestar em economias periféricas, justamente em função da rudimentariedade de suas estruturas socioeconômicas e da

⁴¹ As evidências estão em Arend (2014), Palma (2014), Oreiro e Marconi (2014) e Marconi e Rocha (2011).

forma como sua inserção no comércio se dá, a partir da exportação de produtos primários e, inicialmente, lucros. Ela surge da incapacidade que o excedente periférico tem de se associar a sua economia local e do processo intersubjetivo de identificação com o centro moderno, que se inaugura a partir da importação de consumo, como mostra Furtado (1974, p. 78 – 79, grifos nossos);

Nos casos em que esse excedente foi parcialmente apropriado do interior, seu principal destino constituiu em financiar uma rápida diversificação dos hábitos de consumo das classes dirigentes, mediante a importação de novos artigos. Este uso particular do excedente adicional deu origem às formações sociais atualmente identificadas como economias subdesenvolvidas. [...]

A “lei das vantagens comparativas” [...] proporcionava uma justificação sólida da especialização internacional, mas deixava na sombra tanto a extrema disparidade na difusão do progresso nas técnicas de produção, como o fato de que o novo excedente criado na periferia não se conectava com o *processo de formação de capital*. Esse excedente era principalmente destinado a financiar a difusão, na periferia, dos novos padrões de consumo que estavam surgindo no centro do sistema econômico mundial em formação. [...]

Aspecto fundamental, que se pretendeu ignorar, é o fato de que os países periféricos foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo, fruto do processo de acumulação e do progresso técnico que tinha lugar no centro do sistema. A adoção de novos padrões de consumo seria extremamente irregular, dado que o excedente era apropriado por uma minoria restringida [...].

O que parece transparecer, permitindo-se uma análise inspirada em Weber (2004), é que o capitalismo subdesenvolvido se caracteriza inicialmente por uma defasagem nos meios de produção – ou na tecnologia subjacente à produção –, mas tão logo esse sistema se internacionaliza, a pressão exercida pela dependência cultural faz com que a própria racionalidade produtiva da sociedade se deturpe. Como se vê na citação acima, a acumulação culturalmente dependente não tem como desiderato a expansão produtiva do sistema, mas a reprodução material de valores estrangeiros, o simples consumo. É como se a ação social econômica, da maneira como foi sintetizada por Swedberg (2005), obedecesse a uma racionalidade movida a fins completamente entorpecidos. Como essa racionalidade subdesenvolvida se enraíza nos agentes econômicos, é ela quem condiciona o crescimento econômico, e não vice-versa. Dito de outra forma, a dependência cultural e a modernização não são superadas pelo crescimento econômico, uma vez que são independentes deste. Recorrendo uma vez mais a Furtado (1974, p. 87):

O fenômeno da dependência se manifesta inicialmente sob a forma de imposição externa de padrões de consumo que somente podem ser mantidos mediante a geração de um excedente criado no comércio exterior. É a rápida diversificação desse setor de consumo que transforma a dependência em algo dificilmente reversível. Quando a industrialização pretende substituir esses bens importados, o parêntese produtivo tende a dividir-se em dois: um segmento ligado a atividades tradicionais, destinadas às exportações ou ao mercado interno (rurais e urbanos) e outro constituído por indústrias de elevada densidade de capital, produzindo para a minoria modernizada.

Com a industrialização, a economia se torna mais complexa, mas sua orientação geral não muda. Daí, por exemplo, da sua propensão a aquiescer ao domínio de empresas multinacionais: se a aspiração maior da economia subdesenvolvida fosse se desenvolver com autonomia, interna e externa, e crescer com sofisticação produtiva, o recurso ao capital externo assumiria contornos mais estratégicos, assim como a participação no comércio internacional e nos fluxos de riqueza financeira mundiais; mas como a pretensão final de uma economia subdesenvolvida é a realização do consumo, e como a cada nova revolução tecnológica se torna mais difícil de satisfazer esse desejo a partir de motrizes domésticas sem se culminar em desequilíbrios internos e externos, a opção mais lógica é a rendição. É com o câmbio apreciado e o salário médio artificialmente elevado que a modernização dependente se satisfaz; é mediante a exportação de commodities primárias, do crescimento com poupança externa, da abertura da conta capital a taxas de juros exorbitantes e graciosas oportunidades de arbitragem financeira, da prática de âncora cambial e do endividamento estatal que a modernização dependente se satisfaz.

As “políticas habituais que apreciam a moeda nacional” (BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2014, p. 91 - 112) não são políticas habituais, são vícios estruturais; deliberados. Uma economia culturalmente dependente sofre da chamada histerese do *habitus* (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2007, p. 46), ou seja, ela é condicionada a operar segundo certos ditames, mesmo quando as condições materiais que os originaram cessam de existir; assim explica Bourdieu (2011). “Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência” já dizia Furtado (1974, p. 87).

Em resposta ao Novo Desenvolvimento, parece que a economia brasileira aceita operar a taxas de câmbio desestabilizadoras porque seus agentes econômicos são dependentes, suas curvas de demanda são irracionais. O populismo cambial e a desindustrialização precoce, o recuo da sofisticação produtiva, enfim, toda a lógica explicitada nas seções 2.3 a 2.5 do capítulo anterior, aparenta ser antes de mais nada a nova forma assumida pelo subdesenvolvimento. Não (apenas) porque aqui há uma clara e deletéria dependência econômica àqueles produtos que engemham da

famigerada doença holandesa, implicando um deliberado retorno aos padrões produtivos do século retrasado. Mas principalmente porque nossos agentes econômicos permanecem culturalmente dependentes, não obstante o correr dos anos.

É uma nova fase porque o Brasil, desde os anos 1990, assumiu uma postura dupla de aprofundação do subdesenvolvimento: ele simultaneamente (1) mergulha nos fluxos globalizados de produção, comércio e financeirização, potencializando os efeitos perniciosos de uma participação regressiva da divisão internacional do trabalho; e (2) aceita uma degeneração do tecido produtivo nacional, via desindustrialização precoce, acentuando as disparidades entre progresso técnico e demanda modernizada, intensificando a sistemática dependência à concentração de renda, e exacerbando a sua vulnerabilidade externa – pelas razões apontadas tanto no presente capítulo, quanto no anterior.

Tudo isso, inclusive, concomitantemente à conquista histórica que foi a incorporação econômica das massas subalternas nacionais e o recuo impressionante das taxas de desemprego para o país. Uma pena que o subproletariado que se fecundou (SINGER, 2010, 2015) também opere a uma lógica modernizada. Exemplo disso é a sua tendência a valorizar incrementos na renda não sob a forma de ganhos de produtividade, participação relativa no PIB ou crescimento com sofisticação produtiva. Ao que tudo indica, ganhos na renda são medidos através de aumentos na capacidade de consumo (SINGER, 2010), o que os vincula, dessarte, ao populismo cambial e à dependência cultural que o sanciona. Aliás, uma lamúria extra se depreende do fato que o grande montante dessa massa salarial criada se concentrou em setores pouco dinâmicos, como o de serviços básicos. Que bagunça.

3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente capítulo almejou conferir mais profundidade às considerações de progresso técnico, crescimento estruturante e subdesenvolvimento. Para além de proposições estritamente relacionadas ao valor agregado adicionado em cada setor numa economia, se intentou recorrer a Celso Furtado para apresentar um esquema mais complexo e substantivo da noção de atraso produtivo, buscando dotá-lo de mais perenidade e enraizamento social. Precipuamente, o que se quis demonstrar é que a ausência de progresso tecnológico engendra uma modificação

fundamental no *ethos* produtivo de uma sociedade, que se torna subdesenvolvida e culturalmente dependente.

A partir daí, há um persistente descompasso entre seus anseios materiais e o nível de progresso técnico relativo à estrutura produtiva instalada, em termos tanto econômicos quanto sociais. A lógica de satisfação suntuosa da demanda agregada de uma minoria modernizada inverte o nexos entre desenvolvimento tecnológico e crescimento econômico, passando a economia a crescer mediante meios outros que não o progresso técnico, como a apropriação forçosa do excedente e a concentração do produto, além da transferência de renda e patrimônio para o exterior, primeiro sob a forma de importação de bens de capital e derradeiramente a partir de uma posição de vassalagem ao capital estrangeiro. Tudo porque o objetivo econômico em uma economia subdesenvolvida não é meramente o crescimento do produto; ele é, antes de mais nada, o crescimento do consumo mimético e da reprodução dos estilos e padrões de vida do centro. O crescimento e desenvolvimento econômico não são os fins, mas os meios.

Pelas razões ante expostas que esse trabalho considera serem estruturais tanto as deficiências produtivas setoriais, intensificadas num quadro de doença holandesa e sobreapreciação cambial, quanto as práticas deletérias de crescimento com poupança externa e populismo cambial, posto que eles são reflexo de um fenômeno enraizado de percepção subdesenvolvida dos interesses econômicos. Por isso o Novo Desenvolvimentismo se equivoca ao considerar superada a fase de instalação industrial e ao se dar por satisfeito quando versa sobre as funções do Estado, o limitando ao manejo das variáveis macroeconômicas da economia. Num quadro de subdesenvolvimento, o bloqueio ao crescimento pode sim ser rompido mediante a manipulação estratégica e deliberada de preços macroeconômicos, sendo portanto uma condição necessária à sua superação; mas ela não é suficiente.

O desenvolvimento econômico exige um esforço a mais, de ruptura com a dependência cultural e a modernização imitativa. Nisso, o Estado é indispensável, pois ele é capaz de se contrapor e enfrentar a dependência. Ou, como sói ocorrer, de quedar-se entregue a ela, estimulando-a com todas as suas forças, cavoucando por meios de proteger sua elite e costumeiramente se endividando no processo, à conveniência de uns poucos alguéns. Furtado (1968, 1974, 1976, 1992, 2009), Tavares (2000), Oliveira (2008), Fiori (2000) e Cruz (1995) que o digam.

A teoria de Celso Furtado é esclarecedora, singular em sua capacidade de fazer transcender o significado de atraso, permitindo-lhe a transfiguração: de debilidade tecnoproductiva a debilidade econômica, e de debilidade econômica a dependência cultural e adinamia social. Assim,

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida de certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração. Mais ainda: a elevação da taxa de crescimento tende a acarretar agravamento tanto da dependência como da exploração interna. Assim, taxas mais altas de crescimento, longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo, no sentido de que tendem a aumentar as desigualdades sociais. (FURTADO, 1974, p. 9).

3.7 A INSTITUIÇÃO DO SUBDESENVOLVIMENTO

Feita a exposição do ideário Furtadiano, uma última apreciação resta a ser tecida. Apesar de ter suas origens e efeitos suficientemente explicados, o subdesenvolvimento carece de uma arguição mais operacionalizada acerca de seu funcionamento. A teoria da dependência cultural que lhe deu aporte e significado, que gestou o subdesenvolvimento, não explica efetivamente por meio de quais mecanismos uma economia permanece enviesada e não versa sobre quais fatores operam no sentido de sua materialização e enraizamento. Dessa forma, pouco se concebeu sobre as estruturas que sustentam o subdesenvolvimento e sobre a maneira como estas o fazem. O próximo capítulo propõe que o subdesenvolvimento seja entendido como uma instituição, e que portanto ele obedeça a uma lógica mínima de funcionamento comum a todas as instituições. A fim de se definir algumas diretrizes basilares à instituição do subdesenvolvimento, se recorrerá a estudos de economia institucional, especialmente àquela corrente designada Neo Institucionalista (CONCEIÇÃO, 2002); assim se espera aprofundar o entendimento que há sobre o nosso atraso.

4. SUPERAÇÃO DO ATRASO, TERCEIRA LENTE: A DEPENDÊNCIA INSTITUCIONAL-COGNITIVA

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Concluídos os dois capítulos progressos, à condição de dependência resta lhe prover dinâmica. Com tal propósito em mente, o presente capítulo estende suas mãos às teorias institucionais, das mais variadas matizes, em busca de um modelo que permita dar corpo e significado às interações econômicas, apontando, mesmo que preliminarmente, ao porquê de a dependência perdurar e condicionar a trajetória daqueles países presos na armadilha do subdesenvolvimento. Desde já é preciso alertar o leitor que o recurso às considerações provenientes da ortodoxia institucional, daqueles autores da chamada Nova Economia Institucional (NEI), será limitado. É do entendimento do autor, baseando-se em Lane et al (1996), Hodgson (1997, 1998, 2003, 2004) e Chang (2010), que há um incontestável limite ao que a racionalidade do *homo economicus* pode explicar, mesmo quando se admite – como a NEI o faz – a possibilidade de desvios à racionalidade e a existência de imperfeições dentro do mercado (CONCEIÇÃO, 2002; NORTH, 1994; SAMUELS, 1995). No limite, a ontologia do subdesenvolvimento é incompatível com a racionalidade ortodoxa: o *homo economicus* nunca seria capaz de agir como o *homo subdesenvolvidus*, com a licença da expressão. A propósito, é essa a crítica que se observa em Bresser-Pereira, Oreiro e Marconi (2016, p. 11 – 12), quando os autores Novo Desenvolvimentistas declaram que a sua teoria, ao mesmo tempo, é e não é institucionalista⁴².

Inclusive é curioso, mas foi justamente um dos bastiões da NEI, Oliver Williamson (2000, p. 597), quem, de forma simultânea (e talvez não consciente), admitiu a existência de diferentes níveis de atuação institucional e confessou a inadequação do *mainstream* para lidar com esses

⁴² “Tendo em vista sua abordagem estruturalista e keynesiana, seria o novo desenvolvimentismo *institucionalista*? Sim e não. Sim, porque as instituições são a forma fundamental de coordenação das sociedades, mas o problema é que estão presentes nas três instâncias estruturais da sociedade (a econômica, a política ou normativa e a ideológica), mas sobretudo na instância política, onde a instituição-chave é o Estado. [...] Não, porque, se não tivermos claro para nós que as instituições fazem parte da estrutura da sociedade, podemos facilmente cometer o erro de acreditar que podemos mudar as instituições, que podemos promover “reformas”, sem levar em conta o estágio estrutural de desenvolvimento do país. [...] Assim, podemos dizer que somos institucionalistas, mas nosso institucionalismo é histórico, não apenas hipotético-dedutivo” (grifos dos autores). Ver também “Instituições não se exportam” de Bresser-Pereira (2018).

andares superiores de abstração teórico-institucional, conforme se mostrará na próxima seção. O subdesenvolvimento, portanto, pressupõe um voo mais alto. Pressupõe que, em consonância com o pedido Novo Desenvolvimentista por um institucionalismo histórico, se desenvolva um entendimento mais substancial dos processos econômicos, da formação de hábitos e práticas, de identidades e preferências; em aliança com um institucionalismo que seja essencialmente cognitivo. Esse empreendimento de “navegação venturosa”, novamente em referência a Oliveira (1983, p. 7), requer o desatracar do porto seguro oferecido pela ortodoxia e pela Nova Economia Institucional, rumo a outras praias e possibilidades.

Mas desesperar jamais. Há um oceano de literatura, plural e nem sempre convergente, por onde esse último capítulo monográfico pretende velejar. Partindo das abordagens intituladas neo-institucionalistas (CONCEIÇÃO, 2000, 2002, 2008), se tencionará estabelecer uma conexão entre instituições e desempenho econômico (CHANG, 2010; CHANG; EVANS, 2005), fundamentalmente erigida sobre a noção de trajetória e dinâmica econômica, tanto em termos histórico-descritivos (NELSON, 1995; ZYSMAN, 1994), quanto histórico-dedutivos (HODGSON, 1997, 1998, 2003, 2004; MORGAN; OLSEN, 2010; BLYTH et al, 2011).

Como se demonstrará, o elo primordial, a conexão indispensável entre agente e instituição, é o que Hodgson (1997, 2003, 2004) denomina de hábito. A partir dele, ator e estrutura institucional interagem, fomentando um processo de “causalidade reconstitutiva descendente”⁴³ (HODGSON, 2004, p. 657, tradução nossa). É por meio dela que indivíduos e instituições co-evoluem e mutuamente se condicionam. Assim, a grata surpresa com a qual se depara o presente trabalho, e o que talvez consista em homenagem maior ao curso de Relações Internacionais, é que são os trabalhos da corrente construtivista dessa referida disciplina, nomeadamente os de Alexander Wendt (1992, 1999), que oferecem um instrumental epistemológico e metodológico mais refinado para o tratamento das questões de causalidade reconstitutiva descendente; ou simplesmente processo, como chama Wendt (1992, p. 400).

Conclusa a aventura multidisciplinar, a presente monografia estará em condições de expressar o subdesenvolvimento em termos institucionais. O que se almeja, ao final dessa pesquisa, mais do que refutar ou atestar determinada teoria, é auxiliar no entendimento de superação do atraso, sugerindo uma interpretação relativamente nova ao que significa ser

⁴³ “As a result, institutions are social structures with the capacity for reconstitute downward causation, acting upon ingrained habits of thought and action”.

dependente e subdesenvolvido⁴⁴. Tendo esse desiderato como norte, o presente capítulo conta com outras quatro seções, além da introdução: um esboço preliminar do que são instituições, a partir do marco da Nova Economia Institucional (seção 4.2), seguido do recrudescimento e refino oferecido pelo Neo Institucionalismo (4.3); na seção 4.4, o construtivismo encerra a formalização do modelo almejado e comentários conclusivos, na seção 4.5, executam a coda desse capítulo.

4.2 INSTITUIÇÕES E ECONOMIA: A NOVA ECONOMIA INSTITUCIONAL

Por conveniência explicativa, se partirá da acepção mais simples e, dentro de seu marco teórico, mais consensualmente aceita do que são instituições. Conforme se prosseguir, a evolução rumo a modelos mais dinâmicos e complexos, embora não tão consensuais, se fará imperativa. A essa altura, porém, cumpre reconhecer que instituições são, basilarmente, “constrangimentos ou restrições criados que estruturam interações políticas, econômicas e sociais” (NORTH, 1991, p. 97, tradução nossa)⁴⁵. De forma mais alegórica, se pode argumentar que instituições são as regras do jogo em uma sociedade; elas são criações humanas cujo objetivo principal é a orientação das interações sociais (NORTH, 1990, p. 3). Como argumenta Young, as instituições têm um componente orientador muito saliente, por serem, antes de mais nada, “padrões de comportamento e práticas reconhecidos como tal, por meio dos quais *expectativas vêm a convergir*” (1983, p. 93, tradução nossa, grifos nossos)⁴⁶. Ou seja, é por meio da ação reiterada, do comportamento repetido dos atores, que instituições se sedimentam e se tornam regras do jogo – ou entendimentos coletivos socialmente aceitos – capazes de condicionar o comportamento e as expectativas (racionalis) de cada agente. North as sumariza, portanto, da seguinte forma:

Elas consistem tanto de restrições informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta), e regras formais (constituições, leis, direitos de propriedade). Através da história, instituições foram desenhadas por humanos para criar ordem e reduzir a incerteza em suas trocas. Somadas às restrições padrão em economia, elas definem o leque de escolha e portanto determinam os custos de produção e transação,

⁴⁴ Lembrando preventivamente: a dependência aqui estudada é aquela ligada à teoria de Celso Furtado, de acordo com o que se apresentou na seção anterior.

⁴⁵ “Institutions are the humanly devised constraints that structure political, economic and social interaction”. Cabe ressaltar aqui que as instituições são produtos humanos, são criação dos agentes econômicos.

⁴⁶ “Like all social institutions, they are recognized patterns of behavior or practice around which expectations converge”.

estabelecendo assim a lucratividade e viabilidade de se engajar em determinada atividade econômica (1991, p. 97, tradução nossa)⁴⁷.

E portanto,

O papel principal das instituições numa sociedade é o de redução da incerteza a partir da criação de estruturas estáveis, mas não necessariamente eficientes, às interações humanas (NORTH, 1990, p. 6, tradução nossa)⁴⁸.

Como aponta Conceição (2002, p. 129), a influência das instituições sobre a ação humana é compreendida aqui a partir de sua incidência sobre a estrutura de custos em uma economia, principalmente os de transação, e sobre sua capacidade de corrigir falhas de mercado. Os agentes econômicos continuam sendo racionais, e as instituições são portanto produtos ontologicamente racionais, criadas e acionadas sempre que estes agentes perceberem que o mercado em que operam estiver funcionando a níveis sub ótimos de eficiência, conforme se for perceptível pelos seus custos de transação – o custo de se operar no mercado.

Para a Nova Economia Institucional, essa é a função constitutiva das instituições (CONCEIÇÃO, 2002; PESSALI; DALTO, 2010). Uma breve incursão a Williamson (2000, p. 598 – 600) basta para perceber qual o viés funcional das instituições por aqui apregoadas. Elas são a combinação das regras do jogo: os direitos de propriedade privada, com o jogar do jogo: os contratos que instrumentalizam tal direito⁴⁹. Que quando institucionalmente garantidos, por meio de entendimentos racionais e coletivos maximizadores de utilidade, operando mediante respostas às sinalizações do sistema de custos de transação⁵⁰, funcionam de modo a atenuar as imperfeições do mercado, fruto da assimetria de informações, da existência de incerteza e agentes oportunistas, ou de toda a sorte de choques exógenos ao mercado (WILLIAMSON, 2000), já que infelizmente o mundo se recusa a funcionar da maneira hermética e elegante sugerida pelos modelos ortodoxos. É cabal a afirmação de Williamson segundo a qual “uma vez que os direitos de propriedade forem definidos e a sua execução for garantida, o governo dá um passo atrás.

⁴⁷ “They consist of both informal constraints (sanctions, taboos, customs, traditions, and codes of conduct), and formal rules (constitutions, laws, property rights). Throughout history, institutions have been devised by human beings to create order and reduce uncertainty in exchange. Together with the standard constraints of economics they define the choice set and therefore determine transaction and production costs and hence the profitability and feasibility of engaging in economic activity”.

⁴⁸ “The major role of institutions in a society is to reduce uncertainty by establishing a stable (but not necessarily efficient) structure to human interaction.

⁴⁹ “Going beyond the rules of the game (property) to include the play of the game (contract) was needed” (WILLIAMSON, 2000, p. 599).

⁵⁰ Que aqui age de maneira praticamente análoga ao sistema de preços microeconômico.

Recursos são alocados ao seu maior valor e a maravilha do mercado faz a sua mágica” (2000, p. 598, tradução nossa)⁵¹. Conforme resume Conceição⁵²,

Portanto, a “economia dos custos de transação”, e a organização industrial definem o ambiente institucional – e, conseqüentemente, as instituições – que orienta o processo de tomada de decisões, em um meio permeado por incerteza, racionalidade limitada e oportunismo, com vistas à redução do custo de transação (2002, p. 131).

Assim, o problema da geração de ação coletiva e da estruturação de arranjos contratuais apropriados para minimizar custos de transação são expressivos elementos que orientam o comportamento e definem instituições (2000, p. 38).

O caráter teleológico da NEI, quer dizer, sua propensão a considerar instituições como funcionalmente subordinadas a um determinado fim, e aqui leia-se: o aprofundamento do mecanismo de mercado, é também evidenciado em Pessali e Dalto:

Por exemplo, várias instituições desempenham o papel de redutoras da incerteza ambiental em que agentes racionalmente limitados devem interagir, orientando e delimitando padrões de comportamento, balizando expectativas e impondo custos para ações desviantes. [...] As instituições podem também reduzir a complexidade do ambiente, tornando previsíveis certas ações de indivíduos e grupos (2010, p. 14).

Por conseguinte, o elo entre ator e estrutura, ou entre agente econômico e arcabouço institucional, é o ordenamento dos custos de transação. A partir dele, os agentes interpretam suas posições em cada arranjo institucional e acomodam suas opções de escolha racional, influenciando e sendo influenciado pelas instituições do mercado. São os custos de transação que sinalizam as imperfeições do mercado e comunicam o preço a pagar pela manutenção ou supressão de uma dada falha no ambiente de mercado. O desenvolvimento econômico é, naturalmente, condicionado pelo desenvolvimento institucional, mas ambos os conceitos são subordinados primordialmente ao desenvolvimento do mercado, como já insinuou North (1991). Tem-se, pois, que muito embora as instituições aparentem ser algo ontologicamente distinto dos mecanismos microeconômicos, elas não o são: suas origens remontam à racionalidade individualista e suas funções são subordinadas quase exclusivamente ao mercado (PESSALI; DALTO, 2010). Mais além, instituições são derradeiramente precisadas da seguinte maneira:

⁵¹ “Once property rights have been defined and their enforcement assured, the government steps aside. Resources are allocated to their highest value as the marvel of the market works its wonders”.

⁵² Conceição resume o argumento do Williamson em três pontos: a preocupação com a racionalidade limitada dos agentes, a hipótese do comportamento oportunista sobre os limites da racionalidade, e o conceito de custos de transação como balizadores do comportamento econômico (2000, p. 38 – 42).

Instituições e as tecnologias empregadas determinam os custos de transação e transformação que se somam aos custos de produção. Foi Ronald Coase (1960) quem fez a conexão crucial entre instituição, custos de transação e teoria neoclássica. Só se alcança o resultado neoclássico de mercados eficientes quando a transação se dá sem custos. Somente sob essas condições de barganha a custo zero que os atores irão almejar soluções maximizadoras de rendimentos agregados independentemente dos arranjos institucionais. Sempre que transacionar for custoso, instituições importarão. E transacionar é custoso. (NORTH, 1994, p. 360, tradução nossa)⁵³.

As limitações impostas por essa linha de pensamento são várias e evidentes. Talvez a mais caricata delas é que, o que poderia ter sido um movimento de enfrentamento e emancipação das amarras ontológicas e epistemológicas impostas pelo individualismo metodológico, dentro do próprio *mainstream* ortodoxo liberal, foi antes uma volta no parque. Um mero ensaio tautológico, uma vez que, segundo esse raciocínio, os atores são racionais e portanto as instituições são racionais (e literalmente vice-versa) o que significa culminar em redundância (CONCEIÇÃO, 2002). As instituições surgem para explicar os mecanismos subjacentes à decisão econômica mas, tão logo se intenta estudá-las, elas passam a ser concebidas em termos daqueles mesmos mecanismos. Ou seja, ao invés de se descobrir uma nova variável independente, se cria mais uma variável dependente. E pior, agora duas variáveis dependentes, indivíduos e instituições, passam a ser concebidas como se fossem independentes. (Indivíduos explicam instituições porque instituições explicam indivíduos e ambos são explicados pela racionalidade maximizadora utilitarista). Dito de outra forma, de nada adianta adicionar mais camadas à análise econômica se seu mecanismo de funcionamento e seu fundamento ontológico se mantém inexoravelmente intocados; é o mesmo que buscar novas respostas sem formular novas perguntas. Com efeito: a maior contribuição que o recurso às instituições poderia prover, o dinamismo fruto da interação endógena de novos processos de formação de interesses, foi prostrado em submissão ao fetichismo estático do equilíbrio geral. Como resultado, o dinamismo institucional da NEI se tornou internamente incoerente, contraditório – quando não, falso (HODGSON, 1997, 1998, 2004; CHANG, 2010; KRATOCHWIL; RUGGIE, 1986).

Uma breve arguição crítica à Nova Economia Institucional será ensaiada na próxima seção. O que por ora convém assinalar é que dentro da própria NEI parece surgir certo ceticismo

⁵³ “Institutions and the technology employed determine the transaction and transformation costs that add up to the costs of production. It was Ronald Coase (1960) who made the crucial connection between institutions, transaction costs, and neoclassical theory. The neoclassical result of efficient markets only obtains when it is costless to transact. Only under the conditions of cost-less bargaining will the actors reach the solution that maximizes aggregate income regardless of the institutional arrangements. When it is costly to transact, then institutions matter. And it is costly to transact”.

quanto à adequação desse arcabouço teórico em que pese metamorfoses mais complexas nas configurações institucionais, entendidas em seu sentido mais amplo – quer dizer, em suas atribuições econômicas, políticas, sociais e cognitivas, e nas trajetórias de crescimento e desenvolvimento econômico de longo prazo. Nada trivial é a conclusão a que chega North ao final de seu livro *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*:

Instituições eficientes são alcançadas a partir de um corpo político que tem internalizados os incentivos para criar e fazer cumprir direitos de propriedade eficientes. Mas é difícil – talvez impossível – de se desenhar tal corpo político, com agentes maximizadores de renda livres de quaisquer outras considerações. [...] Constrangimentos informais importam. Para se obter uma resposta mais satisfatória a esse respeito, é preciso saber muito mais sobre normas de comportamento culturalmente determinadas e como elas interagem com regras formais de conduta. Estamos apenas começando a estudar instituições seriamente. [...] Pode ser que nunca tenhamos respostas definitivas para todas as nossas questões. Mas podemos fazer melhor (1990, p. 140, tradução nossa)⁵⁴.

A contemporização parcial a essa percepção de insuficiência foi inicialmente proposta em Williamson (1998). Embora não sirva para resolver as contradições internas da lógica institucionalista dessa corrente, ela é de grande utilidade ao presente trabalho pois situa em evidência algo que não se percebe quando se tem a pesquisa institucional epistemologicamente tencionada ao individualismo metodológico. Formalizado em Williamson (2000, p. 596 – 600), o argumento esboçado pela NEI é o de que existem diferentes níveis de atuação institucional e por consequência diferentes níveis de análise social possíveis. Assim, esses teóricos se contentam em estabelecer que trabalham em determinados planos de ação institucional e não em outros. Nomeadamente, se admite a existência daquilo que North chamou de constrangimentos informais (1990), ou aquilo que Williamson descarta sob o rótulo de cultura, tradição e religião (2000, p. 596), mas se determina que estes são fenômenos além da esfera racional das instituições. Apesar de continuarem sendo incapazes de plenamente incorporar dinâmicas sociais em seus modelos, o reconhecimento da existência de enraizamentos sociais – de instituições muito mais perenes e arraigadas, é primordial ao estudo institucional econômico, pois abre espaço para teorias mais sensíveis e melhor capacitadas. O Gráfico 5 ilustra o que se apresentou nesse parágrafo.

⁵⁴ “One gets efficient institutions by a polity that has built-in incentives to create and enforce efficient property rights. But it is hard – maybe impossible – to model such a polity with wealth-maximizing actors unconstrained by other considerations. [...] Informal constraints matter. We need to know much more about culturally derived norms of behavior and how they interact with formal rules to get better answers to such issues. We are just beginning the serious study of institutions. [...] We may never have definitive answers to all our questions. But we can do better”.

Gráfico 5 – Os quatro níveis de análise social

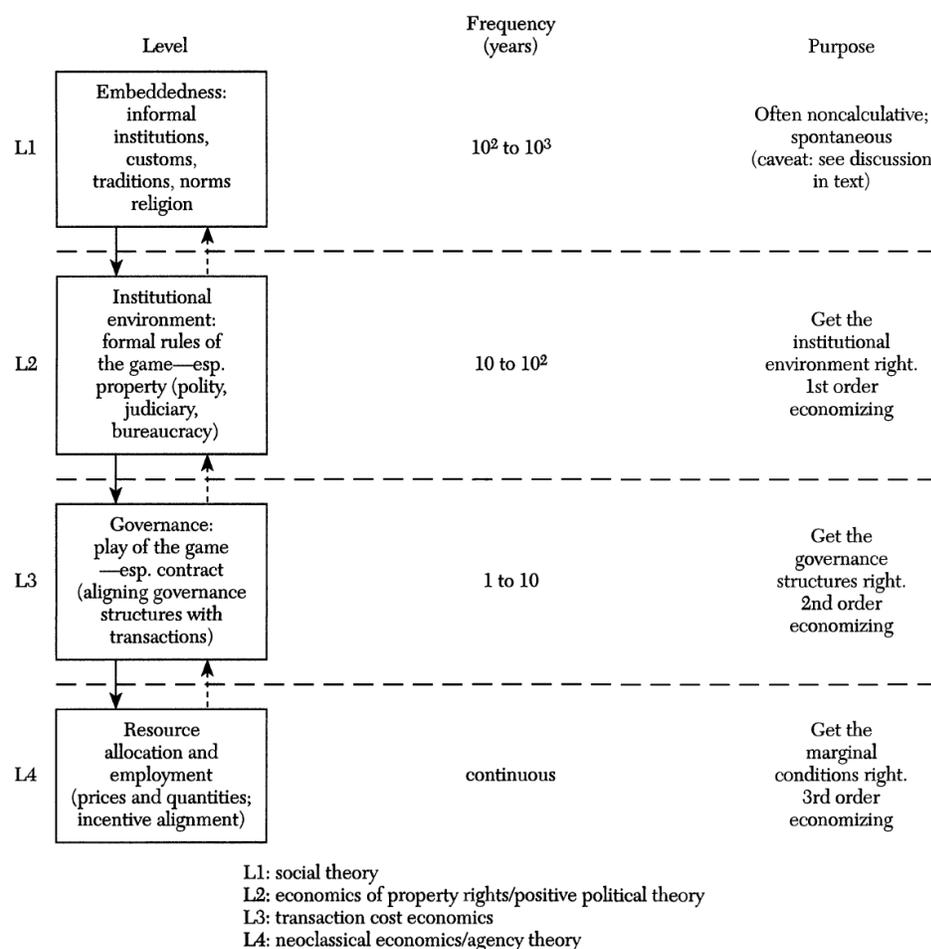


Figure 1. Economics of Institutions

Fonte: Williamson (2000, p. 597).

Cada um dos quatro níveis esquematizados acima representam um plano de atuação social e uma forma específica de instituição correspondente⁵⁵. As flechas apontadas para baixo representam constrangimentos impostos por níveis superiores, ao passo que as flechas viradas para cima são feedbacks oriundos das atividades empreitadas em níveis inferiores. Os andares superiores representam instâncias mais enraizadas de representação institucional, sendo o nível 1

⁵⁵ Sucintamente, os outros três níveis são o seguinte: o nível 4 diz respeito aos mecanismos de alocação de recurso numa economia – o sistema de preços – e é abordado pela teorização microeconômica convencional; o nível 3 é o jogar do jogo: o sistema de governança, ou coordenação, entre agentes – é a busca informal e tácita, realizada por meio de ações concretas, por meio da qual os agentes tentam estabelecer ordem ao universo de transações; o nível 2 é formado por regras formais, precipuamente contratos de propriedade, que também tem como função a manutenção da ordem, com a diferença que estes são mais solenes e historicamente enraizados. O institucionalismo da NEI se ocupa das interações realizadas dentro dos níveis 2 e 3 e entre eles. Ver Williamson (2000, p. 596 – 600).

o mais incrustrado deles; aquele que Williamson chama de nível de enraizamento social (2000). Não obstante a manifesta inaptidão que Williamson demonstra ao tratar desse nível⁵⁶, a presente pesquisa acredita que é lá onde o pote de ouro foi escondido. E North parece concordar, apesar de sua teimosia conceitual, insistentemente simplificadora dos fenômenos de enraizamento superior, quando diz que:

Em segundo lugar, análises institucionais/cognitivas devem ser capazes de explicar *path dependence*, uma das mais notáveis regularidades históricas. Por que economias, uma vez postas em trajetórias de crescimento ou estagnação, tendem a persistir assim? [...] O pressuposto racional da teoria neoclássica sugeriria que empreendedores políticos em economias estagnadas poderiam simplesmente alterar as regras e mudar a direção de economias falidas. E não é que governantes têm estado ignorantes de seus fracos desempenhos econômicos. Na verdade, a dificuldade de se recuperar economias é uma função da natureza de mercados políticos e, subjacente a isso, dos sistemas de crenças dos atores (1994, p. 365 – 366, tradução nossa)⁵⁷.

E posteriormente, quando conclui que

É a mistura de regras formais, *normas informais* e capacidades de cumprimento que moldam as performances econômicas. Enquanto regras podem ser transformadas da noite para o dia, as normas informais geralmente mudam apenas gradualmente. Já que são as normas que conferem legitimidade a um dado set de regras, mudanças revolucionárias nunca são tão revolucionárias como se pretende que sejam, e o desempenho final tende a diferir do que se foi antecipado (1994, p. 366, tradução nossa)⁵⁸.

Mas que o leitor não se engane, North continua subordinando todas as suas considerações à prevalência daquelas velhas dinâmicas de custos de transação e regras do jogo (1994, p. 366).

O caminho que se abre, no entanto, é muito promissor. Como deve ter ficado claro, é impossível se conceber o subdesenvolvimento de forma institucional a partir do enquadramento

⁵⁶ No que parece ser uma clara afronta às ciências sociais, o autor chega a sugerir que as instituições de nível 1 sejam espontâneas em suas origens, isentas de qualquer pingão de racionalidade ou intencionalidade, de qualquer história ou traço cognitivo (2000, p. 597).

⁵⁷ “Second, institutional/cognitive analysis should explain path dependence, one of the remarkable regularities of history. Why do economies once on a path of growth or stagnation tend to persist? [...] The rationality assumption of neoclassical theory would suggest that political entrepreneurs of stagnating economies could simply alter the rules and change the direction of failed economies. It is not that rulers have been unaware of poor performance. Rather, the difficulty of turning economies around is a function of the nature of political markets and, underlying that, the belief systems of the actors”.

⁵⁸ “It is the admixture of formal rules, informal norms, and enforcement characteristics that shapes economic performance. While the rules may be changed overnight, the informal norms usually change only gradually. Since it is the norms that provide "legitimacy" to a set of rules, revolutionary change is never as revolutionary as its supporters desire, and performance will be different than anticipated”.

ortodoxo, simplesmente porque o subdesenvolvimento subentende uma falha no mercado, e não simplesmente de mercado⁵⁹, para se fazer alusão à terminologia sugerida por Ruggie (1983). Mas, se for plausível que se investigue aquelas instituições descartadas pela Nova Economia Institucional a partir de um marco teórico dinâmico e plural; se for possível de se contemplar o subdesenvolvimento enquanto uma forma de enraizamento social, uma instituição de nível 1 por excelência... aí algo novo pode ser ideado. O que se pretenderá mostrar nas próximas três seções é que se o subdesenvolvimento puder ser interpretado por lentes verdadeiramente históricas e cognitivas, livres de constrições apriorísticas e teleológicas e, nas palavras de Polanyi (2000, p. 64), livres da “perspectiva tão estreita” do viés neoclássico, uma nova forma de se perceber a dependência se abrirá ao crivo das ciências sociais e econômicas.

4.3 INSTITUIÇÕES E ECONOMIA: NEO INSTITUCIONALISMO

Estranhamente, o institucionalismo de base mais heterodoxa não surge propriamente como resposta ao fundamentalismo ortodoxo da NEI, posto que, como mostram Hodgson (1998) e Conceição (2000, 2002), ele é anterior às peripécias de North, Williamson e outros. Na verdade, o institucionalismo começa, grosso modo, com Veblen, um economista primordialmente preocupado com o processo de gênese de hábitos econômicos⁶⁰ incapazes de serem explicados à base da racionalidade neoclássica (VEBLEN, 1988; CONCEIÇÃO, 2000; ZULIAN; MARIN; JÚNIOR, 2018). Daí surge a percepção de que haveria outros fenômenos subjacentes ao mercado, capazes de condicionar o desempenho econômico de maneira estrutural e permanente. Ou, como Polanyi mais tarde concluiria, que o mercado em si é uma “função da organização social” (2000, p. 69)⁶¹. É com essa bagagem teórica como herança que os autores do Neo Institucionalismo (CONCEIÇÃO, 2002) começam a estudar instituições a partir de um prisma

⁵⁹ De forma similar, há a crítica de Tavares, segundo a qual os insucessos da substituição de importações se deviam não a falhas do modelo (forma da implementação; exógeno), mas a falhas no modelo (forma da concepção, ideação; endógeno). Ver Fonseca (2003).

⁶⁰ A emulação pecuniária – ato de fazer transmitir determinado status a partir das transações econômicas (compras luxuosas, por exemplo) – é um desses hábitos. Aliás, a emulação pecuniária descrita por Veblen (1988, p. 15 – 20) tem traços muito similares ao conceito de modernização de Furtado: ambos são motivados por considerações outras que não a maximização de utilidade microeconômica, ambos são realizados por intermédio de ensejos emuladores e ambos são produtos da interação socioeconômica de determinada sociedade, criados a partir de mudanças nas preferências causadas por ditas interações.

⁶¹ Ver também Ruggie (1983, p. 201 – 214).

mais crítico, invertendo a relação hierárquica entre mercado e sociedade; subordinando, portanto, os mecanismos de mercado aos mecanismos de instituições. Samuels oferece o resumo deste distinto paradigma institucionalista (1995, p. 571, tradução nossa)⁶²:

Na medida em que se ocupam nos processos de alocação de recursos, o que é, claro, o problema central da economia neoclássica e algo importante aos economistas de todas as escolas, os institucionalistas buscam um leque maior de variáveis explicativas e oferecem respostas mais amplas, e, discutivelmente, mais profundas, embora não tão confortavelmente simplificadas, a essa questão. O cerne do posicionamento institucionalista, seu “ponto de dissidência”, é “a concepção do mercado enquanto mecanismo guia de uma economia”, ou, mais amplamente, a concepção de uma economia organizada e guiada pelo mercado. É simplesmente falso que recursos escassos sejam alocados em função de alternativas possíveis pelo mercado. A verdadeira determinação de qualquer alocação que ocorra em qualquer sociedade que seja é a estrutura organizacional daquela sociedade – em suma, suas instituições. No máximo, o mercado apenas faz valer determinada instituição em vigor. [...]

Mas institucionalistas estão interessados principalmente em um problema central diferente: a organização e o controle da economia enquanto um sistema que engloba mais que o mercado. Institucionalistas se ocupam, portanto, da distribuição de poder em uma sociedade: os mercados são um complexo institucional operando dentro de, e em interação com, outros complexos institucionais; em interação com as casas e consequências da psicologia individual e coletiva; com a formação de conhecimento, ou o que é considerado conhecimento, num mundo marcado pela indeterminação radical do futuro; e, entre outras coisas, com a determinação dos quatro problemas de (1) alocação de recursos, (2) nível de renda agregada, (3) distribuição de renda, e (4) organização e controle, sujeitos à causalidade cumulativa, na qual a resolução de cada um desses problemas tem impacto sobre os demais – e interação a respeito da qual a cultura é simultaneamente variável dependente e independente.

Significa, portanto, que a própria definição de instituição deve ser atualizada. Não mais ela deve ser vista de forma estática, em termos estreitamente ligados ao funcionamento do mercado. Para tanto, convém sublinhar as oito facetas constituintes desse programa de pesquisa,

⁶² “Insofar as they are interested in the allocation of resources, which is, of course, the central problem of neoclassical economics and important for economists of all schools, institutionalists pursue a wider range of explanatory variables and come up with a broader and arguably deeper answer, though admittedly not as neatly simplified an answer. The crux of the institutionalist position, its 'object of dissent', is 'the conception of the market as the guiding mechanism of the economy, or, more broadly, the conception of the economy as organized and guided by the market. It simply is not true that scarce resources are allocated among alternative uses by the market. The real determination of whatever allocation occurs in any society is the organizational structure of that society—in short, its institutions. At most, the market only gives effect to prevailing institutions. [...]

But institutionalists are principally interested in a different central problem, that of the organization and control of the economy as a system encompassing more than the market. The institutionalists are concerned, therefore, with the distribution of power in society; with markets as institutional complexes operating within and in interaction with other institutional complexes; with the causes and consequences of individual and collective psychology; with the formation of knowledge, or what is taken as knowledge, in a world of radical indeterminacy about the future; and, inter alia, with the determination of the four problems of resource allocation, level of aggregate income, distribution of income, and organization and control as matters of cumulative causation in which the working out of each of the four problems has impact upon the others—and in respect to which general culture is also both a dependent and independent variable”.

da maneira como foram sintetizadas por Samuels (1995, p. 573 – 575)⁶³. Elas delimitam o campo de investigação Neo Institucionalista e contextualizam as suas subseqüentes formulações teóricas.

Em primeiro lugar, o institucionalismo aqui apregoado é explicitamente evolucionista em suas concepções: as instituições não são estáticas e raramente correspondem a um dado equilíbrio; elas respondem às complexidades inerentes ao processo de escolha individual e coletiva. Daí vem a segunda característica do Neo Institucionalismo: a ênfase dada ao controle social como forma de mecanismo de ação coletiva; assim, o mercado é entendido como uma dessas formas de controle social: seu funcionamento é permitido e garantido pelas instituições que o sustentam. Em terceiro lugar, o dinamismo institucional opera de forma coadunada ao dinamismo tecnológico, sendo que há uma co-determinação⁶⁴ trilateral entre instituições, tecnologias e trajetória econômica, o que aproxima essa vertente institucionalista às correntes teóricas evolucionárias, como já apontaram Nelson (1995), Zysman (1994), Hodgson (1998), Hodgson e Stoelhorst (2014) e Blyth et al (2011).

A quarta proposição é que, em uma economia, os mecanismos de alocação de recursos não se limitam aos ditames do sistema mercadológico de precificação. Eles são principalmente determinados pela configuração institucional, especialmente pelas estruturas de poder, de forma que a teoria do valor institucionalista (quinto ponto de Samuels) não se dedica aos preços relativos das mercadorias, mas aos processos intersubjetivos de projeção e manutenção de valores nas estruturas sociais. Por extensão, a sexta consideração Neo Institucionalista defende que o neoclassicismo econômico condescende em demasia no tocante às estruturas de poder que balizam uma economia de mercado. Como resposta, o Neo Institucionalismo busca manter um programa de pesquisa multidisciplinar e holístico, capaz de dar perspectiva às suas análises; esse é o sétimo ponto.

A oitava e última faceta constitutiva é, aos olhos dessa monografia, a mais relevante, porquanto ela representa o que há de mais distintivo do programa Neo Institucionalista⁶⁵. Em síntese, aqui se tem que a cultura desempenha um papel dual no desenvolvimento cumulativo das instituições. De um lado, a cultura tem um aspecto transcendental: ela precede o indivíduo e as

⁶³ Conceição (2002, p. 127) também oferece um sumário a esses mesmos oito pontos.

⁶⁴ Ou, em oposição à rigidez do termo co-determinação, pode-se conceber esse mesmo processo em termos co-evolutivos. Consultar Nelson e Sampat (2001).

⁶⁵ Em Samuels (1995, p. 574) esse é o sexto dos oito pontos, ordem que é respeitada em Conceição (2002, p. 127). No entanto, se optou por deixá-lo para o final, como última nota, por parecer ao autor da presente obra que é justamente esse o ponto que faz transparecer a singularidade do Neo Institucionalismo.

instituições, condicionando os processos de formação de interesse e preferência. De outro, ela também é um artefato social, construída e transformada como consequência das sucessivas interações entre agentes e instituições. A seguinte citação clarifica o que se pretende dizer com o exposto:

Indivíduos nascem dentro de determinada cultura e sociedade. Eles se socializam por meio das maneiras daquela sociedade, dentro do escopo de discernimento e conduta permitido por aquela sociedade. Seus comportamentos e suas escolhas pois contribuem seletivamente para reforçar ou dirimir elementos específicos de suas culturas. As culturas mudam por meio de comportamentos individuais previamente socializados dentro dessas mesmas culturas; a cultura que um indivíduo deixa como legado é diferente daquela mediante a qual esse indivíduo se socializou. Tanto indivíduos quanto culturas importam, assim como o poder, que é responsável por determinar quais indivíduos serão mais ou menos influentes na transformação de uma dada cultura. (SAMUELS, 1995, p. 574, tradução nossa)⁶⁶.

Implica reconhecer, destarte, que aos Neo Institucionalistas “não apenas o sistema econômico compreende mais que o mercado: ele é um processo cultural contínuo cujos elementos co-evoluem mediante processos complexos de causalidade cumulativa” (SAMUELS, 1995, p. 575). A semelhança ao que se apresentou da teoria de Celso Furtado, as preocupações com os processos de criação de interesse, o peso da sociedade e da cultura, tudo isso começa a ficar evidente. Mas ainda não se pode bater o martelo. É preciso definir conceitualmente o que afinal são as instituições, como elas surgem e governam as interações sociais, e como elas transformam e são transformadas pela sociedade; chamar de “cultural” tudo aquilo que não é explicitamente racional não é o bastante (SAMUELS, 1995, p. 575). Cabe agora recorrer a Hodgson (2003, p. 163, tradução nossa)⁶⁷, que especifica que

Instituições são sistemas duráveis de regras sociais, estabelecidas e enraizadas, e convenções que estruturam interações sociais. Línguas, dinheiro, a lei [...] todos são instituições. Em parte, a durabilidade das instituições advém do fato que elas criam

⁶⁶ “Individuals are born into a culture and a society. They are socialised in the ways of that society, within the range of individual discretion permitted by that society. Their behaviour and choices then contribute to the selective reinforcement and weakening of elements of culture. Culture changes through the behaviour of individuals previously socialised in the culture yet the culture which an individual leaves behind is different from that in which he or she was socialised. Both individuals and culture matter, as does power, which governs which individuals will have greater or less impact on the transformation of culture”.

⁶⁷ “Institutions are durable systems of established and embedded social rules and conventions that structure social interactions. Language, money, law [...] are all institutions. In part, the durability of institutions stems from the fact that they can usefully create stable expectations about the behavior of others. Generally, institutions enable ordered thought, expectations and action, by imposing form and consistency on human activities. They depend upon the thoughts and activities of individuals but are not reducible to them”.

expectativas estáveis acerca do comportamento de outrem. Em geral, instituições ordenam o pensamento, as expectativas e ações ao impor forma e consistência às atividades humanas. Elas dependem do pensar e agir dos indivíduos, mas não se reduzem a eles.

Instituições, por extensão, passam a ser sistemas não apenas de restrição do comportamento, mas da construção deste (PESSALI; DALTO, 2010). Instituições são arenas essencialmente cognitivas, responsáveis, claro, pelo constrangimento e direcionamento da ação; mas elas também transformam os interesses e as práticas socialmente em vigência. Elas redefinem os termos pelos quais os agentes se entendem enquanto tais, elas criam novos interesses e novas práticas. Ainda segundo Hodgson (2003, p. 163, tradução nossa)⁶⁸:

Instituições tanto constroem os comportamentos quanto os permitem. Assim, uma determinada constrição pode abrir novas possibilidades: ela pode capacitar certas escolhas e ações que de outra forma não existiriam. [...] Mas uma característica mais oculta e universal de instituições é a sua capacidade de moldar e modificar aspirações, para além de simplesmente as incentivar/constranger. [...] Uma vez que instituições não apenas dependem das atividades de indivíduos mas também as constroem e as alteram, essa sequência de *feedbacks* positivos dá às instituições características mais fortes, auto-reforçáveis e auto-perpetuadoras.

Dessa forma, instituições se perenizam no comportamento humano por meio do enraizamento de hábitos e concepções coletivas, sendo que o elo entre indivíduo e instituição é função do laço que se estabelece cognitivamente a partir de cada nova interação individual dentro de um determinado marco institucional (HODGSON, 1997, 1998). Isso não significa abandonar pressupostos de racionalidade individual, mas contextualizá-los a partir de concepções substantivas do que significa formar preferências, aprender e, essencialmente, escolher num sistema econômico e social complexo (LANE et al, 1996). Significa aceitar que indivíduos criam hábitos para lidar com a incerteza⁶⁹, e que, além disso, criam sistemas de regras e ordenamentos sociais que reflitam as suas convicções de identidade – inconscientes inclusive do caráter transformador que essas regras têm sobre aquelas convicções individuais iniciais, como já se argumentou aqui e como Morgan e Olsen (2010, p. 447 – 451) habilmente demonstram. É por isso que, como Hodgson (1998) afirma, as instituições têm precedência ontológica sobre as

⁶⁸ “Institutions both constrain and enable behavior. However, a constrain can open up possibilities: it may enable choices and actions that would otherwise not exist. [...]. But a hidden and most pervasive feature of institutions is their capacity to mold and change aspirations, instead of merely enabling them. [...] Because institutions not only depend upon the activities of individuals but also constrain and mold them, this positive feedback gives institutions even stronger self-enforcing and self-perpetuating characteristics”.

⁶⁹ Keynes, a propósito, já havia comentado a esse respeito (1996).

considerações de racionalidade maximizadora; oras a racionalidade é em si determinada pela configuração institucional da qual ela emana. Todo indivíduo nasce dentro de uma configuração institucional já determinada e é a partir dela que seus hábitos são formados (HODGSON, 1998, 2004). Chang é pontual:

Ao bem da verdade, as pessoas tomam escolhas que *não* são totalmente determinadas pelos seus interesses econômicos objetivos. Ideias – e instituições que as incorporam – influenciam em como as pessoas percebem seus interesses (e portanto não existe algo como interesses objetivos ao final da análise) e às vezes as fazem desafiar o que seriam seus próprios interesses objetivos por causa das ideias que foram internalizadas (2011, p. 493, tradução nossa, grifos do autor)⁷⁰.

O resultado cumulativo da repetição institucionalizada de hábitos e práticas, e da sedimentação de interesses correlatos, é o que Zysman (1994) rotula de trajetórias de crescimento institucionalmente determinadas. Recorrendo diretamente a esse autor, se tem que:

Trilhas de desenvolvimento econômico nacionais distintas e trajetórias tecnológicas particulares são um produto dos contextos institucionais específicos dentro dos quais cada economia opera. O curso histórico particular do desenvolvimento de cada nação cria uma determinada economia política, com suas distintas estruturas institucionais que regulam as relações de mercado, trabalho, terra, capital e bens. [...] Instituições agem como parâmetros sistêmicos que criam uma economia política nacional. Padrões de estratégia e política previsíveis assim emergem. Quer dizer, ao constranger as ações e estabelecer certa lógica aos processos de mercado e de decisão política particulares àquela economia, a estrutura institucional estimula tipos particulares de ação governamental e corporativa. [...] Essas instituições nacionais, rotinas e lógicas representam capacidades distintas de lidar com determinados conjunto de tarefas (ZYSMAN, 1994, p. 271, tradução nossa)⁷¹.

O que requer reconhecer que, em analogia aos estudos de *path dependence* tecnológica, uma economia também terá sua trajetória institucional marcada por imposições de dependência cumulativa e contrições de aprisionamento, ou *lock-ins* (CHANG; EVANS, 2005). Com uma

⁷⁰ “However, in reality, people make choices that are *not* totally determined by their ‘objective’ economic interests. Ideas, and institutions that embody them, influence how people perceive their interests (and therefore there is no such thing as ‘objective’ interest in the final analysis) and sometimes even make people defy their own ‘objective’ interests because of the ideas that they have internalized”.

⁷¹ “Distinct national paths of economic development and particular technological trajectories are an outgrowth of the institutionally specific context within which each economy operates. The particular historical course of each nation's development creates a political economy with a distinctive institutional structure for governing the markets of labor, land, capital and goods. [...] Predictable patterns of policy and strategy emerge. That is, the institutional structure induces particular kinds of corporate and government behavior by constraining and by laying out a logic to the market and policy-making process that is particular to that political economy. [...] Those national institutions, routines and logics represent a distinct capacity to address particular sets of tasks”.

substancial diferença: no caso de aprisionamento institucional, não é tão somente a maneira de se lidar com problemas econômicos que é inescapavelmente condicionada por petrificações institucionais; na verdade, toda a lógica produtiva subjacente – formações de interesses, de preços, de aprendizado, regras e escolhas – é enclausurada pelos ditames institucionais. Tanto para o bem, quanto para o mal, as instituições sedimentam os entendimentos de longo prazo de uma economia. O porquê de padrões institucionais de desempenho persistirem pode ser encontrado em Hodgson (1997, 2003, 2004) e, novamente, a resposta está ligada às vicissitudes cognitivas e habituais de um sistema econômico; ao que se denominou de causalidade reconstitutiva descendente.

Quer dizer, a causalidade reconstitutiva descendente é o processo circular mediante o qual instituições definem indivíduos e são por eles definidas, por meio dos hábitos reiteradamente praticados. O que Zysman apresentou de forma descritiva é esboçado de maneira explicativa por Hodgson (2003, p. 167):

Como resultado, instituições são estruturas sociais com o poder de fazer valer o processo de causalidade reconstitutiva descendente, agindo sobre hábitos arraigados de pensamento e ação. Capacidades e constrangimentos associados com estruturas institucionais podem encorajar mudanças em como se pensa e como se age. Por sua vez, a partir dessas ações repetidas, novos hábitos de pensamento e comportamento emergem. Não é apenas o comportamento humano que se modifica: suas propensões habituais são alteradas. Essas, por sua vez, estão associadas à mudanças nos entendimentos, propósitos e nas preferências individuais.

Por esse motivo que a noção de hábito é central à teorização de Hodgson (1998, 2004). São os hábitos que, mediante suas interações junto a instituições, definem o que cada ator entende ser racional. O processo de causalidade reconstitutiva descendente nada mais é que um termo rebuscado; ele diz respeito pura e simplesmente às interações cumulativas, mediadas pelos hábitos (e expressas por eles), entre indivíduo e instituição; ele é o eixo sobre o qual repousa a dinâmica Neo Institucionalista. Diferentemente do que se observa na NEI, o cerne da explicação de Hodgson repousa sobre o significado de determinada configuração institucional, e não sua finalidade. Isso porque o Neo Institucionalismo não define qual o rumo que certa evolução social deve tomar. Ele apenas explicita o mecanismo por intermédio do qual as forças dessa dada configuração social irão atuar, co-determinando sua trajetória. O fulcro está na interação, não na direção.

É por essa razão, destarte, que o Neo Institucionalismo responde com tamanho conforto à questão da origem e evolução das instituições. O importante é o processo, não o fim, porquanto sempre haverá uma instituição prévia à ação humana e outra posterior a ela (HODGSON, 1998; BLYTH et al, 2011). A precedência ontológica das instituições não repousa na noção de racionalidade, uma vez que não há motivo algum para que se afirme a priori que todas as instituições sejam necessariamente racionais. A precessão institucional é fruto de seu caráter dinâmico, cumulativo, cognitivo e político: o resultado final da interação entre indivíduo e instituição dependerá primordialmente da confluência assimétrica e (por que não) confusa dessas variáveis, e não de uma racionalidade universal e teleológica. O porvir dos arranjos institucionais é sempre aberto.

Finalmente, é baseado nessa concepção de escolha racional institucionalmente condicionada que reside a verdadeira agência e capacidade transformadora dos indivíduos (LANE et al, 1996). Afinal de contas, as instituições são estruturas maleáveis, sistemas de determinação abertos à influência de seus agentes, embora não de maneira direta e/ou necessariamente intencional. Não obstante a pressão estrutural que exercem as instituições, o ator econômico cognitivamente determinado sempre estará mais ou menos livre para escolher e decidir. O indivíduo utilitário maximizador de utilidade, por sua vez, conta ineludivelmente com apenas uma escolha a sua disposição: a maximização de utilidade (pasmé), e opera dentro de um sistema fixo e imutável de interações econômicas: o mercado. Consequentemente, a incidência e a importância de revoluções institucionais dentro do marco ortodoxo é limitada, posto que ela é sempre condicionada à superestrutura rígida do mercado. De maneira inversa, é quando se compreende o processo de tomada de decisões por inferência a um arcabouço intersubjetivo de possibilidades, e quando se concebe de forma endógena os determinantes da escolha e das suas consequências possíveis, que o teórico é capaz de lidar com os fenômenos de enraizamento social e com as instituições de nível 1, descartadas por Williamson (2000).

Mas afinal, seria a dependência uma instituição? Em função do exposto nessa seção, esse trabalho monográfico sustenta que sim. Conforme se apresentou no capítulo anterior, Furtado já havia estabelecido que a modernização cultural, fruto da condição de dependência, era um hábito enraizado em economias subdesenvolvidas (1974). Que o próprio entendimento coletivo do que significa se desenvolver economicamente, em função da dependência, era enviesado negativamente – propenso ao consumo imediato e ao mimetismo, e que no longo prazo a

trajetória econômica dependente seria subordinada à sua capacidade de absorção forçada do excedente (FURTADO, 2009, 2011). A instituição da dependência molda as aspirações de seus indivíduos, suas percepções e seus interesses. Como resultado, a economia opera com uma curva de oferta torpe – sua autonomia na capacidade de inovar e renovar seu tecido produtivo é pífia, e é refém de uma curva de demanda bivalente: dinâmica em excesso em uma ponta, insuficiente e rudimentar na outra. Sua trajetória cognitiva e institucional a obriga a trilhar por um caminho tecnológica e financeiramente servil; a macroeconomia do Novo Desenvolvimentismo, quer saiba ou não, é o estudo perfeito de uma faceta dessa condição. Enunciado a partir do léxico da reconstituição descendente causal, os hábitos e entendimentos dependentes foram enraizados e institucionalizados, nas economias subdesenvolvidas em geral e no Brasil em particular, e agora o que se tem são sistemas econômicos aprisionados.

Reformulando uma das conclusões do capítulo anterior: o recurso à exportação de commodities ricardianas, a sobreapreciação cambial, a dilapidação do Estado, a desindustrialização e a regressão produtiva, o crescimento com poupança externa, todo o leque de políticas ligadas ao populismo cambial, a essência da “macroeconomia da estagnação” (BRESSER-PEREIRA, 2007), tudo remete à instituição primordial que há séculos condiciona o (sub)desenvolvimento brasileiro: a dependência.

A seção seguinte é a última carta na manga de que dispõe essa monografia. Ela buscará formalizar a dinâmica mediante a qual a causalidade reconstitutiva de Hodgson opera, tentando inserir a dependência de Furtado às engrenagens explicativas cá postas em marcha. Será a partir do modelo construído que a conexão inescapável entre dependência, instituições e trajetória econômica será arquitetada.

4.4 O CONSTRUTIVISMO E OS PROCESSOS SOCIAIS

O construtivismo, dentro do marco das Relações Internacionais, não é propriamente uma teoria, já diria Onuf, ele é uma ferramenta heurística mediante a qual se é “possível teorizar sobre questões que aparentam ser não relacionadas porque os conceitos e as proposições geralmente

empregadas nos seus tratamentos também não se relacionam” (1998, p. 3, tradução nossa)⁷². Existem diferentes possibilidades de se empregar o construtivismo enquanto ferramenta. Alguns autores se debruçam sobre as normas em um constructo social, como é o caso de Kratochwil (1989), e outros parecem ter predileção pelo papel que os atos de fala e a linguagem em geral desempenham na sociedade; o supracitado Onuf (1998) é um deles, assim como Haas (1983). Quem dera houvesse tempo para explorá-los todos com profundidade. Mas esse não é o caso e à vista disso cumpre apenas realçar que aquilo que é característico a todas as abordagens construtivistas é a manifesta insatisfação com o modelo racional atomístico presente no *mainstream* das Relações Internacionais (BARROSO, 2010), algo que vem de encontro à crítica Neo Institucionalista recém apresentada. Mais especificamente, desde pelo menos Kratochwil e Ruggie (1986, p. 764 – 775), vigora a compreensão de que instituições ontologicamente intersubjetivas e dinâmicas só poderão ser suficientemente estudadas quando o cisma positivista da epistemologia dos atores racionais for superado. Wendt (1992) oferece então uma alternativa, baseada em processos interativos reiterados, que busca explicar como identidades, interesses e preferências surgem, se mantêm e se alteram. É sobre os seus ombros que se tencionará ver mais longe, rumo a um modelo institucional dinâmico⁷³.

O substrato construtivista em Wendt se resume à concepção de que são as práticas que constituem os agentes, de acordo com suas interpretações compartilhadas, cognitivas e intersubjetivas, endógenas às interações e projetadas a partir do que os agentes entendem ser seus interesses e suas identidades (1992, p. 394). Como resultado, não é a estrutura em um sistema, por si só, que determina como ele irá funcionar, mas como cada agente interage com essa estrutura e a interpreta; é a busca e a criação de significados, dentro de limites estruturais, que moldam a disposição geral de determinado conjunto. E esses significados são criados a partir dos

⁷² “Constructivism is a way of studying social relations — any kind of social relations. While it draws from a variety of other ways of studying such a broad and complex subject, it stands on its own as a system of concepts and propositions. Constructivism is not a theory as such. It does not offer general explanations for what people do, why societies differ, how the world changes. Instead, constructivism makes it feasible to theorize about matters that seem to be unrelated because the concepts and propositions normally used to talk about such matters are also unrelated.”

⁷³ Claro, a polêmica discutida pelos construtivistas no campo das Relações Internacionais é outra. O objeto de dissidência aqui é o significado da anarquia para a relação entre estados, e nessas obras pouco ou nada se verá (com exceção de Ruggie (1983), porquanto seu estudo gravita ao redor da Economia Política Internacional) no que se refira à determinação do produto e emprego, da trajetória ou do desenvolvimento econômicos propriamente ditos. O que se busca aproveitar aqui é o modelo interacional por eles criados, e não suas considerações para o campo das ciências econômicas.

processos, das práticas reiteradas. Assim, cada ator desenvolve uma identidade – entendimentos relativamente estáveis e funcionais sobre si e sobre os outros, ao participar desses processos de criação de significados coletivos (WENDT, 1992, p. 397). Identidades formam interesses e, para a totalidade de um sistema, são constitutivas das atribuições institucionais em uma sociedade. O exemplo que Wendt dá é relativo à Guerra Fria: a identidade das duas superpotências da época, função de percepções reciprocamente hostis sobre si e sobre o outro, fazia brotar interesses necessariamente condicionados por aquela belicosidade latente (1992, p. 399). De modo similar, para o caso presentemente estudado, é possível fazer o seguinte paralelo. As elites subdesenvolvidas, cuja modernização deletéria representa o seio constitutivo de suas identidades, estão assim condicionadas a interpretar seus interesses em termos de satisfação de necessidades miméticas, de emulação do padrão de vida que emana do centro do sistema. Em conjunto e em interação, de maneira similar à causalidade reconstitutiva de Hodgson⁷⁴, identidades e interesses criam instituições:

Instituições são conjuntos relativamente estáveis, ou estruturas, de identidades e interesses. Essas estruturas geralmente se codificam em termos de regras formais e normas, mas sua força motivacional emana apenas em virtude da socialização e participação dos atores dentro de esquemas de conhecimento coletivo. Instituições são entidades fundamentalmente cognitivas que não existem separadamente das ideias que os atores sustentam sobre como o mundo funciona (WENDT, 1992, p. 399, tradução nossa)⁷⁵.

E por conseguinte,

Identidades e tais modos de cognição coletiva não existem à parte uns dos outros; eles são mutuamente constitutivos. Nessa perspectiva, a institucionalização é um processo de internalização de novas identidades e interesses, e não algo que ocorre de forma exógena a elas, afetando apenas o comportamento final dos agentes; a socialização é um processo cognitivo, não apenas comportamental (WENDT, 1992, p. 399, tradução nossa)⁷⁶.

⁷⁴ Como resultado da sua preocupação com identidade e interesses, Wendt (1992), no entanto, parece atribuir mais vigor ao componente propriamente humano das instituições, de modo que elas aparentam ser mais maleáveis que como quando Hodgson as definiu.

⁷⁵ “An institution is a relatively stable set or ‘structure’ of identities and interests. Such structures are often codified in formal rules and norms, but these have motivational force only in virtue of actors' socialization to and participation in collective knowledge. Institutions are fundamentally cognitive entities that do not exist apart from actors' ideas about how the world works”.

⁷⁶ “Identities and such collective cognitions do not exist apart from each other; they are “mutually constitutive.” On this view, institutionalization is a process of internalizing new identities and interests, not something occurring outside them and affecting only behavior; socialization is a cognitive process, not just a behavioral one”.

Os hábitos, conforme se delinearam na seção pregressa, são aqui imbuídos de maior profundidade e força explicativa, visto que representam possibilidades e variações cognitivas, porquanto são componentes estruturantes da formação de identidades e interesses, naquele mesmo esquema cumulativo já apresentado. O mercado, por sua vez, passa a ser uma arena aberta. Distintos entendimentos coletivos – prioridades definidas em termos de produto, emprego, investimento, consumo – são possíveis, a depender das instituições que os ciclos de interação fazem surgir. Como Wendt aponta, é a partir de uma história de ações interativas que os agentes se definem e estabelecem suas curvas de preferência (1992, p. 402); algo, aliás, muito parecido com aquelas considerações do estruturalismo histórico de Furtado (1983), daquele anseio de se entender como a herança agrária exportadora foi capaz de germinar uma elite tão dependente.

A resposta, diria Wendt (1992, p. 405), está no mecanismo de reforço, subjacente aos processos de criação de significados intersubjetivos. Os atos sociais, processos mediante os quais os agentes sinalizam as suas intenções, interpretam o mundo e respondem às ações de outrem, são fundamentalmente atos em que a interação recíproca e continuada redundando na aceitação de determinadas ideias e valores, sempre em detrimento de outros entendimentos possíveis. Expectativas passam a ser padronizadas nesses arranjos institucionais, porém, mais precipuamente, todo o processo interativo enraizado cria em seu âmago estruturas de identidades enraizadas. Os atores passam a entender o mundo a partir daquela estrutura que emana dos seus padrões de relacionamento e entendimento coletivos. Por isso da lamúria de Dugger (1980, 1988), segundo a qual os infortunados de determinado sistema nunca desejariam romper com os laços estruturais que os assediavam, mas sim triunfar dentro daquele mesmo esquema de coisas. Nas palavras de Wendt (1992, p. 405 – 406, tradução nossa)⁷⁷:

Tal processo de sinalizar, interpretar e responder ações completam um ato social e iniciam um processo de criação de significados intersubjetivos. [...] O primeiro ato social cria expectativas em ambos os lados a cerca do comportamento futuro de cada um [...].

⁷⁷ “This process of signaling, interpreting, and responding completes a ‘social act’ and begins the process of creating intersubjective meanings. It advances the same way. The first social act creates expectations on both sides about each other's future behavior: potentially mistaken and certainly tentative, but expectations nonetheless. Based on this tentative knowledge, ego makes a new gesture, again signifying the basis on which it will respond to alter, and again alter responds, adding to the pool of knowledge each has about the other, and so on over time. The mechanism here is reinforcement; interaction rewards actors for holding certain ideas about each other and discourages them from holding others. If repeated long enough, these ‘reciprocal typifications’ will create relatively stable concepts of self and other regarding the issue at stake in the interaction. It is through reciprocal interaction, in other words, that we create and instantiate the relatively enduring social structures in terms of which we define our identities and interests”.

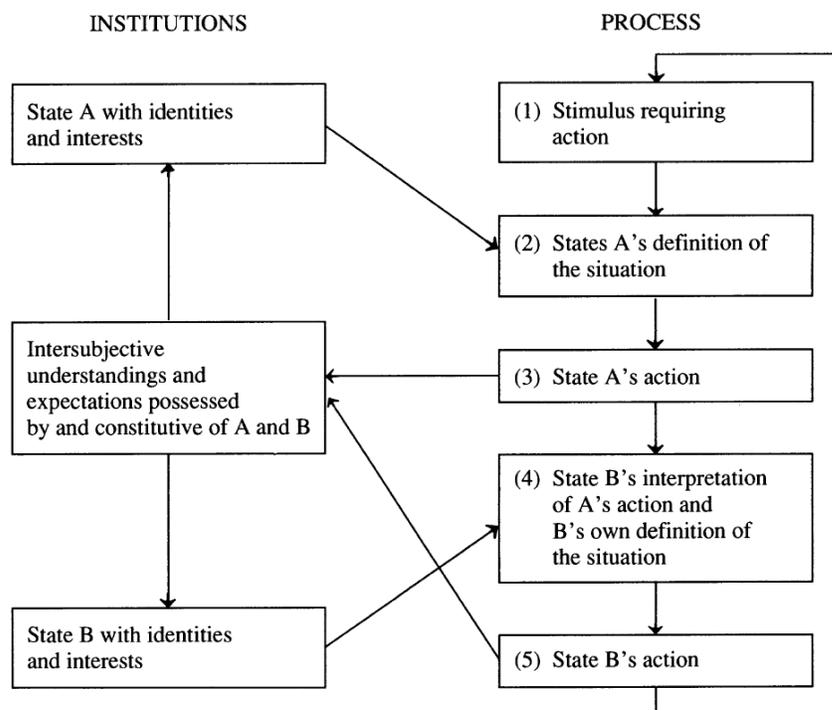
Baseando-se nesse conhecimento experimental, ego ensaia um novo gesto, mais uma vez dando significado à base do qual ele responderá a alter, e de novo alter responde, incrementando o corpo de conhecimento cada um tem sobre o outro, e assim por diante com o passar do tempo. O mecanismo aqui é o reforço; sucessivas interações recompensam os atores por nutrirem certas ideias a respeito de cada um e desencorajam-nos de manterem outras. Se mantidas por tempo suficiente, essas tipificações recíprocas criam conceitos relativamente estáveis do que sou eu e do que são os outros no concernente ao assunto em questão.

É por meio de interações recíprocas, em outras palavras, que nós criamos e instanciamos aquelas relações sociais relativamente duradouras em termos das quais nós definimos nossas identidades e nossos interesses.

E como corolário, “*relacionamentos generativos* entre agentes econômicos podem proporcionar mudanças duradouras nas identidades desses mesmos agentes e nas regras que regem suas relações” (LANE et al, 1996, p. 61, tradução nossa, grifos nossos)⁷⁸.

O resultado dessas interações sequenciais e cumulativas pode ser visualizado em recorrência ao gráfico 6. Ele é o que se tem de mais crucial da argumentação orquestrada até aqui; sua dinâmica é conforme segue.

Gráfico 6 – A co-determinação de instituições e processos



Fonte: Wendt (1992, p. 406).

⁷⁸ “GR interactions between economic agents can lead to enduring changes in the identity of economic agents and to the very rules that govern their relations with one another”.

Esse gráfico é uma versão simplificada e ilustrativa do que se argumentou até aqui. No modelo, dois atores interagem por meio de suas ações e das instituições cristalizadas pelas suas escolhas⁷⁹. Apenas A e B participam desse processo, mas em realidade se tem que A, B, ..., n atores estão imersos nas engrenagens da co-determinação cognitiva entre processo e instituição; como foi dito, essa é uma versão condensada da dinâmica cumulativa de escolhas e comportamentos. Além do mais, no gráfico, A e B possuem capacidades idênticas de influência sobre o sistema, sobre as diversas variações cognitivas possíveis. Isso, como se sabe, não corresponde à realidade das interações sociais, que são inexoravelmente marcadas por desigualdades políticas e aptidões assimétricas de ingerência sobre o conteúdo simbólico e compartilhado do constructo social (FLIGSTEIN, 2001; GRÜN, 2011). A complexidade geral das interações sócio-políticas pressuporia n atores, cada um dos quais com tamanhos diferentes e setas de influência mais ou menos decisivas sobre o sistema, além de distintas atribuições cognitivas; ainda assim, a mecânica essencial do modelo pode ser deduzida confortavelmente a partir do gráfico acima.

Em síntese, o gráfico apresenta três ciclos coincidentes. O primeiro deles representa o processo de (3) ação, (4) interpretação e, novamente, (5) ação. Os outros dois ciclos se referem à mecânica institucional de entendimentos intersubjetivos, que pesam justamente sobre a etapa de interpretação (2), no primeiro ciclo. Se começa assim: o ator B toma uma ação (ponto 5 no gráfico). Essa ação repercute como (1) estímulo ao agente A, que (2) define e interpreta a situação, (3) tomando em sequência uma ação que é então (4) interpretada por B e utilizada como fundamento para a (5) sua ação subsequente. O ciclo se repete.

As ações de A e B, entretanto, incidem duplamente sobre o sistema: ambas culminam na formação de entendimentos e expectativas intersubjetivas possuídas por, e constitutivas de, A e B (quadro do meio na coluna instituições). Esses entendimentos, por sua vez, definem o corpo de identidades e interesses particulares a cada um dos dois agentes, o que significa que as dinâmicas de interpretação intrínsecas a A e B (pontos 2 e 4) são função também do arcabouço institucional originado no âmago desse processo interação cumulativa. Os três ciclos assim se repetem. Os processos determinam as configurações institucionais, a partir de suas ações consecutivas que se enraízam, mas também são produto delas, posto que a intersubjetividade social assim criada recai diretamente sobre a estrutura de identidades e interesses responsável, pois, por definir quais as

⁷⁹ Em Wendt (1992), dois Estados nacionais. Para fins desse trabalho, dois agentes econômicos.

ações a serem tomadas em um dado processo. Tem-se a formalização da causalidade reconstitutiva descendente; embora aqui ela pareça ser muito mais co-determinada do que propriamente descendente (WENDT, 1992).

A adaptação dessa história para o público brasileiro é simples de se escrever. O agente A pode ser a elite subdesenvolvida dentro do Brasil e B pode ser o centro dinâmico do capitalismo internacional. Depois de reiteradas interações, por meio das quais A aprendeu a exportar matérias primas para B e dele importar qualidade de vida, uma estrutura de identidade modernizada e dependente passa a condicionar o leque de interesses fulcrais ao agente A, não obstante as crescentes pressões socioeconômicas que seu mimetismo engendra. Paralelamente, também se pode pensar que tanto A quanto B são representantes da elite brasileira, que se condicionam mutuamente a agir de maneira modernizada, em um roteiro que se assemelha muito ao que Veblen (1988) sugeria quando falava de emulação pecuniária. Além de A e B, pode-se apresentar um novo personagem: C, que é pobre e pertence às camadas subalternas do Brasil. O ator C cresceu ouvindo na televisão – lembrar: a capacidade de controlar a narrativa subjacente aos processos sociais é assimétrica entre os atores – que ele só se desenvolveria na vida se fosse capaz de satisfazer certas condições materiais, ligadas mormente ao consumo imediato. Similarmente, A e B, indivíduos de nossa elite modernizada, ouviram de D, um certo guru econômico ligado a E (um representante do centro capitalista), que se a presidenta Dilma continuasse forçando os juros para baixo, uma inflação fulminante iria corroer tudo o que foi herculeamente construído pelo Plano Real, ameaçando aquilo que A e B aprenderam a considerar de seu interesse, constituinte de suas identidades. Condicionados como estão, todos os atores passam a vociferar por um determinado estilo de desenvolvimento econômico. Um em que a manutenção do tripé macroeconômico, por exemplo, seja o objetivo final de qualquer governo; em que os juros sejam balizados por uma suposta taxa real natural, calculada a partir de critérios feitos por E, e que sejam capazes de satisfazer as pretensões de rentabilidade de A e B; em que o câmbio esteja num patamar capaz de artificialmente elevar o salário da massa populacional cristalizada em C, já que G (o famoso governo) depende também da aprovação dessa camada societal.

Assim se cria uma instituição cognitiva e compartilhada, derradeiramente subdesenvolvida, a partir da qual cada ator se submete à lógica imposta pelo crivo da dependência, condicionando cada identidade e cada interesse. Seus efeitos, em matéria de

desenvolvimento econômico foram apresentados no capítulo 2. Sua feição macroeconômica pode ser encontrada no primeiro capítulo. No limite, a instituição que se produz é muito semelhante à hegemonia cultural ideada por Gramsci, a partir da qual certos grupos sociais são capazes de impor um estilo de desenvolvimento, um bloco histórico, particularmente favorável ao exercício de sua dominação (COX, 1983; GRÜN, 2010). No entanto, tal configuração institucional hegemônica não pode ser considerada definitiva, porquanto ela ainda se sustenta sobre bases dinâmicas e intersubjetivamente construídas. Seria uma afronta às duas últimas seções desse capítulo considerá-las de maneira determinística e/ou fechada.

Ocorre, entretanto, que quanto mais sedimentada uma instituição, mais difícil se é de romper com ela. Wendt (1992, p. 411) apresenta duas razões por quê. Em primeiro lugar, instituições enraizadas passam a ser interpretadas pelos agentes não mais como arenas dinâmicas, mas como fatos sociais fixos. Quanto menos espaço houver para manobra, menos os agentes se arriscarão em balizas ousadas ou diferentes, com medo de bater o carro ou serem punidos por outros agentes (terem suas vagas tomadas). Além disso, transcorrido certo tempo, os atores passam a valorizar a estabilidade fornecida por determinado arranjo institucional, tanto em termos das funções quanto das identidades que elas criam. Eles têm interesse em manter suas instituições intactas, de “criar mundos estáveis e encontrar soluções sociais” dentro dos mercados, como postularia Fligstein (2001, p. 195). Isso quer dizer que uma função social é atribuída a determinada configuração de ordem e autoridade, a uma determinada instituição econômica. Ao estudar esse fenômeno, Ruggie (1983) se referia às mutações ocorridas dentro do liberalismo econômico internacional e seus regimes correlatos, mas a mesma lógica se aplica às instituições de dependência e à condição subdesenvolvida.

Um terceiro ponto é bem-vindo. Baseando-se em Fligstein (2001), Grün (2011, p. 333 – 344) demonstra que o conteúdo institucional de uma comunidade também é função dos processos de controle narrativo sociais⁸⁰. O fundamental a se reter é que agentes diferentes têm capacidades distintas para, por meio da reconstrução narrativa, condicionar o que cada um interpreta de seus ciclos de co-determinação; a cognição compartilhada também é função das estruturas de poder por onde elas operam. Se o agente A é capaz de formular uma narrativa de modo a mudar as percepções que B tem sobre a sua identidade e seu interesse, a instituição resultante desse

⁸⁰ O caso estudado por Grün (2011) diz respeito ao controle narrativo exercido pelos grupos financeiros, nacionais e internacionais, que tão cedo se recuperaram da crise deflagrada em 2008 passaram a rescrever o significado do evento.

processo é muito mais condicionada por A do que B. Assim, se a interação enviesada se mantém, B passa a se identificar e se interessar em termos de identidades e interesses de A. Entendida de forma institucional e construtivista, a dependência se enraíza por consequência dessas razões enunciadas.

E agora, José? – já perguntava Carlos Drummond de Andrade (1993). Como fazer para se emancipar de uma instituição tão cristalizada que ela própria parece transcender os entendimentos e os desígnios de seus agentes? Em primeiro lugar, e muito sumariamente, é preciso reconhecer que, para que dita emancipação se consuma, são necessárias mudanças que suprimam os três empecilhos recém explanados. Convém lembrar, portanto, que mesmo a mais sedimentada e tida como dada das instituições ainda é fruto das práticas e processos, das ações de cada agente partícipe dela, e que “uma vez removidas essas práticas, suas condições intersubjetivas de existência também se vão” (WENDT, 1992, p. 413, tradução nossa)⁸¹. Para que isso ocorra, é preciso que novas identidades e interesses surjam, das entranhas do aprisionamento cognitivo imposto pela moldura institucional em vigência, e que os agentes formulem novas concepções de si e dos outros. A chave está na distinção que Wendt faz da “determinação social do que se *é* e da determinação pessoal do que se *escolhe*” (1992, p. 419, tradução nossa, grifos nossos)⁸². Instituições são inescapavelmente abertas, mesmo quando parecem fechadas, e aos seus agentes sempre existe a possibilidade de reflexão e autocrítica; novas escolhas podem ser improváveis, difíceis ou extremamente custosas, mas nunca são impossíveis.

Wendt menciona duas condições fundamentais para que isso ocorra (1992, p. 419 – 420). Primeiramente, é preciso haver um bom motivo para se considerar uma mudança na maneira de se pensar. Wendt (1992) sugere ser necessário que novas situações sociais surjam, de modo a evidenciar a incapacidade dos entendimentos correntes; o caso clássico seria a deflagração de uma crise. Elas são, aliás, a tempestade perfeita para a introdução de novas narrativas e novos esquemas de identidade e preferencia, porque pressupõem potenciais alterações na distribuição e determinação do poder num dado ordenamento social (FLIGSTEIN, 2001; GRÜN, 2011; FLIGSTEIN; MARA-DRITA, 1996). Em termos de Brasil, a crise cafeeira foi um desses

⁸¹ “But this identity and institution remain dependent on what actors do: removing those practices will remove their intersubjective conditions of existence”.

⁸² “How can they think about changing that to which they owe their identity? The possibility lies in the distinction between the social determination of the self and the personal determination of choice [...]”. Ver também Lane et al (1996).

momentos de redefinição de identidade e interesses coletivos; o Estado Novo sendo seu produto mais óbvio. Ademais, os custos relacionados a tal mudança de entendimento e comportamento não podem ser maiores que seus ganhos esperados. Aqueles que acusam os governos petistas de não terem aproveitado a oportunidade histórica que lhes havia sido concedida, singular como foi, certamente têm em mente a irresolução do Partido dos Trabalhadores frente aos custos de uma eventual ruptura desenvolvimentista (ERBER, 2010; BRESSER-PEREIRA, 2007; FONSECA; AREND; GUERRERO, 2018).

Mais além, mudanças nas identidades coletivas também subentendem alterações nas disposições políticas intrínsecas à coletividade. Instituições muito dificilmente irão sofrer mutações se as hegemonias subjacentes a elas forem capazes de se conservar (GRÜN, 2011). Transformações dessa sorte geralmente envolvem disputas ferrenhas de legitimidade, de quem tem o direito de se intitular representante lícito dos interesses tidos como compartilhados. E nesse sentido, a incerteza e os custos de indefinição favorecem considerações conservadoras, aquelas que forçam o sistema para sua órbita habitual (FLIGSTEIN, 2001). Como num movimento pendular, revoluções são catárticas em sua tendência a produzir contrarrevoluções. Por ser um fenômeno tanto político quanto cognitivo, a confecção de significados sociais e de práticas institucionais correlatas sempre se dá de maneira imersa a disputas de narrativas e de entendimentos pela prevalência no sistema. Todavia, por mais conservador e enraizado que um sistema possa ser, sempre haverá a possibilidade de mudança. É com tal lampejo de otimismo, para se amenizar a severidade com a qual se tratou das mudanças institucionais, que se encerra essa seção. Ele vem de Fligstein e Mara-Drita (1996, p. 27, tradução nossa)⁸³. Segundo os autores:

Transformações institucionais requerem que os atores organizados percebam a condição de crise em que se encontram e, muitas vezes, reconheçam a interdependência que os entrelaça. Os atores podem ser capazes de resolver seus problemas por meio de negociações diretas [...]. Mas, como costuma ser o caso, um componente importante das crises é justamente a sua tendência a tornar inertes os atores organizados, incapazes de encontrar solução alguma aos seus dilemas. Nessas condições, impasses sociais podem surgir, mas é também nessas condições que oportunidades políticas podem se apresentar a empreendedores institucionais.

⁸³ “Institution building requires a perception of crisis by organized actors and, often, a recognition of their interdependence. [...] But, it is often the case that part of the crisis is the inability of organized actors to find such a solution to their dilemmas. In these conditions, social gridlock can occur, but these conditions can present a political opportunity for institutional entrepreneurs”.

4.5 EM CONCLUSÃO

A dependência é uma instituição, se buscou mostrar. Ela é uma forma de se entender interesses econômicos, surgida a partir de diversas interações entre agentes subalternos e dominantes, as quais produziram um desejo mimético que se enraizou no seio das considerações identitárias e passou a condicionar os processos cognitivos subsequentes a ela. O Brasil, na ânsia de satisfazer sua demanda modernizada, nunca esteve apto a verdadeiramente absorver técnicas de produção nacionais de maneira homogeneizadora, sempre se prostrando vítima da exclusão social para realizar suas ambições subdesenvolvidas. A causalidade constitutiva descendente particular a essa instituição, fomentadora da dependência, logrou subordinar decisivamente a trajetória econômica do Brasil, tornando-a subdesenvolvida. As várias fases dessa trajetória gestaram diferentes tipos de capitalismo brasileiros, diferentes formas de regulação econômica, para não deixar a escola francesa passar batida (BOYER, 1990): algumas mais propensas ao crescimento, outras menos; todas elas subdesenvolvidas e dependentes, presas à sua sedimentação histórico-institucional (ZYSMAN, 1994). Uma sucinta incursão pela história econômica brasileira é suficiente para ilustrar o ponto dessa monografia.

Como argumentado anteriormente, a eclosão de uma crise, nesse caso a cafeeira, permitiu um ensaio novo em termos de política econômica e fez surgir uma oportunidade de ruptura institucional. Assim nasce o nacional desenvolvimentismo substitutivo de importações da era Vargas (FONSECA, 2003). Os custos de ruptura institucional são suportados até o fim da Segunda Grande Guerra, quando Vargas aquiesce à substituição presidencial, instaurando em seu lugar um Eurico Gaspar Dutra sedento pelo realinhamento econômico liberal, à espera de fluxos financeiros internacionais que nunca vieram⁸⁴ (BASTOS, 2003). O regime Vargas que retorna em 1951, no entanto, já carece de verve para dar prosseguimento aos ensaios desobedientes de outrora; o segundo governo Vargas é estocástico, marcado pela incapacidade que o presidente tinha de sobrepor suas pretensões desenvolvimentistas às imposições estruturais e conjunturais do subdesenvolvimento (FONSECA, 2010, 2011)⁸⁵. O desfecho histórico do que o ano de 1954 viria a reservar se encontra no Rio de Janeiro, no Palácio do Catete. Recomenda-se a visita.

⁸⁴ Ao contrário da crise cambial, que não tardou se manifestar.

⁸⁵ É como bem diria Carlos Lacerda – “O Sr. Getúlio Vargas senador não deve ser candidato à Presidência. Candidato, não deve ser eleito. Eleito, não deve tomar posse. Empossado, devemos recorrer à revolução para impedi-lo de governar” (VASCONCELLOS, 2002).

Seu sucessor, Juscelino Kubitschek, não obstante a conclusão profética a que chega Melo (2009), foi responsável não pela ultimação do capitalismo no Brasil, mas pela conflagração derradeira daquilo que Furtado denominava ser o grau superior das economias subdesenvolvidas (1974, 1977, 2009). Ele assim o fez ao subsumir em definitivo o capital estrangeiro ao tecido econômico nacional, conferindo-lhe a condição de protagonista que tanto se ansiava (AREND, 2009).

Já se foi dito que quanto mais arraigada for uma instituição econômica, maior o ponto de ebulição associado a sua mudança de estado. Assim, a dependência brasileira em meados dos anos 1960 era tamanha que o que sucedeu à crise econômica do início da década foi um golpe de estado: João Goulart foi engolido por imposição dos desideratos modernizados das elites brasileiras (FURTADO, 1992). Uma escolha conservadora foi deliberadamente tomada, tanto por civis quanto militares, pautada no impedimento dos ensaios desenvolvimentistas e democráticos de Goulart. A desarticulação econômica herdada do pós Plano de Metas – o sobreaquecimento nacional, a inflação, o endividamento público e o esgotamento dos recursos externos – representava um ponto de inflexão aberto àqueles empreendedores institucionais; Goulart certamente era um deles. Sua visão desenvolvimentista, democrática e igualitária – reformista em sua essência, contudo, não prevaleceu. A sociedade brasileira não queria pagar o custo da reinvenção proposta. A modernização dependente não quer reformas, quer a perpetuação de seu modelo institucional de crescimento econômico; quer a manutenção do que acredita ser seus interesses econômicos. A prostração desses anseios é agonizante à população subdesenvolvida, que se entrega a toda sorte de retórica reacionária à venda⁸⁶. Sob aplausos do Congresso e do alto de um Castelo Branco, se instaura a ditadura militar; ela promoveu ajustes estruturais conservadores e retomou o curso do crescimento econômico (RESENDE, 2014). Para uma sociedade subdesenvolvida isso é o que basta, posto que o consumo emulador depende do crescimento da renda, seja lá como ele se der. Era tempo de PAEG e milagre.

Mas os generais não se atentaram ao fato de que o subdesenvolvimento é uma instituição que, entre outras coisas, pressupõe vulnerabilidade externa e, ao tentar superar a fragilidade energética de nossa Balança de Pagamentos, o II PND de Geisel produziu um passivo financeiro monumental, não obstante seu sucesso em termos petrolíferos (CASTRO; SOUZA, 1985). Em 1979, o segundo choque do petróleo vira choque das taxas de juros e Figueiredo passa

⁸⁶ Foi assim em 1954, em 1964, em 2016 e 2018.

praticamente a totalidade de seu governo com a economia de cabeça para baixo, literalmente, em busca de um saldo exportador que fosse capaz de sanar uma dívida externa que nem proeza totalmente brasileira era (SALOMÃO, 2015; HERMANN, 2011; TAVARES, 1985).

Mais para frente e o subdesenvolvimento vai de uma agrura a outra: a superação do óbice no passivo externo brasileiro se realizou mediante a consumação simultânea de outros dois estorvos econômicos. De um lado, o endividamento estatal, posto em marcha para proteger o capital privado nacional das sucessivas desvalorizações cambiais da época e da escalada sem precedente das taxas de juros, flutuando para cima feito um balão de gás hélio, aplicadas à dívida nacional, pública ou privada (CRUZ, 1995). De outro, a condição inescapavelmente indexada da moeda nacional e a inflação inercial quimérica que soerguia-se, de Sarney a Itamar, solapando Collor no caminho (MODIANO, 2014; CARVALHO, 2006; ARIDA; RESENDE, 1986; BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 1984). O ágio cobrado, para além do fenecimento da ditadura militar, foi o fim da retórica do Estado desenvolvimentista. A hiperinflação *à la* Brasil só seria resolvida depois da criação de uma nova moeda, efetivamente dolarizada, em 1994. E mais uma vez o subdesenvolvimento se faria sentir, posto que somente se fosse capaz de manter seu valor, sua paridade com o dólar, o Real seria capaz de exorcizar a inflação inercial, a despeito de qualquer pressão no sentido contrário; a combinação necessária para tal façanha envolveu juros altos, penetração financeira, privatizações e transferência patrimonial, aprofundamento da dívida pública, degeneração na conta corrente nacional, contenção do crescimento do investimento, produto e do emprego, explosão do consumo, desindustrialização precoce com transferência da renda em favor dos produtores de bens não transacionáveis, e finalmente instabilidade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2007, 2012; MARCONI; ROCHA, 2012; SARTI; LAPLANE, 2002; FERRAZ; KUPFER; IOOTY, 2004; BRESSER-PEREIRA; OREIRO; MARCONI, 2016). A lógica econômica que por extensão se instaurou não chegou a ser proficuamente contestada pelo Partido dos Trabalhadores (ERBER, 2010). O que se ensaiou foram conquistas sociais instrumentais; importantes, porém não estruturais.

Visto dessa forma, a macroeconomia da estagnação é o estágio atual em que se encontra a dependência econômica brasileira. Depois de sucessivos processos cognitivos, e uma vez devidamente cristalizada a instituição da dependência, os agentes subdesenvolvidos passam a adaptar seus interesses modernizados às circunstâncias de seus tempos. Sob esse prisma, a estabilidade monetária pós-Real é primordial, pois ela garante uma combinação de câmbio

apreciado, inflação controlada, proteção patrimonial-financeira e salários artificialmente elevados, que serve ao consumo imediato de todos os agentes econômicos institucionalmente condicionados. Contudo, o subdesenvolvimento sempre cobra seu preço. A insustentabilidade macroeconômica desse estilo de trajetória capitalista, atualizada para os tempos hodiernos, é evidente; basta retomar o primeiro capítulo da presente monografia ou beber diretamente da fonte, recorrendo aos autores propriamente Novo Desenvolvimentistas. Quanto à insustentabilidade política que do subdesenvolvimento emana, satisfaz recordar a quantidade de golpes aos quais o Brasil foi submetido, a começar inclusive pelo de Vargas em 1930, mas sem deixar de lembrar de 1954, 1964 e 2016. O que parece persistir é a instituição da dependência, mãe de todos os golpes e todas as crises; de todos os futuros do pretérito que compõem o que *poderia ter sido* o Brasil. Mãe do subdesenvolvimento.

5. COMENTÁRIOS FINAIS

Em retrospecto, parece mais apropriado considerar que aquilo que se objetivou estudar não foi uma teoria em si, nesse caso o Novo Desenvolvimentismo, mas sim uma condição, o atraso socioeconômico, e como ela atualmente é e pode ser entendida. Os três capítulos confeccionados são, antes de mais nada, resumos de diferentes lentes por meio das quais o estudioso pode buscar respostas a respeito do que significa ser atrasado e dependente. Em princípio, esses três capítulos se bastam por si só. Eles são interpretações distintas, com questionamentos específicos e focos de análise diversos. O Novo Desenvolvimentismo é uma teoria decididamente comprometida com a formalidade macroeconômica, de modo que ele expressa seus descobrimentos e suas apreensões a partir de um léxico muito mais instrumental e propício à operacionalização, diferentemente do que se observa em Celso Furtado. O demiurgo do Brasil, sem nunca perder o rigor econômico (isso se deve salientar), se deixou ocupar de considerações mais substantivas e holísticas, embora menos formalizáveis, da condição dependente e subdesenvolvida desse país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza⁸⁷. O mesmo vale para a ruptura heterodoxa proposta pelo Neo Institucionalismo, ocupada mais da interação econômica do que da sua direção, e para o construtivismo social das Relações Internacionais.

Os três capítulos se bastam por si só. Mas, se for certa a afirmação de Minsky (2010) – de que toda teoria é ao mesmo tempo lente e viseira, o presente trabalho monográfico sugere com veemência que esses três capítulos sejam sobrepostos, de modo a se criar uma lente multifocal mirada ao fenômeno da dependência e do subdesenvolvimento. A viseira certamente continuará lá, posto que ela representa o enquadramento estruturalista e heterodoxo que, por formação e preferência do autor, o presente trabalho monográfico tem como referência. A lente, entretanto, multifocal como passa a ser, oferece um alcance teórico maior: para os Novo Desenvolvimentistas, é um telescópio: ela confere uma perspectiva mais ampla (o universo, uma galáxia, a instituição da dependência) com a qual o pesquisador pode contemplar um sistema fechado de fenômenos (o sistema solar, a órbita terrestre, os desalinhamentos macroeconômicos nacionais). Para os Neo Institucionalistas, um microscópio: ela evidencia, por exemplo, uma

⁸⁷ Mas que beleza.

organela específica (a mitocôndria, o lisossomo, a macroeconomia da estagnação) pertencente a um corpo maior, como uma célula, um órgão, um organismo, ou um sistema socioeconômico.

A dependência furtadiana também se modifica substancialmente. Aqui, ela não pode ser concebida apenas como um grau intermediário de análise, um fenômeno particular ao intervalo existente entre o Novo Desenvolvimentismo e o Neo Institucionalismo. Não, a dependência furtadiana é o elo indispensável. Devidamente entendida como uma instituição, como o fruto da interação repetida entre agentes econômicos, a dependência decisivamente condicionou – e ainda condiciona – a trajetória econômica dos países subdesenvolvidos. A dependência entendida nessa monografia, por conseguinte, é um produto institucional e cognitivo, o que faz ser mais apropriado chamá-la de dependência institucional, ou dependência cognitiva, e não simplesmente “dependência cultural”, como era do entendimento de Furtado (1974, p. 80).

Para além da proposição de novas lentes à análise econômica atual, essa era uma das intenções desse trabalho: formalizar o conceito de dependência institucional-cognitiva. É certo que existem outras formas de se ser dependente. O Brasil da Era Vargas era comercialmente dependente e o Brasil de Kubitscheck dependia de tecnologia e capital. Os militares sucumbiram porque foram engolidos pela dependência financeira do pós segundo choque do petróleo; a inflação inercial e a dolarização fantasiada de Plano Real são evidências de uma dependência tripla: monetária, financeira e cambial. Similarmente, a desindustrialização precoce estudada por Arend (2014) também pode ser entendida como uma forma de dependência, neoschumpeteriana e paradigmática. O ato de negligenciá-las seria desastroso e não se deve perdê-las de mente jamais, mas cumpre estabelecer que todos esses tipos de dependência subsequentes são, em última análise, substratos da dependência institucional-cognitiva. São as várias feições, os vários resultados, da co-determinação dependente entre agente e instituição, balizados sempre pelo decurso da História.

A leitura circular e complementar dos três capítulos apresentados sugere que o atual estágio do subdesenvolvimento brasileiro pressupõe sobrevalorização cambial e regressão industrial, almejados mediante a realização de ganhos ricardianos sobre commodities, substituição de poupanças, penetração financeira e populismo cambial. Para se romper com esse vício é preciso uma reflexão Novo Desenvolvimentista, pautada em suas virtudes e consciente de suas contradições, capaz de reverter as graves distorções macroeconômicas particulares a essa manifestação específica do subdesenvolvimento dependente. Mas é preciso ir além. Apenas

quando a instituição da dependência for efetivamente combatida, num esforço que pressupõe rupturas e sacrifícios, cabalmente suscetível a contrarrevoluções conservadoras, é que finalmente o desenvolvimento passará a irradiar por essas terras. As condições fundamentais subjacentes à mudança já foram enumeradas no terceiro capítulo, e à guisa de conclusão convém apenas lembrar que instituições são irrevogavelmente dinâmicas e abertas; não havendo nada de terminal e intransponível no porvir institucional de uma coletividade. A cognição, a formação de identidade e de interesses podem até ser enraizadas, mas jamais são imóveis ou inertes. A emancipação da dependência institucional-cognitiva pode ser difícil, improvável ou inesperável, mas nunca será impossível. Essa é a esperança que guiava Celso Furtado. Certamente é a esperança que guiou essa pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Antologia Poética**. 39. ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 271 p.

AREND, Marcelo. A industrialização do Brasil ante a nova divisão internacional do trabalho. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. p. 375-421.

_____. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005): uma análise evolucionária**. 2009. 251 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AREND, Marcelo; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.33-54, 2012.

ARIDA, Persio; RESENDE, André Lara. Inflação inercial e reforma monetária. In: ARIDA, Persio (Org.). **Inflação Zero**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 9-35.

BARROSO, Juliana Lyra Viggiano. **Análise do contexto intersubjetivo: a política diplomática de promoção da democracia dos Estados Unidos para a América Latina no pós Guerra Fria**. 2010. 179 p. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Políticas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3, p.779-810, dez. 2012.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004. 602 p.

BLYTH, Mark et al. Introduction to the Special Issue on the Evolution of Institutions. **Journal Of Institutional Economics**, [s.l.], v. 7, n. 03, p.299-315, 19 maio 2011. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1744137411000270>.

BOLAÑO, César. O conceito de cultura em Furtado e a problemática da dependência cultural. In: CALIXTRE, André Bojikian; ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Cátedras para o desenvolvimento: patronos do Brasil**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014. p. 83-107.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. Porto Alegre: Editora Zouk, 2011. 560 p.

BOYER, Robert. **A teoria da regulação: uma análise crítica**. São Paulo: Nobel, 1990. 192 p.

BRAGA, José Carlos de Souza. A financeirização da riqueza: macroestrutura financeira e a nova dinâmica dos capitalismos centrais. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 2, n. 1, p.25-57, ago. 1993.

_____. O padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, Jose Luis (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-239.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p.7-28, maio 2012.

_____. Como sair do regime liberal de política econômica e da quase-estagnação desde 1990. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.7-22, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890002>.

_____. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. **Revista de Economia Política**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.237-265, jun. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572015v36n02a01>.

_____. The value of the exchange rate and the Dutch disease. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 3, p.371-387, jul. 2013

_____. **Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Editora 34, 2007. 328 p.

_____. Instituições não se exportam. 2018. Disponível em: <https://revista451.com.br/conteudos/visualizar/Instituicoes-nao-se-exportam>>. Acesso em: 15 jul. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo. Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 4, p.663-686, out. 2010.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; NAKANO, Yoshiaki. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.5-21, mar. 1984.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. **Macroeconomia desenvolvimentista: teoria e política econômica do novo desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. 250 p.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependencia e desenvolvimento na America Latina: ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. 143 p.

CARVALHO, Carlos Eduardo. As origens e a gênese do Plano Collor. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p.101-134, mar. 2006.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 217 p.

CÊPEDA, Vera Alves. Celso Furtado e a interpretação do subdesenvolvimento. **Perspectivas**, São Paulo, v. 28, n. , p.57-77, 2005.

CHANG, Ha-joon. Institutions and economic development: theory, policy and history. **Journal Of Institutional Economics**, [s.l.], v. 7, n. 04, p.473-498, 15 out. 2010. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1744137410000378>.

CHANG, Ha-joon; EVANS, Peter. The Role of Institutions in Economic Change. In: PAULA, Silvana de; DIMSKY, Gary A. (Ed.). **Reimagining Growth: Towards a renewal of Development Theory**. Chicago: Chicago University Press, 2005. p. 99-129.

CONCEIÇÃO, Octavio A. C.. A dimensão institucional do processo de crescimento econômico: inovações e mudanças institucionais, rotinas e tecnologia social. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1, p.85-105, abr. 2008.

_____. O conceito de instituição nas abordagens institucionalistas. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p.119-146, dez. 2002.

_____. Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: ha convergencia teórica no pensamento institucionalista?. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 33, n. 18, p.25-45, mar. 2000.

COX, Robert W.. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method. **Millennium: Journal of International Studies**, [s.l.], v. 12, n. 2, p.162-175, jun. 1983. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/03058298830120020701>.

CRUZ, Paulo Roberto Davidoff Chagas. Endividamento externo e transferência de recursos ao exterior: os setores público e privado na crise dos anos oitenta. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p.121-144, jul. 1995.

CURADO, Marcelo; CRUZ, Márcio. Investimento Direto Externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 2, p.275-300, jul. 2012.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1998. 126 p.

_____. **Carnavais, malandros e herois: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, c1990. 287p.

DUGGER, William M.. Radical Institutionalism: Basic Concepts. **Review Of Radical Political Economics**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.1-20, mar. 1988. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/048661348802000101>.

_____. Power: an institutional framework of analysis. **Journal Of Economic Issues**, Abingdon-on-thames, v. 14, n. 4, p.897-907, dez. 1980.

ERBER, Fábio S.. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.31-55, jan. 2011.

ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 7., 2003, Florianópolis. **Geopolítica e finanças no pós-guerra: esperanças e restrições no governo Dutra (1946-1951)**. [s.i.]: Sep, 2003. 24 p.

FERRAZ, João Carlos; KUPFER, David; IOOTTY, Mariana. Competitividad industrial en Brasil: 10 años después de la liberalización. **Revista de La Cepal**, Santiago, v. 82, n. 1, p.91-119, abr. 2004.

FIORI, José Luís. A propósito de uma "construção interrompida". In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 33-57.

FLIGSTEIN, Neil. Mercado como política: uma abordagem político-cultural das instituições de mercado. **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 9, p.26-55, set. 2001.

FLIGSTEIN, Neil; MARA-DRITA, Iona. How to Make a Market: Reflections on the Attempt to Create a Single Market in the European Union. **American Journal Of Sociology**, Chicago, v. 102, n. 1, p.1-33, jun. 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito. In: CALIXTRE, André Bojikian; BIANCARELLI, André Martins; CINTRA, Marcos Antonio Macedo (Ed.). **Presente e futuro do desenvolvimento brasileiro**. Brasília: Ipea, 2014. p. 29-78.

_____. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. **Tempo**, [s.l.], v. 14, n. 28, p.19-58, jun. 2010. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-77042010000100002>.

_____. O processo de substituição de importações. In: REGO, José Marcio; MARQUES, Rosa Maria (Org.). **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 1-53.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 1, p.56-76, mar. 2011.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; AREND, Marcelo. Aportes neoschumpeterianos al debate sobre los patrones de crecimiento de la economía brasileña en el siglo XXI. **América Latina Hoy**, [s.l.], v. 72, p.19-39, 30 abr. 2016. Ediciones Universidad de Salamanca. <http://dx.doi.org/10.14201/alh2016721939>.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; AREND, Marcelo; GUERRERO, Glaison Augusto. Growth, distribution and crisis: the administrations of Workers Party in Brazil. **Latin American Perspectives**, 2018 (aceito para publicação).

FOSTER, John Bellamy; MCCHESENEY, Robert Waterman. The endless crisis: how monopoly-finance capital produces stagnation and upheaval from the USA to China. **Monthly Review**, Nova Iorque, v. 64, n. 1, p.1-28, maio 2012.

FURTADO, Celso. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 133 p.

_____. **Prefácio à nova economia política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 137 p.

_____. **Brasil: a construção interrompida**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 87 p.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

_____. **Formação econômica do Brasil**. 33. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. 344 p.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974. 117 p.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 220 p.

_____. A invenção do subdesenvolvimento. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 15, n. 58, p.5-9, abr. 1995.

_____. A superação do subdesenvolvimento. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 3, n. 1, p.37-42, dez. 1994.

_____. **Economia do desenvolvimento: curso ministrado na PUC-SP em 1975**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008. 254 p.

_____. Entre inconformismo e reformismo. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 8, p.166-187, 1990.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Economia brasileira contemporânea**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006. 638 p.

GRÜN, Roberto. Crise Financeira 2.0: controlar a narrativa e controlar o desfecho. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 3, p.307-354, mar. 2001.

HAAS, Ernst B.. Words can hurt you: or, who said what to whom about regimes. In: KRASNER, Stephen (Ed.). **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 23-59.

HERMANN, Jennifer. Auge e declínio do modelo de crescimento com endividamento: O II PND e a crise da dívida externa (1974-1984). In: GIAMBIAGI, Fabio et al (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 73-95.

HODGSON, Geoffrey M.. The Approach of Institutional Economics. **Journal Of Economic Literature**, Nashville, v. 36, n. 1, p.166-192, mar. 1998.

_____. Reclaiming habit for institutional economics. **Journal Of Economic Psychology**, [s.l.], v. 25, n. 5, p.651-660, out. 2004. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.joep.2003.03.001>.

_____. The hidden persuaders: institutions and individuals in economic theory. **Cambridge Journal Of Economics**, Cambridge, v. 27, n. , p.159-175, mar. 2003.

_____. The ubiquity of habits and rules. **Cambridge Journal Economics**, Cambridge, v. 21, n. , p.663-684, mar. 1997.

HODGSON, Geoffrey M.; STOELHORST, J. W.. Introduction to the special issue on the future of institutional and evolutionary economics. **Journal Of Institutional Economics**, [s.l.], v. 10, n. 04, p.513-540, 26 ago. 2014. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1744137414000393>.

JOBIM, Antonio Jaime Gama. **A macrodinâmica de Michal Kalecki**. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 123 p.

KALECKI, Michael. Political aspects of full employment. **The Political Quarterly**, [s.l.], v. 14, n. 4, p.322-330, out. 1943. <Http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-923x.1943.tb01016.x>.

_____. **Teoria da dinâmica econômica:** ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Nova Cultural, 1977. 204 p.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, juro e da moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. 352 p.

LISBOA, Marcos de Barros; PESSOA, Samuel. Crítica ao novo-desenvolvimentismo. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.181-189, jul. 2016.

KRATOCHWILL, Friedrich V. **Rules, norms, and decisions:** on the conditions of practical and legal reasoning in international relations and domestic affairs. New York: Cambridge University Press, 1991. 317p.

KRATOCHWIL, Friedrich; RUGGIE, John Gerard. International Organization: a state of the art on an art of the state. **International Organization**, Cambridge, v. 40, n. 4, p.753-775, abr. 1986.

LANE, David et al. Choice and action. **Journal Of Evolutionary Economics**, Berlim, v. 6, n. , p.43-76, abr. 1996.

MARCONI, Nelson. O papel dos preços macroeconômicos na crise e na recuperação. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.97-109, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890011>.

_____. The industrial equilibrium exchange rate in Brazil: an estimation. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 32, n. 4, p.656-669, out. 2012.

MARCONI, Nelson; ROCHA, Marcos. **Desindustrialização precoce e sobrevalorização da taxa de câmbio.** Rio de Janeiro: Ipea, 2011. 64 p.

_____. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce – o caso brasileiro. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. , p.853-888, 2012.

MARCONI, Nelson; BRANCHER, Marco. A política econômica do novo desenvolvimentismo. **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 21, n. 2, p.1-31, 21 dez. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272126>.

MARINI, Rui Mauro. **Dialéctica de la dependencia**. México, DF: Ediciones Era, 1973. 101 p.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 11. ed. São Paulo: Unesp, 2009. 150 p.

MINSKY, Hyman Philip. **Estabilizando uma economia instável**. São Paulo: Novo Século, 2010. 455 p.

MODIANO, Eduardo Marco. A ópera dos três cruzados, 1985-1990. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 281-326.

MOLLO, Maria de Lourdes Rollemberg; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2, p.222-239, abr. 2013.

MORGAN, Jamie; OLSEN, Wendy. Conceptual issues in institutional economics: clarifying the fluidity of rules. **Journal Of Institutional Economics**, [s.l.], v. 7, n. 03, p.425-454, 27 ago. 2010. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1744137410000299>.

NELSON, Richard R.. Recent Evolutionary Theorizing About Economic Change. **Journal Of Economic Literature**, Nashville, v. 33, n. , p.48-90, mar. 1995.

NELSON, Richard R.; SAMPAT, Bhaven N.. Making sense of institutions as a factor shaping economic performance. **Journal Of Economic Behavior And Organization**, Amsterdã, v. 44, n. 1, p.31-54, mar. 2001.

NOGUEIRA, Cláudio M. Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. **Bourdieu e a Educação**. [s.i]: Autêntica, 2007. 128 p.

NORTH, Douglass C.. Economic Performance Through Time. **The American Economic Review**, Nashville, v. 84, n. 3, p.359-368, jun. 1994.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge, UK: Cambridge University Press, c1990. 152 p.

_____. Institutions. **The Journal Of Economic Perspectives**, Nashville, v. 5, n. 1, p.97-112, jul. 1991.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2008. 119 p.

_____. **O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2008. 26 p.

_____. A navegação venturosa. In: OLIVEIRA, Francisco de (Org.). **Celso Furtado**. São Paulo: Ática, 1983. p. 7-27.

ONUF, Nicholas. Constructivism: a user's manual. In: KUBÁLKOVÁ, Vendulka; ONUF, Nicholas; KOWERT, Paul (Ed.). **International relations in a constructed world**. Londres: Routledge, 1998. p. 3-20.

OREIRO, José Luis. A grande recessão brasileira: diagnóstico e uma agenda de política econômica. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 31, n. 89, p.75-88, abr. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890009>.

_____. Macroeconomic constraints to growth of Brazilian economy. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 31, n. 5, p.874-879, 2011.

_____. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p.29-40, maio 2012.

OREIRO, José Luis; MARCONI, Nelson. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 5, n. , p.24-48, jan. 2014.

_____. O novo-desenvolvimentismo e seus críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p.167-179, jul. 2016.

OREIRO, José Luis; ABRAMO, Laura Díaz; LIMA, Pedro Garrido da Costa. Desalinhamento cambial, regimes de acumulação e metas de inflação em um modelo pós-keynesiano de crescimento. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 25, n. 3, p.757-775, dez. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2016v25n3art9>.

PALMA, José Gabriel. De-industrialization, 'premature' de-industrialization and the Dutch-disease. **Revista Necat**, Florianópolis, v. 5, n. , p.8-23, jan. 2014.

PESSALI, Huáscar; DALTO, Fabiano. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p.11-37, abr. 2010.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 349 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1945. 364 p.

_____. **Formação do Brasil contemporâneo**: Colonia. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. 391p.

PREBISCH, Raúl. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas . **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 47-111, jul. 1949.

RESENDE, André Lara. Estabilização e reforma, 1964-1967. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). **A ordem do progresso**: dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. p. 197-211.

RESENDE, Marco Flávio da Cunha; AMADO, Adriana Moreira. Liquidez internacional e ciclo reflexo: algumas observações para a América Latina. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 1, p.41-59, jan. 2007.

RUGGIE, John Gerard. International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order. In: KRASNER, Stephen. **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 195-231.

SALOMÃO, Ivan. Do estrangulamento externo à moratória: a negociação brasileira com o FMI no governo Figueiredo (1979-1985). **Revista de Economia Contemporânea**, [s.l.], v. 20, n. 1, p.5-27, abr. 2016. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/198055272011>.

SAMUELS, Warren J.. The present state of institutional economics. **Cambridge Journal Of Economics**, Cambridge, v. 19, n. , p.569-590, mar. 1995.

SANTOS, Theotônio dos. **A Teoria da Dependência: balanço e perspectiva**. Florianópolis: Insular, 2018. 320 p.

SARTI, Fernando; LAPLANE, Mariano F. O Investimento Direto Estrangeiro e a internacionalização da economia brasileira nos anos 1990. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.65-94, jun. 2002.

SICSÚ, João; PAULA, Luiz Fernando de; MICHEL, Renaut. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p.507-524, out. 2007.

SILVA, E. L; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2000.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, São Paulo, v. 34, n. 2, p.39-67, jul. 2015.

_____. Realinhamento, ciclo longo e coalizões de classe. *Revista de Economia da PUCSP*, v. 4, n. 2, p. 37-66, dez. 2010.

SKIDESLKY, Robert. **Keynes: o regresso do mestre**. Lisboa: Texto, 2010. 292 p.

SMITH, Adam. **Investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

STRANGE, Susan. **The retreat of the State: the diffusion of power in the world economy**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1996. 218 p.

SWEDBERG, Richard. **Max Weber e a ideia de sociologia econômica**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

TAVARES, Maria da Conceição. Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). **Celso Furtado e o Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 129-154.

_____. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 5, n. 2, p.5-15, jun. 1985.

TOLSTOY, Leon. **A morte de Ivan Ilitch**. 2.ed. São Paulo: Ed. 34, 2009. 92p.

VASCONCELLOS, Gilberto Felisberto. O demolidor de presidentes: historiador traça retrato psicológico de Carlos Lacerda. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. out. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq1910200218.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições**. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 181 p.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, Cambridge, v. 46, n. 2, p.391-425, abr. 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 429 p.

WILLIAMSON, Oliver E.. The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead. **Journal Of Economic Literature**, Nashville, v. 38, n. 3, p.595-613, set. 2000.

_____. Transaction Cost Economics: how it works; where it is headed. **de Economist**, Dordrecht, v. 146, n. 1, p.23-58, mar. 1998.

YOUNG, Oran R.. Regime dynamics: the rise and fall of international regimes. In: KRASNER, Stephen (Ed.). **International Regimes**. Ithaca: Cornell University Press, 1983. p. 93-113.

ZULIAN, Aline; MARIN, Solange Regina; MARTINELLI JÚNIOR, Orlando. Comportamento dos indivíduos e instituições: uma abordagem Vebleniana. **Economia e Sociedade**, [s.l.], v. 27, n. 2, p.409-430, ago. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1982-3533.2017v27n2art2>.

ZYSMAN, John. How Institutions Create Historically Rooted Trajectories of Growth. **Industrial And Corporate Change**, Oxford, v. 3, n. 1, p.243-283, mar. 1994.